UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

CRISTIANE SOUZA BORZUK

**O fortalecimento das explicações naturais para os fenômenos
sociais ligados ao crime**

(Versão corrigida)

São Paulo
2014

CRISTIANE SOUZA BORZUK

**O fortalecimento das explicações naturais para os fenômenos sociais
ligados ao crime**

(Versão corrigida)

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Doutor em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano

Orientador: Prof. Dr. José Leon Crochik

São Paulo

2014

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Borzuk, Cristiane Souza.

O fortalecimento das explicações naturais para os fenômenos sociais ligados ao crime / Cristiane Souza Borzuk; orientador José Leon Crochik. -- São Paulo, 2014.

125 f.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Transtorno de personalidade antissocial 2. Comportamento Criminoso 3. Crime 4. Biodeterminismo 5. Teoria crítica da sociedade 6. Adorno, Theodor Ludwig Wiesengrund, 1903-1969 I. Título.

RC554

Nome: Borzuk, Cristiane Souza

Título: O fortalecimento das explicações naturais para os fenômenos sociais ligados ao crime

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura _____

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Ana, por tudo.

Aos meus irmãos Cris, Tales e Cassiano, por todo apoio, não apenas durante a elaboração desta tese, mas por uma vida inteira.

Ao Roberto, que compartilhou comigo tantas dificuldades e tantas alegrias. Companheiro no sentido mais pleno da palavra.

Robertinho e Pedro, a razão da minha vida. Agradeço por insistirem em me retirar tantas vezes da aridez do trabalho, proporcionando momentos em que eu pude respirar livremente.

Ao Mário Villarruel, que inesperadamente ocupou um espaço tão importante em minha vida. Agradeço a amizade e o carinho, que foram tão essenciais durante o desenvolvimento da pesquisa.

À Elizete, amiga de tantos anos e de todas as horas. Muito mais do que o apoio 'logístico', agradeço pela certeza de que podemos contar uma com a outra, sempre.

Ao Lucas Rossato, pelo carinho e pela amizade durante todos esses anos de convivência.

Ao Leon, agradeço por seu rigor na correção de meus escritos e por sua paciência diante de minhas dificuldades. Com sabedoria, esperou que eu “encontrasse meu caminho no nevoeiro”.

Ao Prof. Odair Sass que, desde o mestrado, me inspira a escrever melhor. Agradeço, também, pelo rigor com que leu minha tese e pelas muito bem-vindas sugestões que fez.

Ao Prof. Pedro F. Silva, por ter aceitado tão prontamente meu convite para a participação na banca. Agradeço pela leitura atenta da tese e pelas considerações e sugestões.

À Prof.^a Silvia Zanolla, agradeço, sobretudo, pela generosidade com que lidou com os problemas que percebeu na tese. Sou muito grata por ter tornado o momento da defesa menos tenso.

À Prof.^a Maria Luiza S. Schmidt, agradeço pelas observações e sugestões que fez durante a defesa da tese.

À Universidade Federal de Goiás, Regional Jataí, pela licença concedida para o desenvolvimento da pesquisa.

Ao meu pai, Sebastião Borzuk, que não teve tempo para ver esse trabalho concluído.

A necessidade de dar voz ao sofrimento é condição de toda verdade.

T. W. Adorno

RESUMO

Borzuk, C. S. (2014). *O fortalecimento das explicações naturais para os fenômenos sociais ligados ao crime*. Tese de doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

O propósito deste trabalho é investigar a natureza das pesquisas que tem como objeto o *Transtorno de Personalidade Antissocial* e o *Comportamento Criminoso* no Brasil. Partimos da hipótese de que nestas pesquisas há uma tendência a atribuir a fatores endógenos os motivos que fazem com que o crime seja cometido, excluindo a dimensão histórica. Centramo-nos na produção científica, pois entendemos que a ciência responde às necessidades objetivas de cada época e, sobretudo, pelo fato de que ela não é alheia aos processos postos em desenvolvimento pela totalidade social, sendo um elemento valioso para a compreensão da sociedade em que é produzida. Foram selecionados no Banco de Teses da CAPES os resumos de teses de doutorado e de dissertações de mestrado identificados a partir dos descritores *Comportamento Criminoso*, *Transtorno de Personalidade Antissocial* e *Psicopatia*. A amostra consistiu em 47 resumos, sendo nove teses de doutorado e 36 dissertações de mestrado. Destes 47 resumos, foram escolhidos dois para o estudo da pesquisa completa. O procedimento adotado foi a análise de conteúdo. Os resultados indicaram a existência de duas tendências importantes. A primeira, monadológica, demonstra que nestas pesquisas o crime e a criminalidade foram relacionados a fatores individuais. Implicada nesta tendência foi possível verificar que: a. o comportamento criminoso foi associado, frequentemente, a alterações anatômicas e/ou funcionais do cérebro; b. há uma tendência a associar o crime ao diagnóstico de Transtorno de Personalidade Antissocial; c. há o desenvolvimento e a validação de instrumentos voltados para a identificação de indivíduos supostamente predispostos a cometer crimes. A segunda tendência, menos expressiva numericamente, mas também importante, é a economicista. A centralidade destes trabalhos está na correlação entre problemas econômicos e o aumento ou diminuição nos índices de criminalidade. Nestes casos, a ênfase recai em aspectos microeconômicos, não havendo referência aos fatores estruturais do modo de produção. Também houve trabalhos que desenvolveram críticas vigorosas à tendência monadológica. Isto indica a existência de um potencial de resistência a ela. O referencial teórico-metodológico é a Teoria Crítica da Sociedade, particularmente os escritos de Theodor Adorno.

Palavras-chave: Transtorno de Personalidade Antissocial. Comportamento Criminoso. Crime. Biodeterminismo. Theodor Adorno. Teoria Crítica da Sociedade.

ABSTRACT

Borzuk, C. S. (2014). *The strengthening of natural explanations for social phenomena linked to crime*. Tese de doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Investigating the nature of researches that aims the Antisocial Personality Disorder and Criminal Behavior in Brazil is the scope of this study. We came from the hypothesis that there is a tendency in these studies which assign to endogenous factors the reasons for crimes to be committed, not including the historical dimension. We focused on scientific production because we understand that science responds to the objective needs of each epoch, and especially by the fact that it is not indifferent to the processes that are put into action by the social totality, being so a valuable element to understanding the society in which it is formed. PhD theses' abstracts and MSc dissertations, identified from the descriptors *Criminal Behavior*, *Antisocial Personality Disorder* and *Psychopathy* were selected in the CAPES Bank of Theses. The sample consisted of 47 abstracts, nine PhD theses and 36 MSc dissertations. Out of these 47 abstracts we have selected two for the study of full research. The procedure adopted was content analysis. The results pointed to the existence of two important tendencies. The first one, monadological, shows in those researches that crime and criminality were related to individual factors. Implicated in this tendency, it was also observed that: a. criminal behavior has been often associated with anatomical and/or functional changes in the brain; b. there is a tendency to associate crime to the diagnosis of Antisocial Personality Disorder, c. there is the development and validation of instruments intended to identify individuals predisposed to supposedly commit crimes. The second tendency, less significant numerically, but also important, is the economistic. The centrality of these studies is in the correlation between economic problems and the increase or decrease in crime rates. In these cases, the emphasis is on microeconomic aspects, there is no reference to structural factors of the production mode. There have also been studies that developed vigorous criticism to the monadological tendency. It indicates the existence of a potential for resistance to it. The theoretical-methodological framework is the Critical Theory of Society, particularly the writings of Theodor Adorno.

Keywords: Antisocial Personality Disorder, Criminal Behavior, Crime, Biodeterminism, Theodor Adorno, Critical Theory of Society.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de pesquisas realizadas no período de 1987 a 2011, por intervalo de cinco anos.....	58
Tabela 2 - Número de resumos por área de conhecimento.....	59
Tabela 3 - Número de resumos por Estado.....	60
Tabela 4 - Número de resumos por região.....	60
Tabela 5 – Número de resumos por tipo de pesquisa.....	64
Tabela 6 - Número de pesquisas por tipo de amostra.....	67
Tabela7- Caracterização dos resumos quanto à Instituição, Estado e Região.....	122
Tabela 8 - Caracterização dos resumos quanto à área de conhecimento, ano e nível.....	124

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

DSM-III – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders) – 3ª revisão

DSM – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders)

TP – Transtornos de Personalidade

DSM-IV – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders) – 4ª revisão

TPAS – Transtorno de Personalidade Antissocial

DFH – Desenho da Figura Humana

PCL-R – Psychopathy Checklist Revised

WAIS – Wechsler Adult Intelligence Scale

TG – Transtorno Geral da Personalidade

TP – Transtorno Parcial da Personalidade

TAS – Transtorno Antissocial da Personalidade

NC – Não Criminoso

TEP – Transtornos Específicos da Personalidade

RS – Revisão Sistemática

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. SOBRE O DIREITO POSITIVO.....	20
2.1. Lombroso e a Teoria do Criminoso Nato.....	20
2.2. Antecedentes e influências.....	24
2.3. Sobre o Direito Liberal: a Escola Clássica do Direito Penal.....	27
2.4. A multidão e o crime: desenvolvimento de uma cultura em relação ao crime na metrópole novecentista.....	30
2.5. A recepção do pensamento de Lombroso.....	35
2.5.1. A recepção do pensamento de Lombroso no Brasil.....	37
3. NOTAS SOBRE O CRIME E O CRIMINOSO A PARTIR DA TEORIA CRÍTICA DA SOCIEDADE.....	41
3.1. De Leibniz a Comte.....	41
3.2. Natureza e história.....	44
3.3. Sobre socialização.....	47
3.4. Livre arbítrio e determinismo.....	50
4. METODOLOGIA.....	53
5. ANÁLISE E DISCUSSÃO: OS RESUMOS.....	59
5.1. Situação atual das pesquisas sobre comportamento criminoso e Transtorno de Personalidade Antissocial no Brasil.....	59
5.2. A tendência atual das pesquisas sobre comportamento criminoso e Transtorno de Personalidade Antissocial no Brasil.....	62
5.2.1. Os objetivos.....	62
5.2.2. O método.....	65
5.2.3. As conclusões.....	69
6. ANÁLISE E DISCUSSÃO: AS TESES.....	74
6.1. A pesquisa: Identificação do ponto de corte para a escala PCL-R (Psychopathy Checklist Revised) em população forense brasileira: caracterização de dois subtipos de personalidade: transtorno global e parcial.....	76
6.1.1. Considerações.....	78

6.2. A pesquisa: Relação entre o comportamento agressivo e/ou violento e alterações na neuroimagem: revisão sistemática.....	87
6.2.1. Considerações.....	88
6.3. Discussão.....	94
7. CONCLUSÕES.....	98
REFERÊNCIAS.....	102
APÊNDICES.....	108

1. INTRODUÇÃO

O escopo deste trabalho incide sobre as relações existentes entre o avanço da ciência (em seus moldes positivistas) e seus reveses. O ponto de partida será uma das teses centrais da *Dialética do Esclarecimento* (1985), de Horkheimer e Adorno, a saber, a afirmação de que a cada passo que a sociedade dá em direção ao progresso, cada avanço na ciência e na técnica, traz consigo a regressão.

Utilizaremos essa tese para investigar uma tendência que, ao que tudo indica, tem se fortalecido nas sociedades ocidentais nos últimos anos. Referimo-nos à tendência a buscar em uma suposta natureza humana individual as causas para comportamentos considerados hostis ou incompatíveis com o estágio de desenvolvimento da sociedade atual. Busca-se no indivíduo, na mônada psicológica, a origem do mal.

Há evidências disso por toda parte. Frequentemente são veiculadas, nos diversos meios de comunicação, informações a respeito da suposta base natural desses comportamentos. Além da divulgação cotidiana, basta que um delito qualquer se coloque em evidência, seja por envolver pessoas consideradas importantes, seja pelas dimensões do ato, para que psiquiatras e psicólogos sejam chamados a explicar as causas de tais atos.

De outro lado, o campo científico parece também indicar essa tendência. Não é incomum encontrarmos trabalhos publicados em periódicos especializados que atribuem às dificuldades de aprendizagem um caráter genético. Tampouco trabalhos que adotam a hipótese de que as causas da homossexualidade, do alcoolismo, da agressão etc., podem ser encontradas em genes específicos ou na diminuição ou aumento da produção de neurotransmissores.

Além disso, pode-se observar com grande frequência um tipo de pesquisa que se vale da técnica e dos instrumentos das ciências biomédicas para identificar, reconhecer, e esses são os termos utilizados, os indivíduos que, segundo esta concepção, possuem uma predisposição para o desvio. Utilizam-se desde simples exames de sangue até os mais sofisticados recursos da neuroimagem para esse fim. Parte-se do pressuposto de que quanto mais cedo

estes indivíduos forem identificados, mais rapidamente medidas poderão ser tomadas para que os delitos sejam evitados.

Não se questiona aqui o fato de que o desenvolvimento da tecnologia biomédica represente um avanço em termos de possibilidades de detecção precoce e do tratamento de doenças, realizando o papel que cabe realmente à ciência, qual seja, aumentar as possibilidades de uma vida humana melhor. No entanto, quanto mais concreta é essa possibilidade, quanto mais o desenvolvimento da técnica permitiria efetivamente que os homens vivessem uma vida que merece esse nome, mais distante, menos palpável se torna essa possibilidade.

Horkheimer e Adorno, no prefácio da *Dialética do Esclarecimento*, afirmam:

Não alimentamos dúvida nenhuma – e nisso reside nosso *petitio principii* – de que a liberdade na sociedade é inseparável do pensamento esclarecedor. Contudo, acreditamos ter reconhecido com a mesma clareza que o próprio conceito desse pensamento, tanto quanto as formas históricas concretas, as instituições da sociedade com as quais está entrelaçado, contêm o germe para a regressão que hoje tem lugar por toda a parte (1985, p. 13).

Ao demonstrar que os avanços técnicos e científicos não expressam apenas as possibilidades de um mundo melhor, mas, trazem junto a esta possibilidade elementos que impedem a realização da utopia, os autores evidenciaram também que o conhecimento produzido, em particular nas instituições destinadas a isso, implica efetivamente no destino dos homens. Aqui não deveria surpreender o caráter político e, portanto, comprometido da ciência, mesmo e principalmente quando esta se pretende neutra. Ao dispor dos rigores metodológicos que a ciência formal exige, sustentada principalmente pelo afastamento entre sujeito e objeto, e pela impossibilidade de qualquer inflexão, toma-se partido pela ordem, pelo estabelecido, tão defendida desde os tempos de Comte. Ignora-se, deste modo, que o conhecimento, assim como tudo o que diz respeito à humanidade (produção material, instituições, relações etc.) seja mediado socialmente. Adorno, referindo-se a uma expressão de Hegel¹, afirma:

¹ Adorno faz referência a um trecho de *Ciência da Lógica*, conforme nota elaborada pelo tradutor de *Introdução à Sociologia*: “Que não existe nada, nada no céu ou na natureza ou no espírito ou onde for, que não contenha ao mesmo tempo tanto a imediatez quanto a mediação, de modo que estas duas determinações se revelam *inseparadas e inseparáveis* e aquela oposição como sendo algo nulo” (Hegel *apud* Adorno, 2008, p. 169).

Porque a rigor não existe nada entre o céu e a terra – ou propriamente na Terra – que não seja mediado pela sociedade – até mesmo o seu contrário aparentemente extremo, a natureza e o conceito de natureza, encontra-se mediado pela necessidade de domínio da natureza e, por essa via, pela necessidade social. (2008a, p. 169).

A mediação, neste caso, não diz respeito, como normalmente se interpreta, a algo que se interpõe entre duas coisas. O acento aqui se dá sobre o caráter de determinação da estrutura social sobre os homens e suas instituições. Referimo-nos, como Adorno, ao sentido hegeliano do termo, em que as injunções sociais são incorporadas a todos os objetos, inclusive e particularmente à vida humana, e tornadas inerentes a eles. Segundo Adorno, a mediação “está na própria coisa” (1994a, p. 114) e diz respeito a elementos do processo histórico-social, estruturas sociais, ideologias, posições, que se impõem tanto nos objetos quanto nas produções do espírito. Até mesmo o que aparentemente nada teria de social, é determinado pela objetividade social. Adorno, referindo-se ao sofrimento, diz que “sofrimento é objetividade que pesa sobre o sujeito; aquilo que ele experimenta como seu elemento mais subjetivo, sua expressão, é objetivamente mediado” (Adorno, 2009, p. 24).

A par do que foi dito, pretende-se investigar o processo de naturalização das causas de comportamentos considerados inadequados e tidos como não condizentes com o atual estágio de desenvolvimento social.

Um exemplo do que estamos nos referindo pode ser visto no *Estudo de revisão de fatores biológicos, sociais e ambientais associados com o comportamento agressivo*, de Mendes et al (2009). Neste estudo, os autores buscaram em duas bases de dados eletrônicas, Medline e SciELO, estudos retrospectivos, longitudinais e de revisão, que avaliaram os fatores de risco para o desenvolvimento do comportamento agressivo. Foram selecionados doze trabalhos, publicados entre os anos de 1997 e 2008. Dos trabalhos avaliados, os autores verificaram que seis estabeleceram relações entre o comportamento agressivo e a expressão gênica (dois enfatizaram a expressão gênica do transportador de serotonina, um da monoaminaoxidase (MAOA), um do transportador e do receptor de dopamina e dois da enzima catecol-o-metiltransferase (COMT)). Quatro estudos estabeleceram relações entre a

exposição materna durante a gravidez a substâncias psicoativas (tabaco, álcool e cocaína) e o comportamento agressivo. Um verificou os efeitos da desnutrição e outro avaliou os impactos da negligência e maus-tratos na primeira infância.

Outro trabalho interessante é o *Neurobiologia do transtorno de personalidade antissocial*, de Del-Ben (2005). Nesse trabalho a autora chega à seguinte conclusão: “Estudos de neuroimagem apontam o envolvimento de estruturas cerebrais frontais, especialmente o córtex orbitofrontal, e a amígdala. Também tem sido sugerido que prejuízos na função serotoninérgica estariam associados à ocorrência de comportamento antissocial.”

Nos dois trabalhos é possível verificar que a agressividade e o comportamento antissocial foram relacionados a fatores individuais, neste caso, biológicos. Se esta correlação é importante para a nossa investigação, já que fica evidente aqui a suposição de uma natureza humana constante e invariável, chama a atenção também a falta de indagação sobre o sentido disso. Entendemos que as informações obtidas empiricamente e apresentadas em forma de dados, de estatísticas, são também reveladores, também trazem elementos que nos auxiliam na compreensão daquilo que se quer conhecer. No entanto, é preciso ir além, pois, se, de um lado, efetivamente trazem elementos que nos permitem conhecer o objeto, eles também “encobrem a estrutura” (Adorno, 1994b, p. 63). Não se concebe como plausível a investigação sobre as circunstâncias existentes, nem tampouco é concebível perguntar sobre as possibilidades de transformação. Ignora-se a tensão entre o que o indivíduo está podendo ser e o seu devir.

Como partimos da hipótese de que a atribuição a fatores naturais como causas de comportamentos não é apenas um fato isolado, referente a este ou aquele comportamento – mas, configura-se como uma tendência que vem se consolidando a cada dia, e que se dirige principalmente a comportamentos considerados inadequados -, tomaremos como modelo para a investigação um tipo de comportamento em que esta tendência tem se manifestado de maneira direta, sem rodeios: o comportamento criminoso. Tem-se concebido o comportamento criminoso como um sinal de natureza constitutiva do indivíduo, e não como fruto da esfera objetiva.

Este trabalho será organizado em duas partes. Na primeira parte, apresentaremos duas formas opostas de conceber o crime e o criminoso. De um lado, a Antropologia Criminal de Cesare Lombroso, elaborada na segunda metade do século XIX. Sustentada pelo positivismo comteano, ao lado das ciências modernas e em um contexto de industrialização, inaugura-se o que foi considerado a forma mais coerente, racional e avançada da norma jurídica: a Escola Positiva do Direito Penal.

De outro lado, e como referência para estas reflexões, a Teoria Crítica da Sociedade, sobretudo o pensamento de Theodor Adorno. Crítico contundente do direito positivo, Adorno se referirá a ele como “o fenômeno primordial de uma racionalidade irracional” (2009, p. 257).

A segunda etapa do trabalho, desenvolvida a partir de dados empíricos, se centrará na análise da produção científica sobre o comportamento criminoso no Brasil. Em um primeiro momento, foram analisados resumos de teses de doutorado e de dissertações de mestrado publicados no Banco de Teses da Capes. Nesta etapa do trabalho utilizamos, como metodologia, a análise de conteúdo. Posteriormente, algumas teses foram selecionadas para a análise do texto completo.

Por fim, ainda que esta pesquisa esteja centrada na discussão sobre as explicações dadas para o cometimento de crimes, entendemos que se trata menos de um aspecto pontual, e mais de uma tendência geral das sociedades administradas.

2. SOBRE O DIREITO POSITIVO

Compreendendo que foi somente a partir da Antropologia Criminal que se pôde falar efetivamente no desenvolvimento do direito positivo, e que ela representou um divisor de águas na jurisprudência moderna, sendo ainda a base do direito penal atual, este capítulo se destinará à apresentação da teoria de Cesare Lombroso. Enfatizaremos a sua concepção sobre o crime e sobre o criminoso, seus interlocutores, as influências que recebeu e o contexto que possibilitou a emergência deste pensamento, ainda tão presente nas atuais discussões sobre o crime. Abordaremos mais detidamente o pensamento de Lombroso, pois o consideramos um representante importante de sua época. Nesta teoria podem ser encontrados os elementos essenciais do pensamento científico sobre o crime em suas origens.

2.1. Lombroso e a Teoria do Criminoso Nato

Segundo Wolfgang (1973, p. 232), na história da criminologia provavelmente o nome mais elogiado e também o mais criticado foi o de Cesare Lombroso. Considerado o pai da criminologia moderna, Lombroso dedicou-se durante anos a fio e incessantemente a buscar as causas para o crime. Segundo Calanca (1974, p 9), Lombroso dissecou cerca de quatrocentos cadáveres de criminosos, com destaque para a medida dos crânios, e observou mais de seis mil delinquentes vivos nas prisões da Itália. Partindo da convicção de que é necessário estudar “mais do que o crime, os criminosos” (2001, p. 21), Lombroso chega à conclusão de que é possível distinguir os criminosos de não criminosos em virtude da manifestação de diversas anomalias físicas de origem atávica ou degenerativa (Wolfgang, 1973, p.246).

O centro de sua teoria é o conceito de atavismo, conceito de origem darwinista. Já na primeira edição² de *O Homem Delinqüente*, livro em que expõe

² Conta-se um total de cinco edições da obra, sendo todas elas revisadas e ampliadas. A cada edição, Lombroso incorporava novos dados de suas investigações, além de

detalhadamente a teoria do criminoso nato, Lombroso utiliza este conceito para explicar a tendência, segundo ele, inata, de algumas pessoas para cometer crimes. Trata-se menos de uma decisão de vontade do indivíduo, e mais do reaparecimento de características remotas, comuns aos homens em estágios anteriores do desenvolvimento da espécie humana.

Esta reversão a tipos subumanos é demonstrada, segundo Wolfgang (1973, p. 247), por uma variedade de características morfológicas que lembram os primatas inferiores:

É bem assim que tais anomalias recordam as raças selvagens, mesmo os antropóides. Um violador siciliano, um ladrão, três assassinos apresentavam obliquidade do orbital, arredondamento do crânio, saliência e distância dos zigomas, maxilar quadrado e compacto e uma cor amarelada da pele, aparentando assim uma exata reprodução do tipo mongol. Alguns, como Cartouche e O., pela fronte fugidia, a pequenez do crânio e a saliência da face, aproximam-se do tipo simiesco. Nos criminosos, tal reunião de anomalias, sobretudo atávicas (algumas são patológicas: por exemplo, a assimetria) nos dizem que eles têm o tipo criminal (Lombroso, 2001, p. 266)³.

Estas características, chamadas também de *estigmas de criminalidade*, correspondem a sinais de uma herança biológica de ancestrais distantes. Com o reconhecimento de tais sinais, poderia se identificar a propensão que o indivíduo teria para o crime.

Segundo Lombroso, o ressurgimento dessas características não impede ao indivíduo a reflexão sobre o ato criminoso, mas torna quase impossível evitá-lo:

Guillot estabelece, com a ajuda de numerosas observações pessoais, que o criminoso, nove vezes sobre dez, raciocina seu crime. Eu sou quase de sua opinião: muitas vezes, mas não tão frequentemente quanto ele acredita, ele raciocina seu crime, ele o medita, mas não pode evitar cometê-lo, quando o mais frágil raciocínio deveria ser suficiente para dissuadi-lo. Ora, eis a anomalia; e as meditações do

respostas às críticas que recebia. Para que se tenha uma pequena noção da extensão das modificações que Lombroso fez em seu livro, basta mencionar a quantidade de páginas de cada edição. Segundo Wolfgang (1973, p. 24), a primeira edição contou com 252 páginas; a segunda, publicada dois anos depois, contou com 740 páginas. Em 1887 surgiram as edições francesa e alemã. Em 1889, Lombroso publica nova edição na Itália, agora incorporando os resultados das pesquisas que fez sobre a medida dos crânios dos criminosos. Surgiu, posteriormente, em dois volumes, contendo ao todo 1241 páginas. Por fim, uma última edição foi publicada em 1896, composta por três volumes e contendo um total de 1903 páginas (Wolfgang, 1973).

³ As citações serão apresentadas nos termos publicados.

criminoso são – veja-se! – bem pouco profundas: tem sempre uma falha que os faz descobertos, cedo ou tarde, pela justiça, porque casos de delinqüentes astuciosos a ponto de apagarem todas as pistas de seus crimes são uma rara exceção. (2001, p. 34)

Posteriormente, sob a influência de Morel, Lombroso introduz o conceito de degeneração, que, ao lado do atavismo, seria outro fator que, em sua concepção, predisporia o indivíduo ao crime. A degeneração foi definida por Morel como o conjunto de “desvios doentios do tipo normal da humanidade, hereditariamente transmissíveis, com evolução progressiva no sentido da decadência” (Morel *apud* Carrara, 1998, p. 82). No prefácio à 5ª edição italiana⁴ de *O Homem Delinqüente*, Lombroso indica esta mudança:

De resto, nesta edição, demonstrei, além de caracteres verdadeiramente atávicos, os adquiridos e completamente patológicos: a assimetria facial, por exemplo, que não existe no selvagem, o estrabismo, a desigualdade das orelhas, a discromatopsia, a paresia unilateral, os impulsos irresistíveis, a necessidade de fazer o mal pelo mal etc. e essa alegria sinistra que se faz notar na gíria dos criminosos e que, alternada com uma certa religiosidade, encontra-se tão freqüente entre os epiléticos. Acrescentem-se as meningites, os amolecimentos do cérebro que não provém, certamente, de atavismo (2001, p. 24).

Um aspecto bastante estudado por Lombroso foi a fisionomia dos criminosos. Como muitos já haviam se dedicado a esta ‘arte’, Lombroso estabeleceu as diferenças entre o que se fez até aquele momento, e o que a sua teoria propõe:

Sobre a fisionomia dos criminosos, fazem-se correr ideias na maior parte falsas. Os romancistas dotam estes homens de um aspecto medonho: barba quase até os olhos e olhar cintilante e feroz. Outros observadores, Casper, por exemplo, vão de um excesso a outro e não encontram qualquer diferença entre eles e o homem normal. Uns e outros estão enganados (....) Quando, à parte desses raros exemplos que formam a oligarquia do delito, estudando a massa inteira desses infelizes, como o fiz nas casas de detenção, conclui-se que, ainda que não tenham sempre uma fisionomia rebarbativa e assustadora, têm eles uma toda particular e quase especial a cada forma de criminalidade (2001, p. 247).

Para ele, seus estudos confirmaram a tese de que os criminosos possuem sempre uma fisionomia particular e especial para cada forma de criminalidade. Por exemplo, os violadores frequentemente possuem olhos salientes, fisionomia

⁴ Publicada na versão brasileira de 2001.

delicada e lábios e pálpebras volumosos. Costumam ser frágeis, louros, raquíticos e às vezes corcunda. Os homicidas e arrombadores têm cabelos crespos, têm deformações cranianas, possuem possantes maxilares e tatuagens, além de cicatrizes na cabeça e no tronco. Quanto aos homicidas habituais, acrescentam-se o olhar vidrado, frio e imóvel, o nariz sempre volumoso, as orelhas longas, a barba escassa e os lábios finos. Apresentam, também, contrações de um lado do rosto que evidenciam os dentes caninos, indicando ameaça (Lombroso, 2001, p. 247).

Assim como estudou a fisionomia dos criminosos, Lombroso fez estudos anatômicos (examinou crânios, cérebros, vísceras, órgãos genitais etc.), fisiológicos, como a análise da urina, e psicológicos, sobretudo em relação às tatuagens dos delinquentes. Todos esses estudos incluíam uma etapa comparativa com ‘pessoas honestas’.

Estas características, segundo Lombroso, se encontram frequentemente reunidas em um único sujeito. Nos criminosos comuns, o acúmulo de anomalias chega a 60% dos casos. Já entre os criminosos natos, tal acúmulo pode ser observado em cerca de 90% dos sujeitos: “veja-se, por exemplo, o romanhol trococéfalo, raivoso violador, com longas orelhas em abano, a fronte baixa, os olhos oblíquos, o nariz achatado, os maxilares enormes” (Lombroso, 2001, p. 265).

Após expor sua teoria, Lombroso apresenta um número grande de exemplos de criminosos famosos e, principalmente, de personagens históricos como Calígula, Nero e Tybério; das artes, como homens representados nas obras de Michelangelo e Rafael, e da literatura elaborada por Balzac e Dostoiévski⁵, que corroboram a descrição feita por ele sobre o criminoso nato (p. 250).

Apesar de não ser o primeiro a buscar as causas do crime, nem tampouco o primeiro a estabelecer as relações entre o crime e as características físicas dos indivíduos, Lombroso inova ao utilizar os recursos científicos mais avançados da época, como equipamentos de medida, a recém-inventada fotografia etc., além de promover uma pesquisa quantitativa, tratada com recursos estatísticos. Afirma

⁵ Aqui Lombroso se refere a *Memórias da Casa dos Mortos*, romance autobiográfico escrito por Dostoiévski durante os anos de exílio na Sibéria. Calanca (1974, p. 10) associa Raskolnikof, personagem de *Crime e Castigo*, também de Dostoiévski, com a descrição que Lombroso faz do “louco moral”.

ele: “porque foi assim, em deixando de lado o desnecessário, em calculando tudo o que se pode calcular, para triunfo do número e do metro, que nossa era científica ultrapassou as precedentes” (2001, p. 39). E ainda: “Mas a antropologia quer as cifras e não as descrições isoladas e gerais, sobretudo quando elas devem se aplicar à psiquiatria e à medicina legal” (2001, p. 256).

A partir dos estudos de Lombroso, uma nova forma de conceber o crime e o criminoso se impõe. São inseridos novos saberes, técnicas, discursos e procedimentos até então impensáveis no âmbito da justiça criminal.

As questões que devem ser respondidas agora não referem-se à responsabilidade do indivíduo sobre o ato, conforme estabelecido pelo direito clássico, mas a apreciação da normalidade ou anormalidade do suspeito. Para esse fim, foi necessária a intervenção de especialistas que faziam o papel de ‘peritos no exame da alma’, atuando como ‘juízes paralelos’. Além disso, surgiram laboratórios junto aos departamentos de polícia que se valiam de toda a tecnologia disponível para a identificação do indivíduo criminoso.

Dirigida inicialmente ao campo criminal, essa teoria pode ser considerada como o ponto de partida das explicações biodeterministas para as causas do crime.

Segundo Alvarez (2003), o que Lombroso pretendia, com sua teoria, era apresentar mais que uma escola de pensamento que se opusesse às teorias vigentes. Ainda que sua oposição, naquele momento, fosse essencialmente em relação aos princípios da Escola Clássica do Direito Penal, suas intenções transcendiam os limites do campo jurídico: “Mais do que uma inovação no campo das doutrinas penais, portanto, Lombroso pretendia criar uma ciência da natureza humana, uma ciência capaz de dar conta das desigualdades entre os homens” (p. 47). Segundo Carrara, “o que marcou seu pensamento foi a maneira através da qual fizeram incidir sobre o Direito uma concepção biodeterminista das ações humanas” (1998, p. 102).

2.2. Antecedentes e influências

Quando Lombroso teve seu primeiro contato com os criminosos nas prisões da Itália, já havia um movimento importante que tendia a atribuir a causas orgânicas os motivos para o crime. Podemos citar, como exemplo, Franz Joseph Gall, criador da frenologia. Segundo esta teoria, são inatos os sentimentos, os talentos e, o que mais nos interessa aqui, as faculdades morais. Segundo Gall era possível, a partir do uso de técnicas craniométricas, identificar o caráter, a personalidade e o grau de criminalidade do indivíduo pelo formato da cabeça. Segundo Tomasini e Garcia (2001, p. 518), em *Anatomia e Fisiologia do Cérebro* (1810), Gall teria observado alterações importantes nas membranas do cérebro ao dissecar os crânios de alienados. Ainda nesse livro, segundo os autores, Gall teria encontrado o centro do *instinto carniceiro*, responsável pela tendência ao assassinato. Ele estaria situado na região temporal e inferior parietal do cérebro, acima das orelhas, e a atividade seria regulada por outros fatores, tais como a educação e a religião. Gall fez muitas referências à escrita dos criminosos, aspecto também desenvolvido posteriormente por Lombroso.

A ideia de que é possível reconhecer o caráter do homem pelo exame de sua fisionomia, aspecto muito explorado por Lombroso, é muito antiga. Lombroso não se furta a apresentar exemplos nesse sentido:

A novidade de nossas conclusões mais combatidas é assim tão grande? Não de todo. Vós encontrareis conclusões análogas na antiguidade, em Homero quando fez o retrato de Thersite, em Salomão (Eccl., XIII, 31) quando proclamou que o coração muda a feição dos malvados. Aristóteles e Avicena, G. B. Porta e Polemão descreveram a fisionomia do homem criminal ... Aquelas de nossas teorias que parecem mais ousadas foram mesmo postas em prática em tempos bem distantes de nós. Valerio e Loyseau citam um édito medieval prescrevendo: *no caso de dois indivíduos serem suspeitos, aplica-se a tortura ao mais feio dos dois* (2001, p. 28).

Apesar do reconhecimento de que desde a antiguidade clássica já havia especulações em torno da fisionomia, será apenas no final do século XVIII e início do século XIX que esta teoria se tornará mais reconhecida. Em *L'Art de connaître les hommes par la physionomie*, Gaspar Lavater (Lavater, 1807) apresenta diversos desenhos da fisionomia de homens e mulheres, submetendo-os a análises.

Mais próximos e exercendo influência mais direta sobre o pensamento de Lombroso temos Prosper Lucas, com seu *Traité de L'hérédité*, publicado em 1850

e Benedict-Augustin Morel com o *Traité de dégénérescences physiques, intellectuelles et morales de l'espèce humaine et des causes qui produisent ces variétés maladives*, de 1857, obra que repercutiu demasiadamente não apenas na França, mas também em outros países (Tomasini e Garcia, 2001 e Wolfgang, 1973). E será ali que Lombroso, a partir da constatação de que somente o conceito de atavismo não era suficiente para explicar o criminoso nato, se apropria do conceito de degeneração.

Segundo Ferla (2005), com Morel origina-se o desenvolvimento da Escola Degeneracionista Francesa, um movimento que exerceu influência significativa no desenvolvimento da Antropologia Criminal e, em consequência, nos subsequentes estudos criminológicos. A tese central de Morel pode ser resumida da seguinte maneira: “Os transtornos psíquicos – e em geral todas as anomalias do comportamento humano – são expressão da constituição anormal do organismo dos sujeitos que as apresentam” (Morel *apud* Ferla, 2005, p. 19).

Já o conceito de atavismo, presente desde as primeiras especulações de Lombroso, é o resultado da influência darwinista, principalmente devido à publicação de *A origem das Espécies*, em 1859. Naquele mesmo ano, Lombroso inicia sua carreira profissional no serviço médico do exército italiano. Nos anos que se seguiram, avaliou cerca de 3000 soldados, com o propósito de descrever as características que distinguiam o soldado *honesto* do *desonesto*. Wolfgang (1973) cita um trecho de *Descent of Man*, de Darwin, para demonstrar esta relação:

With mankind some of the worst dispositions which occasionally without any assignable cause make their appearance in families, may perhaps be reversions to a savage state, from which we are not removed by very many generations. This view seems indeed recognized in the common expression that such are the black sheep of the family (Darwin *apud* Wolfgang, 1973, p. 247).

Mas, se esses elementos, tão caros e tão centrais à teoria de Lombroso, já estavam presentes antes do desenvolvimento da Antropologia Criminal, qual é a sua originalidade? De um lado, ao utilizar recursos das ciências naturais, Lombroso desenvolveu uma teoria capaz de se proclamar como uma ciência positiva e, portanto, inquestionável. De outro, Lombroso traz para o campo da justiça criminal os fundamentos que tornariam também o campo jurídico um

campo científico, e, desta maneira, também inquestionável. Estava aí a possibilidade de estudar cientificamente o crime. Melhor dizendo, aquele que é responsável por tal ato, o criminoso.

Essa necessidade de fundamentar cientificamente as ações da justiça criminal já se fazia sentir na Europa muito tempo antes de Lombroso. Ela fazia parte de um movimento de recusa aos princípios da Escola Clássica do Direito Penal, que teve suas principais ideias expostas em *Dos delitos e das penas*, de Cesare Beccaria, publicado em 1767.

2. 3. Sobre o Direito Liberal: a Escola Clássica do Direito Penal

Foucault inicia o seu *Vigiar e Punir* (1989) com a descrição da execução de Damiens, condenado à pena de morte por ter cometido, supostamente, regicídio. Foucault transcreve de *Traité de droit penal*, de P. Rossi (1829), todo o espetáculo punitivo a que Damiens foi submetido. Inicia pela pena:

[Damiens fora condenado, a 2 de março de 1757] a pedir perdão publicamente diante da porta principal da Igreja de Paris [aonde devia ser] levado e acompanhado numa carroça, nu, de camisola, carregando uma tocha de cera acesa de duas libras; [em seguida], na dita carroça, na praça de Grève, e sobre um patíbulo que aí será erguido, atenazado nos mamilos, braços, coxas e barrigas das pernas, sua mão direita segurando a faca com que cometeu o dito parricídio, queimada com fogo de enxofre, e às partes em que será atenazado se aplicarão chumbo derretido, óleo fervente, piche em fogo, cera e enxofre derretidos conjuntamente, e a seguir seu corpo será puxado e desmembrado por quatro cavalos e seus membros e corpo consumidos ao fogo, reduzidos a cinzas, e suas cinzas lançadas ao vento (1989, p. 11).

Em seguida expõe detalhadamente todo o suplício pelo qual passou o condenado. Será contra este tipo de punição e seus fundamentos que se erguerá a Escola Clássica do Direito Penal.

Segundo Ferla (2005), o eixo doutrinário da Escola Clássica do Direito Penal se sustentou nas ideias de Cesare Beccaria, de Jeremy Bentham, e de Von Feuerbach⁶. Para eles, tratava-se de recusar a tradição jurídica monárquica,

⁶ Beccaria, na França, Bentham, na Inglaterra e Von Feuerbach, na Alemanha.

particularmente no que se referia aos suplícios, às penas infamantes e à desigualdade na definição do castigo para pessoas que cometeram os mesmos tipos de crime, e de defender, sobretudo, a proporcionalidade entre os delitos e as penas, invocando a razão e a utilidade social como a base do direito de punir.

Em 1764, Beccaria escreve seu tratado *Dos Delitos e das Penas*⁷, que será considerado o representante maior da filosofia francesa das luzes dirigida ao campo penal, tornando-se o símbolo da reação liberal à situação penal então em vigor. Beccaria, em seu libelo contra as práticas penais monárquicas, afirma:

Mas, se as luzes do nosso século já produziram alguns resultados, longe estão de ter dissipado todos os preconceitos que tínhamos. Ninguém se levantou, senão frouxamente, contra a barbárie das penas em uso nos nossos tribunais. Ninguém se ocupou em reformar a irregularidade dos processos criminais, essa parte da legislação tão importante quanto descurada em toda a Europa. Raramente se procurou destruir, em seus fundamentos, as séries de erros acumulados há vários séculos, e muito poucas pessoas tentaram reprimir, pela força das verdades imutáveis, os abusos e tormentos atrozes e extirpar os exemplos bem freqüentes dessa fria atrocidade que os homens poderosos encaram como um dos seus direitos (2001, p. 14).

Após desenvolver os argumentos para a recusa das práticas penais do direito monárquico, Beccaria chega às seguintes conclusões:

De tudo o que acaba de ser exposto pode deduzir-se um teorema geral utilíssimo, mas pouco de acordo com o uso, que é o legislador ordinário das nações. É que, para não ser um ato de violência contra o cidadão, a pena deve ser essencialmente pública, pronta, necessária, a menor das penas aplicáveis nas circunstâncias dadas, proporcional ao delito e determinada pela lei (2001, p. 104)

De acordo com Ferla (2005), para esta doutrina, seria na relação do indivíduo com a sociedade que as causas dos crimes seriam encontradas, de modo que ao crime corresponderia a ruptura do contrato social. “A ação era o objeto privilegiado da escola Clássica, não o sujeito da ação” (2005, p. 17).

Como o que estava em questão era o ato cometido, era possível perguntar acerca da responsabilidade do indivíduo sobre a ação, já que, como portador de

⁷ Segundo Mora (2000, p. 275), as ideias centrais deste livro foram incorporadas ao artigo VIII da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, que foi elaborada e aprovada pela Assembléia Nacional Francesa, no ano de 1789.

uma razão, havia o livre arbítrio. E, será, sobretudo, na recusa ao livre arbítrio que Lombroso assestará suas críticas. Dirá Lombroso: “os legisladores persistem em não admitir, senão por exceção, nos criminosos, as alterações do livre arbítrio e apenas quando essas são assaz gritantes, de modo a constituírem a alienação mental propriamente dita” (2001, p. 21).

Segundo ele, muitas das críticas que são feitas à sua recusa ao livre arbítrio não são mais que *objeções da lenda*:

A lenda pretende que esses trabalhos tendem a destruir o código penal, a deixar toda liberdade aos bandidos, a solapar a liberdade humana. Não vêem, todavia, que, se diminuirmos a responsabilidade do indivíduo, nós a substituímos por aquela da sociedade que é bem mais exigente e mais severa? Que, se reduzimos a responsabilidade de um grupo de criminosos, longe de pretender amenizar sua condição, nós reclamamos para eles uma detenção perpétua? (2001, p. 40).

Como consequência dessa recusa à justiça tradicional e da constituição de uma nova forma de conceber o crime, surgiram inúmeros projetos de reformas na Europa e nos Estados Unidos: Segundo Foucault, “... nova teoria da lei e do crime, nova justificação moral ou política do direito de punir; abolição das antigas ordenanças, supressão dos costumes; projeto ou redação de ‘códigos modernos’ (...). Para a justiça penal, uma nova era” (1989, p. 13)⁸.

Um código que deve ser destacado dos demais é o Código Penal Francês de 1810, também chamado de Código Penal Napoleônico. Além de ter servido de modelo para a elaboração dos códigos penais de vários outros países, ele apresenta um aspecto que será decisivo para a implementação das futuras exigências da Escola Positiva do Direito Penal. No artigo 64, lê-se: “não há crime nem delito, quando o agente estiver em estado de demência ao tempo da ação”⁹. Segundo Foucault,

A possibilidade de invocar a loucura excluía, pois, a qualificação de um ato como crime: na alegação de o autor ter ficado louco, não era a gravidade de seu gesto que se modificava, nem a sua pena que devia ser atenuada; mas o próprio crime desaparecia (1977, p. 23)

⁸Foucault cita os seguintes novos códigos penais: o da Rússia, em 1769; o da Prússia, de 1780; da Pensilvânia e Toscana, em 1786; da Áustria, em 1788 e da França, em 1791, e reformas nos anos de 1808 e 1810 (1989, p. 13).

⁹ Citado por Cruz (2009, p. 22).

O que é previsto é a descaracterização de um ato como crime, e não a modificação ou a atenuação da pena em virtude da loucura. No entanto, para ele, apesar da clareza do artigo e dos inúmeros decretos do supremo tribunal de justiça afirmando a improcedência judicial, os tribunais admitiam que era possível alguém ser julgado culpado e louco ao mesmo tempo. Propõe-se, então, o enclausuramento e o tratamento em substituição à punição. Com isso foi necessária a criação de espaços diferenciados para os criminosos-loucos e modificações na legislação.

Desta forma, segundo Castel (1977), surge, em 1838, na França, uma lei que autorizava o internamento em “estabelecimentos especiais”, os asilos, para os criminosos-loucos, e a possibilidade de uma internação compulsória, *ex officio*, baseada em laudos médicos. Para o autor, o que estava previsto nesta lei possibilitava um internamento rápido, cuja eficácia não era menor que o isolamento penal. E ainda trazia ‘vantagens’ em relação àquele:

Mas ele apresenta a vantagem suplementar de poder intervir antes que um ato delituoso seja cometido, antes também que um julgamento de interdição seja emitido, como era exigido nos casos de loucura, antes da lei de 1838. Um certificado médico, homologado pela autoridade prefetoral e controlado pela possibilidade de uma inspeção judiciária, vai poder detectar estados potencialmente perigosos (1977, p. 275)

Poucos anos antes da promulgação desta lei, mais precisamente no ano de 1836, estava em debate com todo vigor a utilização de conceitos advindos da psiquiatria no campo da justiça penal, principalmente no que diz respeito ao conceito de ‘monomania homicida’, criado por Esquirol (Foucault, 1977, p. XI).

Temos então um solo bastante fértil para a concepção do criminoso como um doente, e a futura criação do manicômio judiciário, herança direta do pensamento de Lombroso.

2.4. A multidão e o crime: desenvolvimento de uma cultura em relação ao crime na metrópole novecentista

Enquanto do ponto de vista da ciência já havia condições suficientes para a emergência da Antropologia Criminal, o modo e as condições de vida do povo

européu não apenas estavam prontos para acolher este tipo de teoria, quanto impunha demandas que iam nessa mesma direção.

Isto pode ser evidenciado por alguns fatores. Primeiro porque podemos considerar que os séculos XVIII e XIX se viram frente à dissolução dos últimos elementos que davam sentido ao mundo feudal. Considera-se aqui particularmente o enfraquecimento da religião como forma de compreender e dar sentido às demandas da vida cotidiana. Segundo Adorno, a riqueza da representação religiosa dos tempos anteriores deixa de ocupar um lugar decisivo no ordenamento das relações humanas, e as certezas que, sob o domínio da religião, garantiam segurança e estabilidade às pessoas, não mais existiam (1995a, p. 27).

Diante do enfraquecimento da autoridade da religião como a referência para a *vida reta* e da perceptível “desordem” da vida em sociedade, as doutrinas morais tentavam imprimir a todo custo na consciência dos homens a exigência de uma convivência pacífica e respeitosa, a partir da decisão racional. Segundo Horkheimer e Adorno, “As doutrinas morais do esclarecimento dão testemunho da tentativa desesperada de colocar no lugar da religião enfraquecida um motivo intelectual para perseverar na sociedade quando o interesse falha” (1985, p. 84)

Se é possível ver nessas doutrinas um elemento de antecipação de uma vida em que os homens poderiam agir livremente e fazer suas escolhas através da razão, no momento em que elas se apresentam aos homens isso não é possível.

Segundo Horkheimer e Adorno,

Sua tentativa [de Kant] de derivar de uma lei da razão o dever do respeito mútuo – ainda que empreendida de maneira mais prudente do que toda a filosofia ocidental – não encontra nenhum apoio na crítica. É a tentativa usual do pensamento burguês de dar à consideração, sem a qual a civilização não pode existir, uma fundamentação diversa do interesse material e da força, sublime e paradoxal como nenhuma outra tentativa anterior, e efêmera como todas elas. O burguês que deixasse escapar um lucro pelo motivo kantiano do respeito à mera forma da lei não seria esclarecido, mas supersticioso – um tolo (1985, p. 84).

Se, de um lado, se erige a bandeira da moralidade e da boa convivência pela razão, ainda que o motivo da sociedade capitalista seja a avidez pelo lucro e a concentração econômica, de outro lado, o homem do século XIX é um homem que se percebe como esclarecido. E a ciência fez um papel essencial na vida

cotidiana do homem novecentista como em nenhum outro momento anterior da história. Será, portanto, o conhecimento científico que fornecerá as certezas e a segurança tão ansiadas em face da religião já bastante enfraquecida.

Neste contexto de incertezas, um ponto deve ser considerado: o expressivo aumento do número de crimes e da violência nas grandes cidades. Tão importante quanto o efetivo aumento da violência, é o aumento da percepção dos crimes cometidos em diversas regiões, em virtude, principalmente, das alterações ocorridas na imprensa na primeira metade do século XIX. Segundo Benjamin, além da popularização dos jornais, ocorrida pela diminuição do preço das assinaturas, que se deve em particular à introdução do *réclame*, a “informação curta e brusca começou a fazer concorrência ao relato comedido” (1989a, p. 23). Inclui-se aí a crônica da cidade grande, e, como parte dela, a informação sobre os crimes cometidos em vários locais.

Assim, se era apenas nas ruas de Paris¹⁰ que se conhecia a vida cotidiana da cidade, com o advento do telégrafo o acesso à informação torna-se mais fácil. Segundo Benjamin (1989a), “Quando, por volta do fim do Segundo Império, o telégrafo elétrico entrou em uso, o boulevard perdeu o seu monopólio. Doravante, os acidentes e os crimes podiam ser recebidos de todo o mundo” (p. 24). O clima de insegurança, então existente, parece ter sido sentido de modo mais intenso, e a necessidade de respostas e principalmente de ações é acentuada. Caberá às emergentes ciências modernas exercer este papel.

Uma segunda circunstância diz respeito ao impressionante aumento da população nas metrópoles: o espetáculo da multidão se faz sentir na pele e na alma do homem burguês. Benjamin cita um trecho de um texto de Engels publicado em 1848¹¹ em que é possível verificar a perplexidade de alguém que, vindo de outra realidade, ainda não tão afetada pelas consequências da industrialização, observa pela primeira vez a multidão:

Uma cidade como Londres, onde se pode vagar horas a fio sem se chegar sequer ao início do fim, sem se encontrar com o mais ínfimo sinal que permita inferir a proximidade do campo, é algo realmente singular. Essa concentração colossal, esse amontoado de dois milhões e meio de seres humanos num único ponto,

¹⁰ Tomaremos como referência particularmente o que ocorreu em Paris pelo fato de que ela, ao lado de Londres, foi considerada o grande centro urbano daquele período.

¹¹ Situação da Classe Operária da Inglaterra.

centuplicou a força desses dois milhões e meio... (...) O próprio tumulto das ruas tem algo de repugnante, algo que revolta a natureza humana. Essas centenas de milhares de todas as classes e posições, que se empurram umas às outras, não são todos seres humanos com as mesmas qualidades e aptidões, e com o mesmo interesse em serem felizes? ... E, no entanto, passam correndo uns pelos outros, como se não tivessem absolutamente nada em comum, nada a ver uns com os outros; e, no entanto, o único acordo tácito entre eles é o de que cada um conserve o lado da calçada à sua direita, para que ambas as correntes da multidão, de sentidos opostos, não se detenham mutuamente; e, no entanto, não ocorre a ninguém conceder ao outro um olhar sequer. Essa indiferença brutal, esse isolamento insensível de cada indivíduo em seus interesses privados, avulta tanto mais repugnantes e ofensivos quanto mais estes indivíduos se comprimem num exíguo espaço (Engels *apud* Benjamin, 1989b, p. 114).

Se o observador distante se vê perplexo diante da multidão, aquele que é parte dela sente suas consequências, como já dito, no corpo e na alma. Isso se mostrará, inclusive, na literatura feita naquele momento. Um curioso gênero literário desenvolve-se em Paris: a literatura panorâmica.

Neste gênero literário, ocupa um lugar de destaque as fisiologias, que são fascículos em formato de bolso e que se ocupavam “da descrição dos tipos encontrados por quem visita a feira” (Benjamin, 1989a, p. 33). Inspiradas nos estudos dos fisiognomonistas do século anterior, as fisiologias defendiam a ideia de que era possível conhecer o caráter, o modo de vida, a profissão etc., dos passantes pela observação, e que a capacidade de conhecer seria inerente a todos.

Esses escritos, segundo Benjamin, descreviam as pessoas de maneira “inofensiva e de completa bonomia” (1989a, p. 35). Essa forma de ver aquele que se encontra ao lado, já indicava um modo de lidar com uma nova situação. Benjamin refere-se à preponderância da atividade visual sobre os demais sentidos, na cidade grande, e isto devido, principalmente, ao uso do transporte público. Com o crescimento das cidades, era necessário que se mantivesse, muitas vezes por um longo período de tempo, nos trens, bondes etc., e sem se dirigir a ninguém. Esta situação era tanto nova quanto incômoda, e as fisiologias “eram perfeitamente adequadas para afastar como frívolas essas noções inquietantes” (1989a, p. 36).

Esta necessidade de conhecer aquele que passa, torna-se essencial na inquietante e, em grande medida, ameaçadora vida urbana da metrópole. Dirá Benjamin: “Quanto menos segura se torna a cidade grande, tanto mais

necessário para se viver nela – assim se pensava – é esse conhecimento” (1989a, p. 37).

Um dos aspectos ameaçadores da multidão refere-se ao fato de que nela, o criminoso, anônimo, parece estar mais protegido. Ela passa a ser considerada algo que favorece o ato antissocial e, ao mesmo tempo, o refúgio a quem o comete: “É quase impossível – escreve um agente secreto parisiense em 1798 – manter boa conduta numa população densamente massificada, onde cada um é, por assim dizer, desconhecido de todos os demais, e não precisa enrubescer diante de ninguém” (Benjamin, 1989a, p. 38).

Se, diante disso, as fisiologias vão perdendo sua capacidade de apaziguar a inquietação surgida neste novo contexto, a literatura que se voltava para os aspectos ameaçadores da vida na metrópole vai ganhando espaço. Desenvolve-se o romance policial, ganhando um espaço importante na vida da grande cidade. Contos como *A Carta Roubada*, *O Mistério de Maria Roget* e *Os Crimes da Rua Morgue*, todos de Poe, nos dão a medida do clima policialesco, investigativo, presente nas grandes cidades. Interessante, também, os rigores técnicos e científicos das personagens, demonstrando o quanto a lógica científica participava da vida cotidiana do homem comum.

Benjamin, referindo-se a um texto de A. Dumas, afirma que “Qualquer pista seguida pelo *flâneur* vai conduzi-lo a um crime. Com isso se compreende como o romance policial, a despeito de seu sóbrio calculismo, também colabora na fantasmagoria da vida parisiense” (1989a, p. 39).

Segundo Benjamin, desde a Revolução Francesa uma série de medidas de controle foi imposta pelo governo napoleônico. Ele cita, como exemplo, a numeração dos imóveis, que se tornou obrigatória desde 1805 em Paris. Diante de tais medidas, escreve Balzac:

Pobres mulheres da França! Bem querieis permanecer desconhecidas para tecer o vosso pequeno romance de amor. Mas como haveis de consegui-lo numa civilização que manda registrar em praças públicas a partida e a chegada das carruagens, que conta as cartas e as sela uma vez no despacho e outra na entrega, que dá números às casas e que, em breve, terá todo o país, até as menores parcelas, registrado em seus cadastros? (Balzac *apud* Benjamin, 1989a, p. 44)

Cada vez mais rigorosa, esta crescente rede de controles tomou conta da vida diária da população de Paris, fazendo parte também, como seria de se esperar, dos procedimentos policiais utilizados para identificar aquele que comete um crime. Novos e diversificados procedimentos são utilizados para este fim, sendo todos desenvolvidos com os mais avançados procedimentos científicos da época.

A identificação do criminoso passa a ser realizada por meio de técnicas antropométricas, pelo reconhecimento da assinatura do indivíduo e, por fim, pela fotografia. Esta última foi considerada o elemento que representou o divisor de águas no reconhecimento do criminoso. Segundo Benjamin,

Na história desse processo, a descoberta da fotografia representa um corte. Para a criminalística não significa menos que a invenção da imprensa para a literatura. Pela primeira vez, a fotografia permite registrar vestígios duradouros e inequívocos de um ser humano (1989a, p. 45)

Se na vida cotidiana do homem novecentista estas questões eram essenciais, e a literatura dá mostras disso, na ciência não era diferente. Como visto anteriormente, o trabalho desenvolvido por Lombroso vai nesta mesma direção. Como homem da ciência, Lombroso se propôs a descrever, com todos os rigores científicos, o homem predisposto a cometer crimes.

2.5. A recepção do pensamento de Lombroso

Segundo Alvarez (2003), os diversos congressos de antropologia criminal realizados no final do século XIX e início do século XX na Europa indicaram, com bastante clareza, o interesse despertado entre leigos e especialistas pelas teses de Lombroso. Taine, em carta endereçada a Lombroso, em 1887, mostra o entusiasmo por seus achados:

Vós nos haveis mostrado esses orangotangos lúbricos, ferozes, de face humana. Certamente, sendo tais, não poderiam agir de outro modo senão como o fazem. Se eles violentam, se eles roubam, se eles matam, é em virtude de seu natural e de seu passado, infalivelmente. Razão a mais para destruí-los logo que se constata que são e permanecerão sendo sempre orangotangos. Nesse caso, não faço

qualquer objeção contra a pena de morte, se a sociedade julgá-la proveitosa (Taine *apud* Lombroso, 2001, p. 19).

Ao mesmo tempo, foram ali que surgiram as principais resistências a este pensamento. Assim, apesar de ter sido um pensamento hegemônico na Europa durante alguns anos, não faltaram opositores. Lombroso menciona Baer, Manouvrier, Oettingen, Brusa, Ungern-Sternberg e Gabriel Tarde como os seus mais importantes ‘adversários’¹² e afirma que “é bom ser combatido e mesmo ser vencido por tais homens” (2001, p. 23).

Podem-se mencionar, *grosso modo*, dois grupos de críticas a Lombroso. O primeiro diz respeito aos procedimentos metodológicos utilizados por ele em suas investigações (que foi o ponto de apoio da teoria, conferindo a ela o *status* de conhecimento inquestionável). Apesar de sua ênfase nos procedimentos experimentais, tão cara à época, a teoria lombrosiana foi acusada de ser “*purement déductive sous une apparence de fidélité à la méthode expérimentale* (Richard *apud* Alvarez, 2003, p. 49).

Aqui pode ser verificado que a oposição se deve a uma questão de ordem metodológica, em que o problema está na relação entre sujeito e objeto, na qual o objeto não é apreendido por uma questão de “insuficiência de julgamento” do sujeito sobre o objeto, normalmente derivada do não rigor metodológico (Adorno, 1994c, p.49).

Um segundo grupo de críticas pode ser ilustrado pelo pensamento de Gabriel Tarde. Em seu *A Criminalidade Comparada*, publicada originalmente em 1886, refuta as principais teses apresentadas em *O Homem Delinqüente*, e os rumos da nova escola do direito penal. Segundo Wolfgang (1973, p. 280), parte considerável da crítica de Tarde consiste em demonstrar a incoerência da teoria de Lombroso, principalmente no que diz respeito às características utilizadas por ele para identificar o criminoso.

Tarde opõe-se severamente às teses lombrosianas. Para ele, a função principal do criminalista é descobrir “as razões sociais do delito a fim de agir sobre elas” (1957, p. 157).

¹² “Se não posso senão louvar-me de meus críticos e de meus colaboradores, não fui menos feliz com meus adversários” (2001, p. 23).

Apesar das críticas, as dimensões e o alcance da teoria de Lombroso na vida das pessoas e nas reformas institucionais não foram pequenos. Ainda que os seus estudos se dirigissem às características dos criminosos, sua teoria não tardou a se popularizar e se aplicar à vida cotidiana do povo europeu.

Enfatizando a grande aceitação das teses de Lombroso, Bobone (2009) afirma que o *Almanach Hachette*¹³, popular publicação francesa da época, em sua edição de 1898, publicou texto que ensinava aos leitores como poderiam identificar o caráter de seus criados a partir de suas características físicas:

O texto, ilustrado com uma dezena de retratos, correspondentes aos principais tipos fisionômicos, esclarecia os principais defeitos que se podiam esperar de cada um deles: os que indicavam a propensão para a bebida, os que eram indício de tendência para o roubo, os que denunciavam o perigo de maltratar as crianças etc (p. 2).

Para além de terras europeias, o pensamento de Lombroso teve grande aceitação também em outros países. O Brasil é um exemplo disso.

2.5.1. A recepção do pensamento de Lombroso no Brasil

No Brasil, as ideias de Lombroso encontraram um solo bastante fértil para sua disseminação, particularmente em virtude das mudanças oriundas do processo de modernização da sociedade brasileira. Segundo Alvarez (2003), ao longo do século XIX, as novas condições de vida proporcionada pela urbanização geraram um grande receio por parte da elite, principalmente das grandes metrópoles europeias, Londres e Paris, em relação ao crime e à criminalidade. Analogamente surgirá nas grandes cidades brasileiras, em particular Rio de Janeiro e São Paulo, a mesma preocupação. Consequentemente, medidas deveriam ser tomadas, mas, preferencialmente, de acordo com os mais avançados procedimentos científicos da época.

As influências do ideário lombrosiano se deram de várias formas no Brasil, mas foram mais decisivas entre médicos (na maioria, higienistas) e juristas. Pode-

¹³ Almanach Hachette: petite encyclopédie populaire de la vie pratique.

se mencionar Afrânio Peixoto, Leonídio Ribeiro¹⁴, Heitor Carrilho e Nina Rodrigues como seus grandes representantes.

Um exemplo da acolhida e da aplicação das teses lombrosianas no Brasil é o trabalho de Leonídio Ribeiro. Segundo Corrêa (1982), sob a orientação de Leonídio Ribeiro alguns médicos brasileiros iniciaram uma campanha que tinha por propósito resolver o problema das crianças abandonadas. O resultado institucional mais importante desta campanha, de acordo com a autora, foi a criação das “Cidades de Menores”, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Essas ações fundamentavam-se no pressuposto de que era possível identificar, já na criança, sinais que indicavam sua predisposição ao crime. Segundo Ribeiro,

Na criança de um ano é, às vezes, possível já reconhecer o futuro criminoso. É na infância, ou na puberdade, que se revelam as primeiras tendências para as atitudes anti-sociais, que se concretizam e agravam progressivamente, sob a influência geral do ambiente. Existem, na criança, os chamados “sinais de alarme” de tais predisposições e tendências ao crime, sinais que podem ser de natureza morfológica, funcional ou psíquica. Especialmente sobre estes últimos é que devem estar vigilantes todas as mães, sabido que as crianças perversas, rebeldes, violentas, impulsivas, indiferentes e desatentas são principalmente as que precisam receber cuidados especiais para não se tornarem, afinal, elementos perigosos para a sociedade (Ribeiro *apud* Corrêa, 1982, p. 60).

Havia, portanto, interesse não apenas em divulgar estas teses, mas também em utilizá-las no combate e na prevenção ao crime.

As proposições de Lombroso sobre o destino do *criminoso nato* foram influentes para que psiquiatras e juristas pudessem consolidar uma intenção que se fazia urgente no Brasil, desde fins do século XIX: a criação de ambiente próprio para instalação dos doentes mentais e a posterior necessidade, conforme sugeria Lombroso, de criação do Manicômio Judiciário no país¹⁵ (Carrara, 1998, p. 191).

A crescente adesão do Direito e da Psiquiatria, salvo raras exceções, às teses de Lombroso, sustentavam o posicionamento dos psiquiatras e médicos legistas frente à nova concepção científico-social. Compreendia-se que o ‘criminoso nato’ e o ‘degenerado’ colocavam em risco os demais internos dos

¹⁴ Leonídio Ribeiro recebeu o prêmio Lombroso de 1933

¹⁵ Segundo Carrara, o “primeiro asilo criminal brasileiro” foi inaugurado no ano de 1921 (1998, p. 193).

manicômios comuns, e que eles não possuíam estrutura física e administrativa para aceitá-los. Segundo Carrara (1998, p. 191), Teixeira Brandão, Juliano Moreira e vários outros psiquiatras da época influenciaram, então, a criação de um Decreto-Lei surgido em 1903¹⁶, que previa a obrigatoriedade de construção de manicômios judiciários em todos os Estados brasileiros, e quando isso não fosse possível, ao menos pavilhões específicos destinados aos loucos-criminosos deveriam ser criados nos hospícios públicos; instituiu-se, após essa lei, a Seção Lombroso no Hospício Nacional, em 1921, mesmo ano da criação do primeiro Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro, sob a direção de Heitor Pereira Carrilho, “especialista na questão dos loucos-criminosos”¹⁷.

Segundo Oliveira Jr. (2005), com o final da Segunda Grande Guerra e as aproximações das teses de Lombroso com as concepções e as técnicas de aniquilamento utilizadas pelos nazistas no extermínio de judeus, as idéias de Lombroso receberam numerosas críticas, impondo limites aos seus defensores. Depreende-se daí uma posição de consenso entre os intelectuais brasileiros quanto ao ocaso do determinismo biológico. Apesar disso, segundo Oliveira Jr (p. 133), ao contrário da afirmativa corrente da historiografia de que as influências das teorias biodeterministas cessaram no pós-guerra, o que houve foram adaptações destas teorias no interior dos vários campos de conhecimento.

Estas adaptações geraram alguns momentos de maior e outros de menor influência; geraram áreas afetadas mais diretamente e outras de maneira mais sutil. Por exemplo, em *Drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*, é possível verificar os resultados de uma pesquisa realizada nos arquivos do Juizado de Menores do Rio de Janeiro, de 1968 a 1988. Este estudo sugere que “Psicólogos, psiquiatras, pedagogos, médicos e assistentes sociais” trabalham em pareceres e diagnósticos “com as mesmas categorias utilizadas na introdução das ideias de Lombroso no Brasil”, em que “um certo brilho no olhar” denuncia tendência de

¹⁶ Decreto nº 1132, de 22/12/1903 (Carrara, 1998, p. 191).

¹⁷ Febrônio Índio do Brasil talvez tenha sido, senão o primeiro, o mais importante criminoso brasileiro a ter a sua personalidade estudada exaustivamente pela psiquiatria. Debruçaram-se sobre ele Leonídio Ribeiro, Murillo de Campos e Heitor Carrilho, um dos maiores defensores do direito positivo no Brasil. O caso de Febrônio foi descrito por Peter Fry em *Febrônio Índio do Brasil: onde cruzam a psiquiatria, a profecia, a homossexualidade e a lei* (1982) e por Blaise Cendrars em *Etc..., etc... (um livro 100% brasileiro)* (1976).

reincidência ao crime. Tais descrições causaram “grande surpresa” na autora, que identifica atitudes racistas e considera as práticas oriundas de uma “seletividade do sistema” (Batista, 2009, p. 383).

Nos anos que se seguiram ao final da Segunda Guerra, um período que, ao que tudo indica, apresenta um fortalecimento das concepções biodeterministas é o que se inicia nas duas últimas décadas do século XX.

Dulesko, em *Criminologia: a multidisciplinariedade na investigação das origens do crime e do processo de seletividade penal no Vale do Itajaí-SC*, afirma:

Atualmente, no Brasil, existe um clima fértil para que teorias como a de Lombroso possam reaparecer, implícita ou explicitamente. Essas teorias reaparecem visivelmente no fluxo social do sistema penal, ao nível do judiciário e ao nível do sistema prisional. O presidente de uma faculdade privada do Rio de Janeiro escreve, na apresentação do livro de Cesare Lombroso, em 1983: “As faculdades Integradas Estácio de Sá se orgulham de poder devolver à inteligência um contato que se perdera” (2008, p. 12).

Um artigo que traz, com uma clareza desconcertante, a defesa da retomada das teses de Lombroso é *Onda de crimes ressuscita Lombroso para o direito penal*, de Sebastião José Roque (2009), um dos tradutores para a língua portuguesa de *O Homem Delinquente*. Para ele, as teses de Lombroso estavam “um pouco no ostracismo, quando ressurgem com vigor na órbita do Direito Penal e da Criminologia, em vista da escalada de corrupção, violência e criminalidade que varre este país” (p.1). Mais adiante, afirma que “seus estudos nos despertam para muitos casos que estamos presenciando hodiernamente. Embora sua obra-prima, *O Homem Delinqüente*, tenha sido publicada em 1871, portanto há 130 anos, sentimos que ele está presente em nossos dias” (p. 1).

3. NOTAS SOBRE O CRIME E O CRIMINOSO A PARTIR DA TEORIA CRÍTICA DA SOCIEDADE

Não se pode dizer que Adorno, ou qualquer um dos expoentes da Teoria Crítica da Sociedade, tenha se dedicado a elaborar uma teoria sobre o crime *stricto sensu*. As incursões mais diretas pela seara do direito devem-se, sobretudo, aos membros do Instituto que tinham formação jurídica¹⁸. Apesar disso, Adorno não poderia ignorar estas questões. Neste capítulo tentaremos extrair do pensamento de Adorno sua concepção sobre o significado do crime no capitalismo administrado e sobre o indivíduo que o comete, em contraposição à concepção tão difundida de uma natureza humana que predispõe indivíduos à prática de crimes. Trataremos a questão partindo de dois pontos. O primeiro, a partir do desenvolvimento do indivíduo ao longo da civilização ocidental. O segundo, a partir do processo de socialização nas sociedades administradas.

3.1. De Leibniz a Comte

A concepção que defende a ideia de que os indivíduos são o que são em virtude de uma natureza humana invariável tem seus fundamentos na metafísica de Leibniz. Nos primórdios da sociedade liberal, Leibniz desenvolve a tese segundo a qual o universo é composto por ‘unidades de força’. Tal tese deriva de sua concepção de mundo que, oposta ao mecanicismo cartesiano, propõe a noção de que os seres não são como máquinas em movimento, mas, como forças vivas (Chauí, 1979, p. 97). Estas unidades de força, as mônadas, que são todos os seres vivos, inclusive os homens, viriam ao mundo por desígnio divino: “Assim, só Deus é unidade primitiva, ou a substância simples originária de que todas as Mônadas criadas ou derivadas são produções e nascem de momento a momento, digamos assim, por Fulgurações contínuas da Divindade” (1979a, p. 110).

¹⁸ Dentre eles destacam-se Franz Neumann e Otto Kirchheimer.

Leibniz enumera uma série de sentenças que caracterizam as mônadas. Para ele a mônada:

é apenas uma substância simples que entra nos compostos. Simples, quer dizer: sem partes... Ora, onde há partes, não há extensão, nem figura, nem divisibilidade possíveis, e, assim, as Mônadas são os verdadeiros Átomos da Natureza, e, em uma palavra, os Elementos das coisas (1979a, p. 105)

E, mais adiante, complementa:

Não há meio também de explicar como a Mônada possa ser alterada ou modificada em seu íntimo por outra criatura qualquer, pois nada se lhe pode transpor, nem se pode conceber nela algum movimento interno que, de fora, seja excitado, dirigido, aumentado ou diminuído lá dentro, como nos compostos, onde há mudança entre as partes. As Mônadas não têm janelas por onde qualquer coisa possa entrar ou sair (Leibniz, 1979a, p. 105).

Destes elementos pode-se compreender a concepção de indivíduo e de sociedade derivada do pensamento de Leibniz: o indivíduo seria o elemento mais simples, indivisível, que, unido aos outros, formaria a sociedade, uma somatória de individualidades; dito de outra maneira, “o composto é apenas a reunião ou *aggregatum* dos simples” (Leibniz, 1979a, p. 105). Esta concepção é prenhe de consequências. Segundo Horkheimer e Adorno (1978, p. 46), subjacente a ela encontra-se o modelo conceitual para a visão individualista da emergente sociedade burguesa. Assim, a mônada, portadora de alguma autonomia, é capaz de vender sua força de trabalho e competir em um mundo em que o capitalismo se impunha enquanto modo de produção. Ao mesmo tempo, será o indivíduo responsável pelo mal, já que não pode ser influenciada pelo todo. Assim, é possível justificar teoricamente os problemas decorrentes dos conflitos de interesses entre as classes sociais, e das mazelas oriundas do acelerado processo de industrialização.

Um paradoxo se coloca aqui. Em seu *Discurso de Metafísica* (1979b), Leibniz afirma que Deus “possuindo suprema e infinita sabedoria, age de forma mais perfeita não só em sentido metafísico, mas também moralmente” (p. 119). Ora, se Deus, de acordo com a metafísica de Leibniz, cria o “melhor dos mundos possível” para se viver, e “em harmonia com o plano criador”, sendo as mônadas perfeitas, inclusive moralmente, como se explicam os ‘desvios’? Como se explica

a existência do 'mal'? Leibniz certamente não atribui a Deus a responsabilidade por tal existência: "... as criaturas devem suas perfeições à influência divina, e as imperfeições à sua própria natureza" (1979a, p. 109). Em outro texto ele confirma a sua posição:

Entretanto, vê-se claramente não ser Deus a causa do mal, pois não só o pecado original se apoderou da alma depois da perda da inocência dos homens, mas ainda anteriormente havia uma limitação ou imperfeição conatural a todas as criaturas, tornando-as pecáveis ou suscetíveis de pecar (1979b, p. 145).

Assim, ainda que cada ser venha ao mundo dotado de perfeição, também possui limitações originais. Ainda que Deus proveja a todos os seres com as mesmas graças, cada um somente poderá se beneficiar delas de acordo com essa limitação. Deste modo, o crime ou qualquer outra situação que interfira na harmonia do universo criado por Deus, só se justifica com base no mal metafísico, do qual se origina o mal moral, ou seja, na imperfeição original da criatura.

Recusando a ideia de que o indivíduo é meramente aquilo que lhe coube como desígnio da natureza, Comte enfatiza o papel das contingências ambientais na constituição do indivíduo.

Apesar de ser duramente criticado em vários sentidos pelos frankfurtianos, Horkheimer e Adorno reconheceram o papel que a concepção de indivíduo elaborada por Comte exerceu na negação de uma concepção naturalista, tal como a formulada por Leibniz. Comte (1983), fazendo referência aos fenômenos considerados por ele relativos à física orgânica (dividida em fisiologia e física social), afirma que "seria impossível tratar o estudo coletivo da espécie como pura dedução do estudo do indivíduo, porquanto as condições sociais, que modificam a ação das leis fisiológicas, constituem precisamente a consideração mais essencial" (1983, p. 33). Segundo esta concepção, os homens, assim como os demais seres vivos, nasceriam como uma entidade biológica individual, dotados de características próprias da espécie, sendo posteriormente modificadas pelas condições sociais. Ainda que Comte considere como fundamentais as condições sociais, elas são secundárias, sendo a sua 'física social' derivada da fisiologia: "Em todos os fenômenos sociais observa-se, primeiramente, a influência das leis fisiológicas do indivíduo e, ademais, alguma

coisa de particular que modifica seus efeitos e que provém da ação dos indivíduos uns sobre os outros” (1983, p. 33).

Mesmo que haja o reconhecimento do caráter progressista desta concepção, já que recusa a ideia de uma natureza humana invariável, também se deve indicar seus limites. De um lado podemos dizer, com Horkheimer e Adorno, que “o conceito de individuação biológica é tão abstrato e indeterminado que não pode expressar, de maneira completa e apropriada, o que os indivíduos efetivamente são” (1978, p. 51). De outro, o simples fato de que natureza e história são concebidas como dois pólos distintos, já demonstra a insuficiência desta concepção para apreender o indivíduo e o que ele é em uma sociedade concreta. Segundo Adorno, “La separación de la estática natural de la dinámica histórica conduce a absolutizaciones falsas, separar en algún sentido la dinámica histórica de lo natural asentado insuperablemente (*unaufhebbar*) en ella conduce a un espiritualismo del malo” (1991, p117).

3.2. Natureza e história

Adorno, em *A ideia de história natural* (1991), desenvolve o texto com o intuito de suprimir a antítese entre natureza e história:

Si es que la cuestión de la relación entre naturaleza e historia se ha de plantear con seriedad, entonces sólo ofrecerá un aspecto responsable cuando consiga *captar al Ser histórico como Ser natural en su determinación histórica extrema, en donde es máximamente histórico, o cuando consiga captar la naturaleza como ser histórico donde en apariencia persiste en sí misma hasta lo más hondo como naturaleza*. Ya no se trata de concebir toto coelo el hecho de la historia en general, sometido a la categoría de historicidad, como un hecho natural, sino de retransformar, en sentido inverso, la disponibilidad (*Gefügtheit*) de los acontecimientos intrahistóricos en disposición (*Gefügtsein*) de acontecimientos naturales (1991, p. 117).

Para ele, não se trata, pois, de procurar um ser puro que seja anterior ao ser histórico, mas compreender que no limite da natureza encontramos a história, e que no limite da história encontramos a natureza. Podemos mesmo dizer que o homem somente realiza a sua natureza separando-se da natureza, sendo histórico.

Isto posto, compreendemos que o indivíduo se constitui na tensão entre natureza e cultura. E nos referimos não apenas a uma natureza individual, particular, nem tampouco somente na cultura entendida como ‘meio ambiente’ em que o indivíduo particular se desenvolveria, como são postas estas questões atualmente. Isto pelo simples fato de que tanto no indivíduo particular quanto na cultura, encontram-se as marcas de suas origens mais remotas. A própria afirmação comum de que a filogênese se repete na ontogênese nos dá mostras disso. Segundo Horkheimer e Adorno,

A humanidade teve que se submeter a terríveis provações até que se formasse o eu, o caráter idêntico, determinado e viril do homem, e toda infância ainda é de certa forma a repetição disso. O esforço para manter a coesão do ego marca-o em todas as suas fases, e a tentação de perdê-lo jamais deixou de acompanhar a determinação cega de conservá-lo. (1985, p. 44).

Assim compreendemos que o que deu origem ao que hoje chamamos de indivíduo, não foi perdido, se mantém ainda não apenas como uma herança arcaica. O passado não se conserva como passado, mas como presente.

Segundo Horkheimer e Adorno (1985), os mitos, a ciência e o próprio indivíduo, dotado de uma interioridade e de alguma consciência de si, têm uma origem comum: o enfrentamento da natureza. Da impotência diante da força da natureza e do medo frente a ela, surgiu a necessidade de seu entendimento. Se nos mitos já havia a tentativa não apenas de entendimento, mas de controle da natureza para afugentar o perigo, será apenas com o desenvolvimento do conceito, possível em virtude da separação entre sujeito e objeto, que uma nova forma de vida emerge: “É a substituição da herança mágica, isto é, das antigas representações difusas, pela unidade conceptual que exprime a nova forma de vida, organizada com base no comando e determinada pelos homens livres”. (1985, p. 28).

O conceito, o pensamento, por surgir das relações entre sujeito e objeto, reproduz estas mesmas relações. Assim, a dominação do sujeito sobre a natureza é encarnada no conceito também sob a forma de dominação. Essa nova forma de vida encontra seu mais perfeito significado na lógica formal. Curioso como associamos a lógica formal apenas com os procedimentos adotados pela ciência oficial. No entanto, ela representa, sobretudo, a forma com que nos

relacionamos com o mundo. Levado às últimas conseqüência, “a multiplicidade das figuras se reduz à posição e à ordem, a história ao fato, as coisas à matéria” (1985, p. 22). Em outras palavras, o pensamento é reduzido ao cálculo, à fórmula, e os homens a números. Trata-se do domínio, do poder dos homens sobre a natureza desencantada. O que visa o esclarecimento é a soberania do homem sobre toda a existência.

Mas esta pretensão de afastar-se inteiramente da natureza, controlando-a pela razão, tem suas conseqüências: “Toda tentativa de romper as imposições da natureza rompendo a natureza, resulta numa submissão ainda mais profunda às imposições da natureza” (Horkheimer e Adorno, 1985, p. 27).

O eu que emerge deste contexto deve pagar seu tributo: “O despertar do sujeito tem por preço o reconhecimento do poder como o princípio de todas as relações” (Horkheimer e Adorno, 1985, p. 24). E mais: “O eu, que aprendeu a ordem e a subordinação com a sujeição do mundo, não demorou a identificar a verdade em geral com o pensamento ordenador, e essa verdade não pode subsistir sem as rígidas diferenciações daquele pensamento ordenador” (p. 28).

Horkheimer e Adorno demonstraram, por meio da análise de um dos textos fundamentais da civilização ocidental, a *Odisséia*, de Homero, que na antiguidade clássica, muitos elementos essenciais ao mundo burguês já estavam presentes. Para os autores, “as linhas da razão, da liberalidade, da civilidade burguesa se estendem incomparavelmente mais longe do que supõem os historiadores que datam o conceito do burguês a partir tão-somente do fim do feudalismo medieval” (1985, p. 54).

Por meio do estudo da personagem Ulisses, revelaram o surgimento de um espaço oculto aos seus adversários, no qual se preparavam as estratégias para derrotá-los. A força bruta deu lugar à sagacidade e à capacidade de enganar, na busca pelo poder. Mas a condição para a existência dessa capacidade de enganar e dominar o outro pela tática, era a dominação sobre si mesmo. Foi pela renúncia aos desejos, pelo controle sobre as urgências de uma natureza interna, que um eu pôde se formar em Ulisses. Segundo Crochik (1997), “Ulisses, para ser senhor de si mesmo, ou seja, ter uma identidade, teve que se sacrificar, renunciar aos desejos suscitados pela natureza mitologizada, de tal forma que a identidade se construiu em função da negação de parte do Eu” (p. 59).

Segundo Horkheimer e Adorno (1985), o surgimento do eu ocorreu ao mesmo tempo em que o desenvolvimento da razão, no enfrentamento da natureza, derivando da escrita de Homero um modelo, um protótipo da constituição dos indivíduos particulares. Aqui, será também derivada da dominação sobre os desejos que o eu se forma. No entanto, se consideramos que a formação do eu se dá em virtude do controle sobre uma natureza interna, a exigência e o sentido desse controle são fornecidos pela cultura. Para os autores, “O indivíduo surge, de certo modo, quando estabelece o seu eu e eleva o seu ser-para-si, a sua unicidade, à categoria de verdadeira determinação” (1978, p. 52). No entanto, “mesmo essa autoconsciência da singularidade do eu, que não basta para fazer, por si só, um indivíduo, é uma autoconsciência social (1978, p. 52).

Assim, consideramos que mesmo as disposições que porventura trazemos ao mundo ao nascer, somente são desenvolvidas em virtude das possibilidades que se apresentam pela cultura. Mais que isso, são significadas socialmente. Ainda que consideremos a existência dessas disposições, longe estamos de estabelecer qualquer relação entre a prática de crimes, ou qualquer ação do indivíduo, com elas. A redução do indivíduo à mera natureza ou, o seu oposto, a uma representação particular do todo, não conseguem captar efetivamente o indivíduo e suas determinações. Horkheimer e Adorno são categóricos. É necessária a “análise das relações sociais concretas e da configuração concreta que o indivíduo assume nessas relações” (1978, p. 53).

3.3. Sobre socialização

Esta afirmação nos remete ao conceito de sociedade e à forma como o indivíduo tem podido existir em virtude das leis que têm regido o contexto em que vivemos. Segundo Horkheimer e Adorno, por sociedade entende-se:

Uma espécie de contextura formada entre todos os homens e na qual uns dependem dos outros, sem exceção; na qual o todo só pode subsistir em virtude da unidade das funções assumidas pelos co-participantes, a cada um dos quais se atribui, em princípio, uma tarefa funcional; e onde todos os indivíduos, por seu turno, estão condicionados, em grande parte, pela sua participação no contexto geral (1978, p. 25).

Desta concepção, compreendemos que a sociedade não pode ser considerada somente a partir da descrição dos elementos que a compõem, pois, como dito antes, recusamos a ideia de que o todo se compõe de partes isoladas. Trata-se, sobretudo, de conhecer as relações existentes entre os homens e as leis que as determinam, que se configuram como um 'nexo funcional' sob o qual todos encontram-se submetidos. Mas, dirá Adorno, se efetivamente há entre os homens um nexo funcional que garante a existência em sociedade, e, por conseguinte, a socialização, este nexo não se dá livremente, mas é determinado pela troca:

Como as pessoas existem para as outras e são determinadas essencialmente como trabalhadores, deixam de ser mera existência, mero em-si ou estado factual, mas determinam-se a si próprias mediante o que fazem e mediante a relação que reina entre elas, ou seja, a relação de troca. (2008a, p. 110)

Nesse sentido, em oposição tanto às teorias que concebem o indivíduo como fruto de sua natureza, quanto como resultado das contingências ambientais, consideramos que o indivíduo desenvolve-se na tensão entre natureza e cultura, em virtude do processo de socialização.

Portanto, não há indivíduos no sentido social do termo, ou seja, homens aptos à possibilidade de existir e existentes como pessoas, dotados de exigências próprias e, sobretudo, atuantes no trabalho, a não ser com referência à sociedade em que vivem e que forma os indivíduos em seu âmago. Por outro lado, também não há sociedade sem que seu próprio conceito seja mediado pelos indivíduos, pois o processo pelo qual ela se preserva é, afinal, o processo de vida, o processo de trabalho, o processo de produção e reprodução que se conserva mediante os indivíduos isolados, socializados na sociedade (2008a, p. 119).

Esta afirmação de Adorno nos dá chances para pensar a questão do criminoso, que é, afinal, nosso propósito aqui. É claro que os motivos que fazem com que os indivíduos cometam crimes são os mais diversos possíveis. Não é possível chegar a uma fórmula, nos moldes da ciência formal, que explique por que razão se fez isso ou aquilo. De outro lado, não é incomum perceber a inquietação das pessoas ao afirmar que sob as mesmas condições, pessoas diferentes agiram de modos diferentes. E estão certas. De fato, sob as mesmas condições as pessoas efetivamente podem agir, e muitas vezes agem,

diferentemente umas das outras. Não podemos aceitar a idéia de que, ainda que a pressão civilizatória e a integração tenham chegado a proporções antes inimagináveis, a consciência tenha sido totalmente integrada. Em alguma medida, a vontade e a decisão ainda estão presentes nas pessoas.

Mas, se não é possível chegar a uma equação que explique por que razão o indivíduo comete crimes, é possível conhecer os nexos sociais que subjazem ao comportamento criminoso.

Neste ponto, um aspecto essencial diz respeito às possibilidades de diferenciação dos indivíduos em uma sociedade de alto desenvolvimento tecnológico como a nossa. Segundo Adorno, Herbert Spencer definiu a dinâmica da sociedade a partir do processo de integração progressiva dos vários setores da sociedade. Isso significa que “setores cada vez mais amplos da sociedade se conectam de um modo que os coloca em dependência recíproca” (2008a, p. 123). De acordo com a teoria de Spencer, quanto maior a integração, maior também seria a diferenciação da sociedade, em virtude das funções distintas surgidas com a divisão do trabalho. Decorrente disso, a diferenciação dos indivíduos também aumentaria. Segundo Horkheimer e Adorno, “a tese da integração progressiva foi confirmada” (1978, p. 38). Praticamente nada existe fora do contexto funcional da sociedade. Mesmo o que não participa diretamente do processo produtivo, ou que aparentemente se mantém à margem da sociedade, hoje é capturado.

Por outro lado, a progressiva diferenciação postulada por Spencer, que efetivamente ocorreu em certos momentos do capitalismo concorrencial, não se manteve no capitalismo dos monopólios. Com o aumento da divisão do trabalho, há uma tendência à redução dos momentos específicos do processo social da produção. Segundo Horkheimer e Adorno, “quanto menores são as unidades em que se subdivide o processo social da produção, com o avanço da divisão do trabalho e da racionalização da produção, tanto mais as operações laborais assim subdivididas tendem a assemelhar-se e a perder o seu momento qualitativo específico” (1978, p. 38). Os autores exemplificam esta afirmação referindo-se ao trabalho do artesão como incomparavelmente mais diferenciado que o trabalho do operário na indústria.

Essa integração tem ocorrido em proporções gigantescas, e, conseqüentemente parece estar havendo uma igualmente gigantesca suspensão

da diferenciação. E isso não ocorre sem conseqüências para a vida dos homens. À redução da diferenciação no mundo do trabalho, corresponde a redução da diferenciação dos próprios indivíduos. No entanto, este controle que atualmente é exercido fundamentalmente pela indústria cultural, não ocorre de modo linear. Segundo Adorno,

nossa sociedade, ao mesmo tempo que se integra cada vez mais, gera tendências de desagregação... A pressão do geral dominante sobre tudo que é particular, os homens individualmente e as instituições singulares, tem uma tendência a destroçar o particular e individual juntamente com seu potencial de resistência. Junto com sua identidade e seu potencial de resistência, as pessoas também perdem suas qualidades, graças a qual têm a capacidade de se contrapor ao que em qualquer tempo novamente seduz ao crime (1995b, p. 122).

Assim, o criminoso comum não possui uma natureza diferente daqueles que não cometem crimes, como querem fazer crer as explicações que encontramos por toda parte. Ele é, antes de tudo, alguém que, em virtude da debilidade e da instabilidade do seu eu, não conseguiu controlar seus impulsos. Segundo Horkheimer e Adorno,

É provável que a substância viva, que é a mesma em cada um, não conseguisse fugir a uma pressão da constituição física e do destino individual com a mesma força da pressão que levou o criminoso a esses atos extremos, de tal sorte que qualquer um de nós teria agido do mesmo modo que o assassino, não houvesse um feliz encadeamento de circunstâncias nos concedido a graça do discernimento (1985, p. 211).

3.4. Livre arbítrio e determinismo

Uma questão recorrente quando se trata do crime, e que está implicada nos fundamentos dos diversos sistemas jurídicos, é a pergunta sobre a liberdade de vontade.

Para Kant (2007, p. 47), na natureza todas as coisas são regidas por leis, entretanto, somente o homem, por ser racional, tem a capacidade de agir de acordo com a *representação* das leis, ou seja, de acordo com princípios, o que indica que somente o homem possui uma *vontade*. Para ele, a vontade não seria outra coisa que não a razão prática, uma vez que só é possível que se derive as

ações das leis mediadas pela razão. Desta forma, se a vontade é determinada pela razão, as ações de cada indivíduo, que são tidas como “objetivamente necessárias”, são também consideradas “subjetivamente necessárias”, ou seja: “a vontade é a faculdade de escolher *só aquilo* que a razão, independentemente da inclinação, reconhece como praticamente necessário, quer dizer, como bom” (Kant, 2007, p. 47). Entretanto, se se considera que a vontade não é, por ela mesma, totalmente de acordo com a razão, que, para Kant, é o que de fato acontece com os homens, então as ações que são consideradas necessárias do ponto de vista objetivo, do ponto de vista subjetivo são contingentes, o que implica que a determinação da vontade segundo as leis objetivas torna-a uma obrigação.

Ao admitir esse distanciamento entre a vontade e a razão, Kant (2007) propõe a criação de mandamentos da razão, que seriam as representações de princípios objetivos que cumpririam a função de ‘obrigante’ para uma vontade. Os imperativos, que, segundo Kant, representam a fórmula do mandamento, expressam “a relação entre leis objetivas do querer em geral e a imperfeição subjetiva deste ou daquele ser racional, da vontade humana, por exemplo.” (p. 49).

Para Kant, os Imperativos só podem ser de duas ordens: os imperativos que ordenam hipoteticamente e os imperativos que ordenam categoricamente:

Os hipotéticos representam a necessidade prática de uma acção possível como meio de alcançar qualquer outra coisa que se quer (ou que é possível que se queira). O imperativo categórico seria aquele que nos representasse uma acção como objetivamente necessária por si mesma, sem relação com qualquer outra finalidade (2007, p. 50)

Apesar de que todos os imperativos atuam de acordo com a representação de uma ação como boa, de acordo com o princípio de uma vontade boa (caso contrário não seria um imperativo, em termos kantianos), há uma diferença importante entre eles. Como o imperativo hipotético consiste em afirmar que “devo fazer alguma coisa *porque quero qualquer outra coisa*” (p. 86), ou seja, a ação é apenas um meio para atingir outro objetivo, ele não pode ser considerado como o princípio da moral. Este só pode ser o imperativo categórico: “*Age apenas*

segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal”.

Mas se Horkheimer e Adorno indicaram a impossibilidade desta tese, a impossibilidade, em nossa época, de derivar da razão, a moral, qual é o motivo de recorrermos a ela, e de tomarmos em tão alta conta este princípio? Talvez a consequência mais importante desta tese seja a convicção de que a condição fundamental para a livre escolha esteja no momento de liberdade.

Adorno encerra um dos aforismas de *Mínima Moral* (1951) com a seguinte afirmação: “Não há nenhuma vida recta na falsa” (p. 29). Esta afirmação é prenhe de sentido. Nela está implícita a sua crítica às condições em que a vida humana está submetida sob o capitalismo administrado, e que encontra a sua marca mais evidente na falta de liberdade dos homens. Tal estado de coisas aparece no pensamento de Adorno não apenas como uma constatação, mas como a denúncia da impossibilidade de uma vida plena sob as condições às quais estamos submetidos, “cuando los hombres reales son esclavos, tanto interna como exteriormente” (1969,p.109). Para ele, a liberdade de vontade é algo ainda a ser conquistado, e não já existente.

Segundo Adorno,

La pregunta por la libertad de la voluntad no es nunca una cuestión abstracta, que pueda contestarse partiendo de una constitución ideal del individuo y de su carácter existente en si, sino únicamente comprensible tomando conciencia de la relación dialéctica entre individuo y sociedad (1969, p. 108).

4. METODOLOGIA

O propósito deste trabalho é investigar a natureza das pesquisas que tratam do Comportamento Criminoso e do Transtorno de Personalidade Antissocial. Entendemos que a ciência responde às necessidades objetivas de determinados períodos históricos e, sobretudo, pelo fato de que ela não é alheia aos processos postos em desenvolvimento pela totalidade social. Ao contrário, é também, na própria ciência que estes processos se materializam, e é, sobretudo, por meio dela, que se tornam efetivos na realidade social. Para Adorno, “that science is not only a force of production but that it is implicated in the social power relations and command structures of its age” (2008b, p. 52).

As análises têm como referência principal a relação do conceito com a coisa que ele representa. Neste caso, a ênfase recai sobre as concepções e os conceitos envolvidos nas investigações sobre o comportamento criminoso.

A escolha pelo conceito decorre, certamente, do fato de que esta pesquisa incide sobre o campo científico, e, portanto, lidaremos diretamente com o campo conceitual. No entanto, esta opção não se deve somente a uma decisão metodológica. A discussão sobre o conceito se reveste de grande importância, pois consideramos que ele não se restringe ao campo das ideias, mas produz efeitos na vida das pessoas. Adorno recomenda “... vigilância, sobretudo perante o conceito, hoje debilhado até o limite do suportável, de ideologia” (1980, p. 194).

Ao centrar o estudo nas relações entre o conceito e o objeto, não se pretende inseri-lo apenas no campo da discussão epistemológica. A questão diz respeito à vida humana. Trata-se de travar uma luta entre o caráter coercitivo da sociedade de que fazemos parte e o seu potencial de mudança. Assim, nosso propósito é evidenciar em que medida estas pesquisas se submetem irrefletidamente às leis sociais, mantendo o existente tal e qual se apresenta atualmente, e em que medida podem indicar outro caminho que não o da submissão à norma social. Segundo Adorno, “o poder do existente erige as fachadas contra as quais se debate a consciência. Essa deve ousar atravessá-las” (2009, p. 23). Nosso propósito será, portanto, verificar em que medida as

pesquisas que são desenvolvidas sobre o comportamento criminoso conseguem atravessar as fachadas postas pelo poder existente.

Durante as análises faremos referências muito mais a tendências do que a fatos. A indicação das tendências que tem vigorado socialmente, em oposição a conclusões factuais, indica já um posicionamento epistemológico. Ao considerarmos efetivamente o caráter determinante da estrutura objetiva da sociedade, consideramos também que ela não se materializa de modo contínuo, linear ou mesmo sem contradições. A lei social, que, conforme as regras da ciência formal, implica na relação entre causa e efeito, exclui de antemão a dimensão histórica, desdobrando-se na afirmação da vida tal e qual ela se apresenta, como a única e legítima forma de existência. Contrapondo-se a esse modelo, e insistindo na essencialidade da dimensão histórica, Adorno busca em Marx a noção de tendência:

Em contrapartida, a forma fundamental das leis sociais é a seguinte: depois de acontecer, de ocorrer isso, isso e isso, desenvolvendo-se na sociedade nessa direção e em nenhuma outra, então com grande probabilidade, definida por Marx mediante o conceito de tendência, ocorrerá isso ou aquilo. Aqui a forma segundo a qual se orientam tais regularidades não é: “sempre que – então”, mas “depois que – então”; esse “depois que” naturalmente contém de modo constitutivo o tempo e assim toda a dimensão histórica (2008a, p. 331).

A opção que se faz aqui pelo termo *tendência* implica na concepção de que a história não é apenas pano de fundo para a compreensão dos fenômenos sociais, mas que ela é constitutiva dos fenômenos, ela é “armazenada em fenômenos” (Adorno, 2008a, p. 329).

Estudamos as pesquisas de mestrado e doutorado desenvolvidas no Brasil a partir do ano de 1987. Este período foi escolhido por algumas razões. Inicialmente pelo fato de que desde a década de 1980 houve avanços expressivos nas pesquisas que envolviam a genética humana, marcadamente a partir da implantação do Projeto Genoma. Com ele, inúmeras hipóteses acerca da base biológica de comportamentos foram levantadas e serviram de fundamento para pesquisas nas diversas áreas da ciência oficial. Também a partir da década de 1980 observamos o avanço da informática e da microeletrônica, que favoreceram

o desenvolvimento da tecnologia utilizada em pesquisas médicas que envolvem os aspectos morfológicos e funcionais do cérebro. Em decorrência disso, surgiu uma “nova” versão da psiquiatria, que, como reação aos movimentos da antipsiquiatria inglesa e da psiquiatria alternativa de Basaglia, se assentará em conceitos biológicos. Segundo Yamada (2009), emergirá, deste contexto, o DSM-III, cujos fundamentos se sustentarão em uma “nosologia científica” (p. 45). Para Almeida (2005), contrariamente às versões anteriores do DSM, essa versão excluirá a centralidade das relações sociais na compreensão da “antissocialidade”, recorrendo às “explicações estritamente ‘comportamentais’, consideradas mais precisas para a descrição do quadro clínico” (p. 7).

Por fim, um aspecto prático foi considerado. Como se trata de teses de doutorado e dissertações de mestrado, o Banco de Teses da CAPES se mostrou a fonte mais segura para acessar as pesquisas, e os primeiros registros ocorreram a partir do ano de 1987.

A escolha dos descritores para a definição da amostra trouxe algumas dificuldades. A intenção inicial era estudarmos as pesquisas que investigavam as causas dos crimes, por esta razão, recorreremos às expressões *crime* e *criminalidade*, testando-as isoladamente e também em combinação com o termo *causas*. Isto se mostrou impraticável. De um lado, os termos *crime* e *criminalidade* nos colocaram diante de um número e de uma diversidade enorme de subtemas, afastando-nos de nosso objeto. De outro, a combinação dos dois descritores com o termo *causas* restringia consideravelmente a amostra, já que muitas pesquisas, mesmo se dedicando a buscar as causas para os crimes, não utilizavam esta expressão. Assim, consideramos que nenhuma destas possibilidades garantiria minimamente o acesso às informações que estamos buscando.

Testamos, então, a expressão *Comportamento Criminoso*, já que contempla, de um lado, a ideia de *comportamento*, inquestionavelmente um termo vinculado à área psicológica, e, mais ainda, é adjetivado pelo termo *criminoso*, que se dirige ao nosso problema. Entendemos que, por esta via, era possível acessar parte do que estávamos procurando.

Outra expressão que chamou nossa atenção, principalmente pela frequência com que se apresentava nas questões referentes ao crime, foi o *Transtorno de Personalidade Antissocial*. Percebemos de modo bastante evidente que este

conceito estava no centro da discussão sobre as causas do crime. Segundo Abdalla-Filho,

Dentro do contexto forense, os TP [Transtornos de Personalidade] revestem-se de uma importância enorme, uma vez que seus portadores não raramente se envolvem em condutas criminosas e, conseqüentemente, em processos judiciais, especialmente aqueles que apresentam características do tipo anti-social (Abdalla-Filho *apud* Mathes, 2010, p. 116)

Ainda que o autor destaque a importância dos vários transtornos de personalidade para o contexto forense, segundo Mathes (2010), é particularmente o Transtorno de Personalidade Antissocial que interessa à psiquiatria forense, sendo este transtorno considerado um dos maiores responsáveis pelo comportamento criminoso (2010, p. 116). Isto é corroborado pelos dados obtidos em uma pesquisa realizada por Rigonatti (1999)¹⁹. Afirma o autor que, de sua amostra, 96% dos indivíduos que cometeram homicídio e 84% dos estupradores foram diagnosticados como portadores de Transtorno de Personalidade Anti-social. Ainda, no *Compêndio de Psiquiatria: ciência do comportamento e psiquiatria clínica*, de Kaplan e cols (1997), se lê: "Nas populações carcerárias, a prevalência da personalidade antissocial pode chegar a 75%" (Kaplan *apud* Henriques, 2009, p. 15).

De outro lado, o conceito de Transtorno de Personalidade Anti-social indica, como nenhum outro conceito atualmente, as relações entre o crime e os fatores considerados individuais. Os questionamentos ocorrem diretamente à personalidade do indivíduo que cometeu o crime, envolvendo, na melhor das possibilidades, a sua história familiar.

De acordo com Almeida (2005), o Transtorno de Personalidade Antissocial pode também ser referido por psicopatia²⁰. Desta forma, utilizamos como descritores os termos *Comportamento Criminoso*, *Transtorno de Personalidade*

¹⁹ Citado por Mathes, 2010 (p. 116)

²⁰ Também foram considerados sinônimos de Transtorno de Personalidade Antissocial o *Transtorno Dissocial de Personalidade* e a *Sociopatia*. Não encontramos nenhum registro no Banco de Teses da Capes que fizesse referência ao *Transtorno Dissocial de Personalidade*, e apenas dois registros com o termo *Sociopatia*, sendo que estes apareciam apenas como desdobramentos de outros assuntos. Por essa razão eles não constarão dos descritores desta pesquisa.

*Antissocial*²¹ e *Psicopatia*. Com a definição dos descritores, partimos para a seleção do material.

Na página de busca do Banco de Teses da Capes, denominada “Pesquisa”, incluímos os descritores no tópico “assunto”, no modo “frase exata”. Foram encontrados um total de 97 registros, sendo 22 de *Comportamento Criminoso*, 33 de *Transtorno de Personalidade Antissocial* e 42 de *Psicopatia*.

Destes, alguns se repetiam em mais de um dos descritores, como, por exemplo, *Prevalência de transtornos mentais em mulheres que cumprem pena em presídio de Pernambuco*, que aparece tanto na pesquisa de *Comportamento Criminoso*, quanto na de *Transtorno de Personalidade Anti-social*. Outro exemplo é *Correlação entre ansiedade e comportamento criminoso: padrões de respostas psicofisiológicas em homicidas*, que foi encontrado na pesquisa dos três descritores. Assim, após a seleção dos resumos no Banco de Teses, identificamos os resumos que apareciam mais de uma vez na pesquisa, excluindo as repetições²².

Como muitos dos trabalhos não estavam circunscritos ao campo que estamos investigando, optamos por selecionar aqueles em que *Comportamento Criminoso*, *Transtorno de Personalidade Antissocial* ou *Psicopatia* poderiam ser identificados como os elementos centrais da investigação, e aqueles em que estes termos estavam relacionados, de algum modo, ao campo penal. Assim, de uma primeira seleção de trabalhos, excluímos aqueles em que nossos descritores apareciam apenas como elementos secundários na pesquisa como, por exemplo, o *Diferenças individuais no temperamento de crianças pré-escolares e sua associação com habilidades cognitivas*. Desta segunda etapa da seleção, restaram 47 trabalhos, sendo 10 teses de doutorado e 37 dissertações de mestrado.

²¹ Na seleção do material empírico, consultamos a palavra *antissocial* também em sua versão anterior à reforma ortográfica de 2009. Assim, buscamos *Transtorno de Personalidade Antissocial* e *Transtorno de Personalidade Anti-social*.

²² Quando a repetição se dava entre *Comportamento Criminoso* e qualquer outro descritor, ele foi considerado como pertencente ao grupo dos trabalhos vinculados a *Comportamento Criminoso*; quando a repetição se dava entre *Transtorno de Personalidade Anti-social* e *Psicopatia*, não foi feita nenhuma distinção, já que são considerados como sinônimos.

A análise dos resumos trouxe algumas informações que nos permitiram verificar a tendência que tem se instalado no Brasil sobre o tema. O procedimento adotado foi a análise empírico-sociológica de produtos intelectuais, a análise de conteúdo. Ainda que, segundo Adorno (2001, p. 125), a análise de conteúdo seja mais apropriada à investigação de objetos que pertencem ao âmbito da produção de massa, consideramos que há uma considerável estandardização do material selecionado para a análise, o que seria condição para a utilização deste procedimento.

Como entendemos que a análise dos resumos nos apresenta dados importantes, mas não suficientes, partimos para a análise de algumas pesquisas completas. As pesquisas selecionadas foram *Identificação do ponto de corte para a escala PCL-R (Psychopathy Checklist Revised) em população forense brasileira: caracterização de dois subtipos de personalidade: transtorno global e parcial*, de Hilda Clotilde Penteado Morana, e *Relação entre o comportamento agressivo e/ou violento e alterações na neuroimagem: revisão sistemática*, de Osmar Gasparini Terra.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO: OS RESUMOS

5.1. Situação atual das pesquisas sobre comportamento criminoso e Transtorno de Personalidade Antissocial no Brasil

Nesta primeira etapa da análise, fizemos um levantamento das informações que constam nos resumos. Elas nos permitiram visualizar a situação atual das pesquisas no Brasil sobre Comportamento Criminoso e o Transtorno de Personalidade Antissocial. Buscamos os dados sobre o ano de publicação da pesquisa, o Estado em que se localiza a instituição que desenvolveu o trabalho, a área de conhecimento à qual se vincula e também a natureza da investigação (empírica ou teórica, e se envolvia a criação ou validação de instrumento). Como os nossos registros iniciam no ano de 1987, categorizamos os trabalhos em intervalos de cinco anos, a partir desta data.

O primeiro aspecto considerado foi o ano de publicação das pesquisas. Os dados obtidos foram distribuídos na tabela seguinte:

Tabela 1- Número de pesquisas realizadas no período de 1987 a 2011, por intervalo de cinco anos.

<i>Período</i>	<i>Número de Pesquisas</i>	<i>Proporção</i>
1987-1996	0	0,00
1997-2001	8	0,17
2002-2006	10	0,21
2007-2011	29	0,62
Total	47	1,00

Fonte: Elaborado com base nas informações disponíveis no Banco de Teses e Dissertações da CAPES

O quadro acima indica um aumento significativo no número de pesquisas desenvolvidas sobre TPAS e Comportamento Criminoso ao longo do tempo. Se até o ano de 1996 nenhum registro sobre esta temática foi encontrado no Banco

de teses²³, a partir de 1997 os registros vêm aumentando expressivamente. Este aumento no interesse pela investigação sobre o Comportamento Criminoso representa, certamente, a evidência de uma necessidade posta objetivamente. Os índices de morte por homicídio no Brasil corroboram essa tese. De acordo com os dados fornecidos pelo DATASUS²⁴, entre os anos de 1994 e 2011, houve um aumento significativo nos índices de óbitos por homicídio no Brasil, saltando de 32.631 em 1994, para 52.807 óbitos em 2011.

Quanto à área de conhecimento, percebemos que houve uma diversidade grande de áreas que se interessaram pelo tema. Vejamos a próxima tabela:

Tabela 2- Número de resumos por área de conhecimento.

<i>Área de Conhecimento</i>	<i>Número de Pesquisas</i>	<i>Proporção</i>
Psicologia	16	0,34
Direito/Ciências criminais	11	0,23
Medicina/Ciências da saúde*	11	0,23
Ciências Sociais/História	5	0,11
Economia/Ciência da Computação	4	0,09
Total	47	1,00

Fonte: Elaborado com base nas informações disponíveis no Banco de Teses e Dissertações da CAPES

Nota: *Foram incluídos aqui um resumo de enfermagem e outro de fisiopatologia.

Apesar de serem muitas, houve concentração em três delas: Psicologia, Direito e Medicina. Áreas voltadas para as ciências sociais desenvolveram apenas cinco pesquisas. Talvez a ênfase nessas áreas possa estar relacionada à tendência, aqui investigada, de relacionar as questões referentes à criminalidade ao indivíduo.

²³ Vale lembrar que todos os programas regulares de pós-graduação no país informam a CAPES as teses e dissertações defendidas.

²⁴Conforme dados fornecidos pelo DATASUS. Disponível em [HTTP://tabnet.datasus.gov.br](http://tabnet.datasus.gov.br). Acesso em 13 de fevereiro de 2014.

Também foi verificado o local em que esses trabalhos foram desenvolvidos. Encontramos pesquisas feitas no Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará, Santa Catarina, Bahia, Pará e Rio Grande do Norte. Apesar de vários Estados desenvolverem pesquisas referentes a esta temática, verificamos que a maioria delas foi realizada em dois Estados brasileiros: Rio Grande do Sul e São Paulo.

Tabela 3- Número de resumos por Estado.

<i>Estado</i>	<i>Número de Pesquisas</i>	<i>Proporção</i>
Rio Grande do Sul	17	0,37
São Paulo	15	0,32
Rio de Janeiro	3	0,06
Minas Gerais	3	0,06
Outros	9	0,19
Total	47	1,00

Fonte: Elaborado com base nas informações disponíveis no Banco de Teses e Dissertações da CAPES

Se a referência for por região e não por Estado, temos os seguintes resultados:

Tabela 4 - Número de resumos por região.

<i>Região</i>	<i>Número de Pesquisas</i>	<i>Proporção</i>
Sudeste	21	0,45
Sul	19	0,40
Nordeste	6	0,13
Norte	1	0,02
Centro-oeste	0	0,00
Total	47	1,00

Fonte: Elaborado com base nas informações disponíveis no Banco de Teses e Dissertações da CAPES

Dois aspectos chamam a atenção aqui. De um lado, o Estado que concentra o maior número de pesquisas sobre TPAS e Comportamento Criminoso, o Rio Grande do Sul, é um dos Estados que registram o menor número de morte por homicídio no país. Já São Paulo, apesar de estar no topo das estatísticas de morte por homicídio, desde o ano de 2004 vem apresentando números decrescentes nas estatísticas oficiais (DATASUS). Talvez um dos aspectos que justificam esta disparidade esteja no fato de que nestes dois Estados existam grandes centros de pesquisa, em comparação a outros Estados brasileiros.

Das informações obtidas nos resumos, passamos para a análise do conteúdo. Esta etapa incidiu principalmente sobre os três elementos que são essenciais para a caracterização de qualquer resumo científico: os objetivos, a metodologia e as conclusões. A partir daí foi possível conhecer a tendência que tem sido predominante nos estudos sobre Comportamento Criminoso e Transtorno de Personalidade Antissocial no Brasil.

5.2. A tendência atual das pesquisas sobre Comportamento Criminoso e Transtorno de Personalidade Antissocial no Brasil

5.2.1. Os objetivos

Os objetivos dos resumos trouxeram informações importantes. Observou-se, entre outras coisas, que a discussão em torno do comportamento criminoso está centrada no indivíduo. Se Rusche e Kirchheimer (2004) afirmavam, com razão, que há muito tempo, inúmeras pesquisas foram desenvolvidas e as relações entre o crime e o meio social foram devidamente estabelecidas, atualmente ignora-se qualquer elemento que se proponha ao menos a considerar essas relações. Há uma tendência a investigar as características, principalmente de personalidade, dos indivíduos que cometeram crimes:

As características de personalidade, a ansiedade e as respostas fisiológicas da atividade cardíaca e respiratória em condenados por homicídio foram avaliadas (Correlação entre ansiedade e comportamento criminoso: padrões de respostas psicofisiológicas em homicidas)

Muitos destes estudos teriam por finalidade o reconhecimento do indivíduo criminoso, buscando a identificação de características que os diferenciariam de indivíduos não criminosos:

O estudo foi realizado a fim de verificar se existem diferenças de personalidade entre adolescentes em conflito com a lei e aqueles em conformidade com essa (DFH e adolescentes em conflito com a lei: evidências de validade)

Em outros casos, ainda que a centralidade não estivesse na *personalidade* do indivíduo, as análises enfatizavam também aspectos individuais. Em *A criminalidade feminina: um estudo de caso no município de Nova Prata - RS, no período de 1988 a 1997*, o autor apresenta seu objetivo da seguinte maneira:

A diretriz básica da presente pesquisa consiste em analisar a criminalidade no município de Nova Prata-RS, considerando-se as pessoas indiciadas em inquéritos policiais, caracterizando-as em relação às seguintes variáveis: sexo, idade, naturalidade, grau de escolaridade e classe social, no período de 10 (dez) anos, isto é, a partir de 1988 até 1997.

Decorrente desta centralidade das causas do crime no indivíduo foi verificado que parte considerável das pesquisas tinha por propósito a criação ou a validação de instrumentos capazes de identificar o indivíduo considerado criminoso. Vejamos:

Este estudo introduz a versão em português do PCL-R para ser usado no sistema forense brasileiro. (Identificação do ponto de corte para a escala PCL-R (Psychopathy Checklist Revised) em população forense brasileira: caracterização de dois subtipos da personalidade; transtorno global e parcial)

Verifica-se não apenas uma busca por instrumentos que possibilitem o reconhecimento do indivíduo supostamente predisposto a cometer crimes, como parece haver um entusiasmo frente ao diagnóstico de Transtorno de Personalidade Antissocial e à utilização do PCL como um instrumento eficaz na identificação deste indivíduo.

Algo também encontrado nos objetivos é a busca por meios capazes de prever a reincidência criminal. Isto pôde ser observado em vários momentos.

Um deles foi pela validação de instrumentos que, uma vez aplicados a indivíduos encarcerados, poderiam prever as suas chances de reincidência. Em *Correlação entre grau de psicopatia, nível de julgamento moral e resposta psicofisiológica em jovens infratores*, o objetivo da pesquisa é “verificar a capacidade de previsão de reincidência da tradução brasileira do PCL-R”.

Também foi verificado o desenvolvimento de tecnologia no campo da informática para este fim:

Este trabalho tem como objetivo propor um processo de mineração de dados para a predição do nível criminal de áreas geográficas (Um processo de mineração de dados para a previsão de níveis criminais de áreas geográficas)

Algumas questões surgem daí. A primeira delas diz respeito ao fato de que se adjetiva o indivíduo como criminoso. Não se trata apenas de uma questão de semântica. Quando, em outros tempos, a referência era ao ‘crime’ ou ao ‘indivíduo que comete um crime’, referia-se a um fato e/ou a uma ação do indivíduo, que poderia ou não cometê-lo, e não a uma característica própria da pessoa. Quando se refere a um *indivíduo criminoso* ou *delinqüente*, não resta muito a ser feito, a não ser identificá-lo e encarcerá-lo.

A outra questão refere-se ao fato de que, se as pesquisas se propõem a reconhecer e a identificar o *indivíduo criminoso*, já existe, de antemão, um grupo de características que o definem. Não raro, as pesquisas se referem à frieza, à incapacidade de reações afetivas, à incapacidade para o amor, ao egocentrismo e à falta ou diminuição do sentimento de culpa, como uma espécie de chave para a explicação do crime. Muitas destas características, que tradicionalmente eram associadas a indivíduos que cometiam crimes bárbaros e/ou em série, popularizou-se de tal maneira que passam a ser buscados nos indivíduos encarcerados, independente dos crimes cometidos. É formada uma concepção em torno deste indivíduo, uma forma de pensar sobre eles, que se repete estereotipadamente, como se se tratasse de uma *espécie*.

Uma vez aceita a noção tão difundida de que o criminoso é desta ou daquela forma, possui esta ou aquela característica, basta identificá-lo que todo o conjunto vem à tona.

Como pouco se pergunta sobre as causas dos crimes, a maior parte das pesquisas se propôs a confirmar este *tipo criminal*, demonstrando, por meio de cifras, suas convicções. Se houvesse minimamente o questionamento sobre o que poderia ter feito com que o indivíduo agisse deste modo e não de outro, isto já conteria um potencial esclarecedor. Segundo Adorno, “um dos momentos do estado de consciência e de inconsciência daninhos está em que seu ser-assim – que se é de um determinado modo e não de outro – é apreendido equivocadamente como natureza, como um dado imutável e não como resultado de uma formação” (1995b, p. 132).

5.2.2. O método

Os dados sobre a opção metodológica e o tipo de amostra utilizada confirmaram, entre outras coisas, a centralidade do indivíduo nas investigações sobre as causas do crime, já indicada nos objetivos.

De todas as pesquisas realizadas, 37 trabalhos foram desenvolvidos a partir de dados empíricos, enquanto que apenas cinco foram de natureza teórica. Estes dados foram expostos na tabela abaixo:

Tabela 5 – Número de resumos por tipo de pesquisa

<i>Tipo de pesquisa</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Proporção</i>
Empírica	37	0,78
Teórica	5	0,11
Não indica	5	0,11
Total	47	1,00

Fonte: Elaborado com base nas informações disponíveis no Banco de Teses e Dissertações da CAPES

Como pode ser observado, houve um predomínio das pesquisas empíricas. Este dado por si só não é relevante. No entanto, quando se observa o lugar que o dado empírico ocupa na pesquisa a relevância vem à tona. Observamos uma

demasiada importância dada aos recursos estatísticos utilizados no tratamento dos dados. Vejamos um exemplo:

A partir da coleta de dados foram utilizados métodos descritivos, tais como tabelas de frequência simples e cruzadas, medidas de posição e variabilidade. Para análise das tabelas cruzadas com variáveis dicotomizadas foi utilizado o teste exato de Fischer e o teste de Man Whitney ($p < 0,05$). Também foi realizado para o estudo das tabelas cruzadas com variáveis dicotomizadas, num estudo multivariado, a análise de correspondência (Fatores associados ao comportamento criminoso em mulheres cumprindo pena em regime fechado na penitenciária feminina Madre Pelletier)

Neste caso, parte bastante significativa do resumo foi destinada à descrição dos métodos utilizados. Outro exemplo interessante é *A criminalidade na região metropolitana de Salvador e sua relação intertemporal com o desemprego*.

Este trabalho empregou a modelagem de vetores Auto-regressivos e seus recursos- teste de causalidade de Granger, função de resposta a impulso e decomposição da variância para investigar a relação entre crime e desemprego no contexto da RMS [região metropolitana de Salvador]. Através dessa poderosa ferramenta foi possível avaliar o poder de explicação de uma sobre a outra... Os resultados de análise da função de impulso-resposta mostraram que um choque de um desvio padrão na variável desemprego induz comportamentos diferenciados da variável crime que dependem do tipo de delito analisado e relação entre crime e desemprego apresenta características próprias conforme tipo do delito e porte do município

Aqui, a ‘tecnificação’ da linguagem parece ocupar o lugar da discussão, essencial principalmente quando se trata de temas como esse. Parece que a eficácia do procedimento é o que mais importa nestes casos.

Podemos associar este dado a uma tendência muito forte à matematização que tem prevalecido nos vários ramos da ciência formal.

Há a crença de que a utilização de definições operacionais, acompanhada de instrumentos de pesquisa altamente sofisticados, garantiriam a objetividade da investigação, estando mais próximos da verdade. No entanto, de modo geral, este tipo de pesquisa “retém apenas um resíduo relativamente diluído dos fenômenos que realmente importam” (Adorno, 2008a, p. 168).

Quanto ao tipo de amostra, houve o predomínio de investigações centradas no indivíduo, sendo a maioria deles avaliada por meio de questionários, entrevistas, pela análise de seus prontuários e, principalmente por meio de testes:

38 jovens infratores com idade média de 18 anos ($\pm 0,23$) foram divididos em dois grupos: Grupo 1: Infratores Primários (n=17) e Grupo 2: Infratores Reincidentes (n=21). Para a avaliação clínica utilizou-se os seguintes instrumentos: Mini-International Neuropsychiatric Interview (MINI); Psychopathy Checklist Revised (PCL-R) e os testes neuropsicológicos: Semelhanças; Fluência Verbal, Stroop Color Test, Cubos, Vocabulário, Dígitos, Wisconsin Card Sorting Test (WCST), Trail Making Test (TMT) e índice de quociente de inteligência estimado (QI). (Funcionamento executivo e traços de psicopatia em jovens infratores)

Os trabalhos mencionam, além do PCL, em suas várias versões, os seguintes instrumentos:

- Entrevista diagnóstica Kiddie Sads (K-SADS-E)
- Inventário de Expressões de Raiva com Estado e Traço (STAXI)
- WAIS
- TRAIL MAKING TEST A e B
- Desenho da Figura Humana
- Inventário de Estilos Parentais
- Rorschach
- Teste da Teoria da Mente
- Mini Exame do Estado Mental (MEEM)
- Socio-moral Objective Measure (SROM-SF)
- International Affective Picture System (IAPS).
- Mini-International Neuropsychiatric Interview (MINI);
- Testes neuropsicológicos: Semelhanças; Fluência Verbal, Stroop Color Test, Cubos, Vocabulário, Dígitos
- Wisconsin Card Sorting Test (WCST),
- Trail Making Test (TMT)
- Índice de quociente de inteligência estimado (QI)
- Parental Bonding Instrument (PBI)
- Addiction Severity Index (ASI6)
- Teste desenho-estória

Das 37 pesquisas empíricas, 25 tiveram como amostra indivíduos que cometeram crimes; 12 referiam-se a documentos, como artigos, laudos, inquéritos policiais etc. Vejamos a próxima tabela:

Tabela 6 – Número de resumos por tipo de amostra

<i>Tipo de amostra</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Proporção</i>
Indivíduos	25	0,68
Documentos	12	0,32
Total	37	1,00

Fonte: Elaborado com base nas informações disponíveis no Banco de Teses e Dissertações da CAPES

Dos 25 trabalhos que se valeram de indivíduos para a obtenção de seus dados, 19 estudaram indivíduos em situação de encarceramento:

Este estudo é transversal consecutivo com 557 presos, durante um período de onze meses. Os indivíduos foram convidados para responder perguntas a respeito dos eventos chaves da vida e após, administrado o MINI-Plus (Prevalência e fatores associados aos transtornos psiquiátricos de presídio do sul de Santa Catarina)

Também houve trabalhos que realizaram estudos comparativos entre indivíduos que cometeram crimes e aqueles que não cometeram:

Para isso, foram realizadas comparações entre os protocolos de 85 adolescentes de uma unidade de Semiliberdade da Fundação do Bem Estar do Menor (FEBEM-SP) e 40 adolescentes de duas escolas da grande São Paulo. Todos os participantes da pesquisa eram do sexo masculino e com idade entre 14 e 18 anos. A aplicação foi realizada conforme técnica de Machover e a correção baseada em Portuondo, devido a maior proximidade com a técnica original de Machover (DFH e adolescentes em conflito com a lei: evidências de validade)

A metodologia utilizada nos trabalhos que tinham como amostra indivíduos (encarcerados ou não), também indica um grande interesse pela identificação de indivíduos que correspondem ao diagnóstico de TPAS. Os instrumentos usualmente utilizados para o reconhecimento desses indivíduos são indistintamente aplicados na população carcerária:

Trinta jovens em medida sócio-educativa foram submetidos a avaliação: a) do grau de psicopatia com a escala PCL-R, separando fator 1 (ligado às relações interpessoais e frieza) e fator 2 (ligado a estilo de vida criminal, comportamentos antissociais); b) do nível de maturidade moral com o Socio-moral Objective Measure (SROM-SF); c) da frieza emocional, refletida na resposta psicofisiológica aferida pela atividade elétrica da pele (AEP) diante de estímulos visuais eliciadores de respostas afetivas provenientes do International Affective Picture System (IAPS). (Correlação entre grau de psicopatia, nível de julgamento moral e resposta psicofisiológica em jovens infratores)

A centralidade do indivíduo nas investigações poderia ser um sinal de consideração ao indivíduo, um sinal de preocupação com a individualidade, no entanto, na maioria das pesquisas o indivíduo não passa de um dado que pouco será considerado para além da confirmação das hipóteses levantadas. O indivíduo e o crime cometido são retirados de seus nexos, e os fatos examinados são concebidos como se existissem independentes da realidade que está subjacente a ele.

5.2.3. As conclusões

Algo frequentemente encontrado nas conclusões foi a referência a alterações anatômicas ou fisiológicas que explicariam o comportamento criminoso. Vejamos:

As alterações nos mecanismos da Teoria da Mente sugerem disfunção no lobo frontal em criminosos com TPAS. (Características da teoria da mente em criminosos com transtorno de personalidade anti-social)

No primeiro estudo, foi feita uma revisão de literatura sobre a psicopatia em relação ao sexo e também o envolvimento de disfunções cerebrais nos comportamentos anti-sociais, e foi observado que anormalidades cerebrais podem estar contribuindo para o aparecimento de comportamentos semelhantes aos de psicopatas, em alguns indivíduos (Psicopatia e agressividade em mulheres apenadas)

Também foi observada a associação entre o indivíduo encarcerado e o diagnóstico de Psicopatia/Transtorno de Personalidade Antissocial:

Neste estudo, 30% das mulheres foram diagnosticadas como psicopatas, porém, tanto as mulheres psicopatas, como as não psicopatas apresentaram médias altas nos fatores do PCL-R, o que torna o prognóstico destas mulheres preocupante. Dos 70% das mulheres não psicopatas, 50% se enquadram no Transtorno Parcial de

Personalidade – forma mais atenuada da psicopatia, mas que apresenta algumas características e apenas 20% não foram classificadas com nenhum tipo de transtorno (Psicopatia e agressividade em mulheres apenas)

Mas não somente os indivíduos diagnosticados como portadores de Transtorno de Personalidade Antissocial tiveram suas ações subordinadas a uma base orgânica. Em *O criminoso homicida: estudo clínico psiquiátrico*, o autor, após identificar 51,72% de sua amostra com o diagnóstico de psicopatia, faz referência aos criminosos não-psicopatas: “As alterações neuropsicológicas mais encontradas no grupo ‘Não-Psicopata’, tenderam a relacionar-se a disfunções em Lobo Frontal e Hemisfério Cerebral esquerdo”. Assim, psicopatas ou não, todos os seus sujeitos apresentavam disfunções cerebrais.

Também foi possível verificar que, quando a referência não era a uma base orgânica explícita, a relação entre doença mental e crime era estabelecida. Em *Prevalência de Transtornos Mentais em Mulheres que Cumprem Pena em Presídio de Pernambuco*, o autor chega à conclusão de que não há diferenças significativas quanto a prevalência de transtornos mentais entre apenas que cometeram crimes violentos e as que cometeram crimes não violentos. No entanto, os dados apresentados indicam um número bastante significativo de diagnósticos de doença mental em toda a população encarcerada:

No grupo das mulheres condenadas por crimes com violência os transtornos psiquiátricos mais frequentes foram episódio depressivo maior atual (75,6%) e no passado (46,7%); ansiedade generalizada (48,9%); transtorno de personalidade antissocial (35,6%); transtorno de pânico (33,3%); abuso (33,3%) e dependência de substâncias (31,1%); TOC (31,1%); abuso (26,7%) e dependência de álcool (20,0%). No grupo das mulheres condenadas por crime sem violência, o percentual mais elevado também foi de transtorno depressivo maior atual (88,9%) e no passado (51,1%); transtorno de ansiedade generalizada (55,6%); transtorno de personalidade antissocial (33,3%); transtorno de pânico (31,1%); abuso (31,1%) e dependência de álcool (31,1%); abuso (26,7%) e dependência de substâncias (26,7%).

Em decorrência dos resultados, muitas pesquisas apresentavam sugestões ou desdobramentos práticos, que muitas vezes se direcionavam à necessidade de ‘tratamento’ dos indivíduos que cometeram crimes. Vejamos:

os dados apontam para a necessidade de reconhecimento das necessidades e características desses sujeitos como indivíduos que ainda estão definindo suas identidades, no sentido de auxiliá-los. Isso deve ser feito não somente através da determinação de medidas socioeducativas, mas, também por meio da submissão a tratamentos psicológicos, sociais e médicos, da readaptação comportamental e, conseqüentemente, de melhor inserção na vida em sociedade (A influência do fator “gênero feminino” na prática do ato infracional de homicídio)

Nada mais coerente com uma concepção que atribui ao crime uma causalidade diretamente relacionada ao campo patológico. No entanto, a prescrição de *tratamentos*, sejam eles médicos, psicológicos etc., não consegue chegar ao centro da questão. Ainda que possam traduzir-se em problemas psicológicos, a redução da problemática do crime a problemas médicos e psicológicos impede o reconhecimento de que a origem de tais questões esteja na organização da sociedade, e como tal, somente haverá qualquer possibilidade de mudança efetiva caso haja mudança na própria sociedade.

Adorno et al (1965), referindo-se às possibilidades de mudança da estrutura de personalidade dos indivíduos potencialmente fascistas por meios psicológicos, afirma:

Es ésta una tarea comparable a la de eliminar la neurosis, la delincuencia o el nacionalismo del mundo, pues todos estos males son producto de la organización total de nuestra sociedad y, por consiguiente, solo pueden cambiar con la sociedad misma (p. 907).

Alguns poucos trabalhos consideraram aspectos sociais e econômicos como favorecedores do comportamento criminoso, mas sem desconsiderar os fatores considerados endógenos. No entanto, apesar de considerar como essenciais fatores como a concentração de renda ou o desemprego, a preocupação central era com aspectos econômicos e administrativos:

Os resultados obtidos com Efeitos Fixos e Primeiras Diferenças para considerar a heterogeneidade não-observada, apontaram a concentração de renda como um importante fator propulsor do comportamento criminoso. (...) Observou-se que, mesmo quando o problema de endogeneidade é levado em consideração, não existe um efeito de dissuasão consistente de medidas de repressão como despesas em segurança pública sobre o crime no Brasil. Na maioria das estimativas, os gastos públicos em assistência social apresentaram um efeito negativo e robusto sobre a criminalidade, sugerindo que este tipo de gasto é um importante fator para a

redução do crime. (Uma análise econométrica do impacto dos gastos públicos sobre a criminalidade no Brasil)

Também foi possível encontrar trabalhos que se opunham a essa tendência. Apesar de poucos, alguns trabalhos recusavam a tendência mais geral das concepções sobre o comportamento criminoso, e das práticas dali derivadas:

O estudo permitiu constatar que as diferentes instâncias sociais solidarizaram-se para forjar uma representação do homicida compatível com o consagrado modelo da psicopatia - a ausência de remorsos, a incapacidade para a empatia, a frieza afetiva e a insensibilidade moral; também, que produções do campo psi prestam-se a dar referendo científico às colusões sociais que retratam os homicidas como seres malignos, portadores de aberrações biológicas que os incapacitam a desenvolver adequadamente a afetividade e a moralidade, condenando-os aos atos criminosos violentos (Anatomia social de um crime em família: estudo psicossocial sobre a dialética dos discursos e representações sobre família, afetos, homens e mortes)

De todos os resumos analisados, apenas seis foram desenvolvidos no sentido de estabelecer críticas à tendência predominante, e nenhum trabalho se propôs a investigar o comportamento criminoso em outra perspectiva.

Assim, de modo geral observou-se que:

- a) Há um movimento importante no sentido de identificar o indivíduo criminoso, contrapondo-o ao indivíduo não criminoso; esta identificação se dá, sobretudo, pela busca de características que seriam peculiares àquele que comete um crime, e que foram agrupadas sob o diagnóstico de Transtorno de Personalidade Antissocial;
- b) Decorrente disso, parte considerável das pesquisas está centrada no indivíduo, sendo os testes psicológicos (de personalidade, de inteligência etc) os meios mais comuns para a investigação das causas dos crimes;
- c) O comportamento criminoso é associado, frequentemente, a alterações anatômicas e/ou funcionais do cérebro;
- d) Há uma tendência a associar o comportamento criminoso ao diagnóstico de Transtorno de Personalidade Antissocial;

- e) Há um entusiasmo em relação ao PCL, em suas versões. Ele é considerado o meio mais adequado para identificar o indivíduo predisposto a cometer crimes;
- f) Houve uma forte tendência a generalizar certas características a todos os indivíduos encarcerados.

6. ANÁLISE E DISCUSSÃO: AS TESES

A primeira pesquisa escolhida para esta etapa do trabalho foi *Identificação do ponto de corte para a escala PCL-R (Psychopathy Checklist Revised) em população forense brasileira: caracterização de dois subtipos de personalidade: transtorno global e parcial*²⁵, tese de doutorado desenvolvida por Hilda Clotilde Penteado Morana na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, defendida no ano de 2003.

A escolha desta tese não foi aleatória. Consideramos que ela, em particular, evidencia, em suas várias etapas, uma tendência que tem sido predominante nas pesquisas que abordam as questões referentes ao crime e à criminalidade. Assim, mais do que uma pesquisa qualquer, em nossa opinião, este trabalho é representativo dos trabalhos desenvolvidos em nossa época.

Além disso, e, talvez por isso mesmo, estamos tratando de um trabalho que ocupa um lugar de especial importância nesta área, com desdobramentos significativos para as práticas de profissionais diretamente envolvidos no sistema forense, e, conseqüentemente, para toda a população encarcerada. Trata-se de um estudo que se propõe a traduzir e adaptar para a realidade brasileira um instrumento supostamente capaz de identificar os indivíduos que estão predispostos a reincidir em crimes. As conseqüências práticas deste estudo incidem diretamente no trabalho das Comissões Técnicas de Classificação, na realização de exames criminológicos para a concessão de benefícios aos presos.

Ademais, houve uma intenção, desde o início, de aplicação no sistema carcerário, já acertada com os órgãos públicos:

O trabalho desta pesquisa já tem firmado com o Sr. Secretário da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária, uma proposta ulterior de, uma vez treinadas equipes para aplicação do instrumento PCL-R, já traduzido e validado para a população brasileira, identificar os psicopatas no Sistema Carcerário e removê-los para ambiente penitenciário adequado (Morana, 2003, p. 18).

²⁵ A versão utilizada na análise foi a disponibilizada pelo Banco de Teses e Dissertações da USP.

De acordo com a autora, “o PCL-R foi projetado para servir a este propósito de maneira segura e objetiva” (p. 7).

A segunda pesquisa escolhida para a leitura completa é *Relação entre o comportamento agressivo e/ou violento e alterações na neuroimagem: revisão sistemática*, de Osmar Gasparini Terra. Defendida no ano de 2009, trata-se de uma dissertação de mestrado desenvolvida no Programa de pós-graduação em Ciências da Saúde, na área de concentração em Neurociências, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

O interesse por essa dissertação se deu principalmente por sua temática. O autor se propõe a fazer uma “revisão sistemática, de relatos da literatura, sobre anormalidades cerebrais e agressão” (Terra, 2009, p.8), temática que vai ao encontro dos interesses mais diretos dessa investigação. O que efetivamente foi decisivo na escolha dessa dissertação foi a argumentação apresentada pelo autor em relação à gênese orgânica de comportamentos agressivos e violentos.

Com a análise dessas pesquisas não nos propomos a minimizar a importância dos esforços dos autores. A própria escolha desses trabalhos já indica a relevância em nosso meio. Compreendemos que, principalmente, em tempos em que há um aumento expressivo nos índices de criminalidade e de violência no país, os esforços para a compreensão e a elaboração de propostas para a contenção destes índices são necessários, e, em nossa opinião, as intenções dos autores vão nesta direção. Nosso propósito é, antes, indicar os possíveis limites que esta forma de abordar as questões de criminalidade pressupõe.

Do ponto de vista metodológico, não traçaremos um caminho que nos permita apenas confrontar posições distintas, que certamente são. Este talvez fosse um caminho metodologicamente mais seguro, já que bastaria apresentar as nossas convicções e confrontá-la com o material apresentado pelos autores. No entanto, apesar de supostamente mais seguro, tal caminho seria infrutífero. Talvez o máximo que conseguiríamos seria mostrar que existem formas distintas de conceber os mesmos fenômenos. Cairíamos provavelmente em um relativismo, em que cada um escolheria a concepção que mais lhe agrada. Neste caso, não levaríamos em consideração que o que se apresenta para ser

conhecido possui a sua objetividade, não admitindo uma simples escolha entre explicações.

Nossa intenção é, tendo como contraponto a nossa concepção, buscar na própria tese elementos que indiquem os limites da proposta.

6.1. A pesquisa: *Identificação do ponto de corte para a escala PCL-R (Psychopathy Checklist Revised) em população forense brasileira: caracterização de dois subtipos de personalidade: transtorno global e parcial*

Partindo da constatação de que “No Brasil, não existem até o momento, na esfera jurídico-penal, instrumentos padronizados que permitam a identificação de sujeitos que possam vir a reincidir em crimes, principalmente, os de natureza violenta e cruel”, e supondo que o PCL-R “preenche esta lacuna”, a autora apresenta dois elementos que caracterizam a sua proposta de pesquisa:

- 1- Validação do Hare PCL-R para o Brasil através da identificação do ponto de corte em população forense brasileira com auxílio da Prova de Rorschach.
- 2- Encontrar parâmetros que possam diferenciar a condição de Psicopatia, o que denominamos de *transtorno global da personalidade*, (**TG**) do *transtorno parcial da personalidade* (**TP**) através dos critérios do Hare PCL-R (Morana, 2003, p. 74)

A autora propõe-se, então, a “apresentar, traduzir para o português e validar a escala ‘Hare PCL-R’ para a língua portuguesa (Brasil)” (Morana, 2003, p. 2). A escala, dirigida à população encarcerada, teria o propósito de diferenciar os indivíduos que seriam portadores de Transtorno Global da Personalidade (TG), daqueles que são portadores de Transtorno Parcial da Personalidade (TP), já que, de acordo com esta concepção, aqueles que possuem transtorno global seriam mais propensos a reincidir, apresentando maiores riscos para a sociedade. Já os que possuem transtorno parcial, teriam mais chances de reabilitação.

Metodologicamente a pesquisa consistiu, segundo a autora, de “(...) um estudo observacional e prognóstico” (Morana, 2003, p. 85), que teve sua amostra dividida em dois grupos, sendo um denominado de “população forense” e outro denominado de “população controle”. O grupo de “população forense” foi composto por 55 indivíduos encarcerados e apenas um selecionado em

ambatório, totalizando 56 indivíduos. As idades variaram entre 16 e 51 anos, todos “diagnosticados como portadores de Transtorno de Personalidade Anti-social (TAS) segundo os critérios da CID-10” (Morana, 2003, p. 77).

A “população controle” foi composta por “uma amostra de 30 indivíduos sem antecedentes criminológicos e psiquiátricos, que não preencheram critérios para TAS” (Morana, 2003, p. 78), com a faixa etária variando entre 19 e 58 anos de idade. De acordo com a autora,

A amostra final do estudo resultou em: 33 casos diagnosticados como **TRANSTORNO GLOBAL DA PERSONALIDADE²⁶ (TG)**; 23 casos diagnosticados como **TRANSTORNO PARCIAL DA PERSONALIDADE (TP)**, totalizando 56 casos do que foi denominado de **POPULAÇÃO FORENSE** e 30 casos diagnosticados como **POPULAÇÃO CONTROLE (NC)²⁷**, totalizando 86 casos da amostra (Morana, 2003p. 79)

Os instrumentos utilizados na investigação foram:

1. Avaliação psiquiátrica: entrevistas clínicas e análise das peças processuais; provas de avaliação psicológica²⁸; avaliações neurológicas e eletroencefalográficas;
2. Prova de Rorschach;
3. HARE PCL-R.

Segundo Morana (2003), “aos 56 casos de estudo foram aplicados os procedimentos para o PCL-R²⁹, o que resultou, após análise estatística, em 3 faixas distintas de pontuação que foram categorizadas como TG, TP e NC” (p. 80). Deste modo, segundo a autora, foi possível identificar “duas condições gerais dos TAS que foram denominadas de Transtorno Global da Personalidade (**TG**) e Transtorno Parcial da Personalidade (**TP**)” (p. 135).

As conclusões apontadas pela autora indicam a possibilidade de, por meio do PCL-R, diferenciar os indivíduos portadores de Transtorno Global da

²⁶ Todos os destaques das citações (maiúsculo, negrito e sublinhado) foram feitos pela autora.

²⁷ NC, de acordo com a autora, significa ‘não criminoso’.

²⁸ A autora não especifica quais provas foram utilizadas.

²⁹ No grupo controle não foi realizada a avaliação psiquiátrica.

Personalidade daqueles portadores de Transtorno Parcial da Personalidade (criminosos comuns). Por conseguinte, é possível, de acordo com esta tese, identificar os indivíduos predispostos a reincidir em crimes e aqueles que são mais aptos à reabilitação, utilizando como recurso a escala de Hare.

O ponto de corte para a identificação do Transtorno Global da Personalidade estabelecido foi 23, diferente do ponto de corte estabelecido pelo autor da escala, que o definiu em 30.

6.1.1. Considerações

Iniciaremos a análise pela concepção de personalidade adotada na pesquisa. Essa escolha se deu pelo fato de que a maior parte da tese foi desenvolvida com o propósito de estabelecer parâmetros para a identificação do indivíduo predisposto a cometer crimes, fundamentado em sua personalidade. Este conceito está no centro de toda a problemática da pesquisa.

Diante desta discussão, buscamos o conceito de personalidade utilizado pela autora. Com a leitura da tese verificamos que há a conceituação de *transtornos de personalidade*, mas não de *personalidade*. Buscamos, então, pistas para compreender o seu significado na tese. Nos trechos que se seguem a autora traz elementos interessantes para a análise:

O que nos interessou avaliar foi a estrutura e dinâmica da personalidade, independente do ato delinqüente que o indivíduo tenha praticado. O método de Rorschach, avaliado pelos critérios de Silveira, nos permitiu a análise estrutural e sistêmica da personalidade (p. 40).

E, mais adiante, referindo-se ao uso que fez da prova de Rorschach, a autora afirma:

Muitos especialistas na Prova de Rorschach trabalham com os aspectos simbólicos dos conteúdos das respostas à Prova de Rorschach, o que leva a interessantes estudos acerca da dinâmica emocional do indivíduo, mas com isso perde-se a principal função da prova, que é a de investigar a estrutura da personalidade, através da dinâmica de seus determinantes (p. 40).

Um primeiro aspecto a ser considerado é a referência que a autora faz à ‘estrutura’ da personalidade e à ‘dinâmica’ dos determinantes da personalidade. Sem nenhuma referência a teorias psicológicas específicas, podemos dizer que qualquer concepção que se refira à *dinâmica da personalidade* pressupõe a existência de forças que sejam constituintes da personalidade, e que atribuem a ela algum nível de atividade e movimento. Já a noção de estrutura relaciona-se, conforme definição do dicionário, a “Aquilo que é, ou foi construído; obra de construção”, ou ainda, conforme segunda definição, a um “Conjunto formado, natural ou artificialmente, pela reunião de partes ou elementos, em determinada ordem ou organização” (Holanda, 1999). De qualquer modo, a noção de estrutura implica em elementos, partes, que foram construídas.

Seguindo com sua argumentação, a autora, mencionando a impossibilidade de aferição de índices estatísticos por meio da Prova de Rorschach, refere-se “à complexidade de interações que ocorrem na dinâmica complexa da personalidade tal qual estruturada para cada sujeito examinado (...) O método de Rorschach, avaliado pelos critérios de Silveira, nos permitiu a análise estrutural e sistêmica da personalidade” (p. 40).

Neste trecho, a autora reconhece a “dinâmica complexa” da personalidade. Também pressupõe a individuação de seus sujeitos, quando faz referência à personalidade “tal qual estruturada para cada sujeito examinado”.

Se estas observações remetem a uma concepção psicodinâmica da personalidade, todo o restante da tese pauta-se por uma concepção reducionista e mecanicista.

No tópico “Aspectos Etiológicos dos TEP”, por exemplo, a autora apresenta vários estudos que corroboram a tese de que a personalidade é fortemente definida por seu aparato orgânico:

Bouchard (1994), em um estudo com gêmeos, comparou a personalidade de monozigóticos e dizigóticos e encontrou que ao redor de 50% dos traços de personalidade seria devido a fatores genéticos. Concluiu que a influência do ambiente familiar na personalidade foi pequena e mesmo desprezível (p. 53).

Se efetivamente podemos considerar que a influência familiar tem sido cada vez menos significativa na constituição da personalidade do indivíduo, não

podemos ignorar os outros elementos da totalidade social, concluindo pelos fatores genéticos como determinantes.

Mas a autora também considera que as “disposições constitucionais” podem ser modificadas pelo meio ambiente:

Talvez possamos considerar que desde a vida intra-uterina a influência ambiental já modifica as disposições constitucionais, seja através de alterações metabólicas, endócrinas, imunológicas, assim como infecciosas. Depois do nascimento, todas as experiências vividas pelo indivíduo imprimem particularidades dinâmicas na expressão do sujeito. Portanto, a determinação genética e a determinação ambiental de tendências da personalidade tornam-se mescladas por influências múltiplas (p. 55)

Parece ficar clara aqui a ideia de que os homens viriam ao mundo como uma *tabula rasa*, em que as experiências, que não seriam em hipótese alguma fundamentais na constituição da personalidade, apenas “imprimem particularidades” nos indivíduos. Para a autora, o “meio social”, se “adequadamente estruturado, funcionaria como contenção das disposições antissociais” (p. 56).

Ainda que os propósitos da investigação incidam sobre o conhecimento da personalidade do indivíduo, esta não pode ser retirada de seus nexos, ela não pode ser estudada como um órgão que simplesmente concretize os comandos de sua natureza. Mesmo considerando que a individuação ocorre sobre um substrato orgânico, não se pode adotar a hipótese de uma pura e simples determinação orgânica para o comportamento criminoso, nem mesmo sob a forma de “disposições antissociais”. Segundo Adorno, “O homem é resultado, não *Eidos*” (1995c, p. 200).

Se é verdade, como afirmam Adorno et al (1965, p. 30), que a personalidade é uma organização mais ou menos permanente das forças internas do indivíduo, e que estas forças contribuem para determinar a resposta deste indivíduo diante das diversas situações com que se defronta, ela é, por sua própria natureza, “producto do medio social” (p. 31). De acordo com os autores, as forças da personalidade são essencialmente *necessidades*, e, como tais, só existem como referência e a partir do outro, sendo, desde o princípio, social.

De outro lado, se a partir do conceito de *estrutura*, consideramos a personalidade como razoavelmente estável, há que se considerar também, que ela não é invariável:

lejos de estar formada desde un principio, de ser algo invariable que actúa sobre el mundo que la rodea, la personalidad evoluciona a impulsos del ambiente social y no puede aislarse jamás de la totalidad social dentro de la que se desenvuelve (Adorno et al, 1965, p. 31)

Talvez a proposição mais correta seja aquela que reconheça a “interdependência entre personalidade e sociedade” (Adorno, 1965, p.). Sendo assim, caberia estudar também a situação objetiva de vida dos indivíduos encarcerados. Seria importante considerar, inclusive, “a posição do indivíduo dentro da sociedade, definida em termos econômicos e sociológicos” (Adorno, 1965, p. 33).

Na tese há informações importantes sobre isso. A autora buscou dados sobre o nível de escolaridade e a profissão dos indivíduos, no entanto esses dados são pouco evidenciados. A maior parte destas informações pode ser obtida apenas na parte pós-textual da tese³⁰. Isso indica a pouca importância atribuída a elas pela autora. O que poderia ser um aspecto significativo para a compreensão dos motivos que fazem com que se cometa um crime, passa ao largo das análises feita pela autora.

Um aspecto investigado é o grau de instrução. De acordo com seus dados, 49% dos sujeitos considerados “TG” e 49% dos sujeitos considerados “TP”, possuíam o ensino fundamental³¹ incompleto. Deve-se acrescentar que, segundo os dados apresentados nos anexos, 15% de cada uma das duas amostras é composta de indivíduos analfabetos, e que apenas 6% de cada uma delas tiveram acesso à universidade (3% completo e 3% incompleto) (p. 142 e 143).

Alguns estudos indicam a relação entre o nível de escolaridade e o cometimento de crimes. Becker (2012), ao se propor a analisar as relações entre a educação e a violência, afirma:

³⁰ Apenas o maior resultado foi apresentado no corpo da tese. Os demais foram mantidos nos anexos.

³¹ A autora utiliza os termos “Primeiro Grau” e “Segundo Grau” para referir-se ao nível de instrução, o que corresponde, atualmente, a “Ensino Fundamental” e “Ensino Médio”, respectivamente.

A literatura mostra também que existe uma relação negativa entre a educação e a criminalidade. Lochner e Moretti (2004), através de uma análise empírica utilizando informações de indivíduos nos Estados Unidos, observaram que a escolaridade reduz significativamente a atividade criminal. Os resultados da pesquisa indicaram que um aumento de 1% nas taxas de conclusão do ensino médio para todos os homens com idade entre 20 e 60 anos, reduziria em torno de US\$ 1.4 bilhões por ano em custos decorrentes do crime por parte das vítimas e da sociedade em geral. No Brasil, estudos utilizando informações agregadas mostraram que as medidas da educação da população estão inversamente relacionadas às taxas de crime (Becker, 2012, p. 11).

Mesmo quando a referência é feita a crimes violentos, pesquisas indicam que há uma relação inversamente proporcional entre nível de escolaridade e crime. Segundo Becker (2012), “Carneiro et al. (2005) utilizaram informações dos prisioneiros do Presídio da Papuda em Brasília e observaram que quanto maior a escolaridade, menor a probabilidade de o indivíduo cometer homicídio” (p. 37).

Quanto à profissão, Morana categorizou este item em:

- Nenhuma
- Subemprego
- Liberal (1): ‘Nível baixo’, pedreiros, pintores, marceneiro, lavrador etc.
- Liberal (2): Auxiliar de produção, escriturários, vendedores etc.
- Estudante
- Operário: nível de fábricas

Ainda que os resultados obtidos por Morana (p. 92) indiquem diferenças entre os dois grupos, é expressivo o fato de que a maioria deles ou esteja sem emprego ou que tenha profissões que sugerem o seu pertencimento a uma condição social desfavorecida.

Estes dados deveriam ser suficientes para se perguntar sobre o papel destas condições no crime. Não que se deva estabelecer uma linha que ligue diretamente falta de instrução ou profissão ao crime, mas tal dado não pode ser indiferente.

Deve-se considerar, também, que os dados demográficos foram investigados apenas em relação aos indivíduos encarcerados. Talvez fosse interessante

também obter estes dados em relação ao grupo controle, que é constituído, segundo a autora, por

(...) sujeitos conhecidos da autora e da psicóloga auxiliar da pesquisa, assim como parentes e amigos que, devido ao longo convívio (em média 10 anos), sabia-se da vida pregressa isenta de transtornos, quer sejam psiquiátricos, psicológicos ou da esfera judicial (negativos para registro criminal no Fórum Criminal Central Mário Guimarães) (p. 81).

Supõe-se que o nível de escolaridade e a profissão desse grupo seja significativamente diferente do grupo dos indivíduos encarcerados.

Outro ponto interessante de ser observado é o modo como se interpreta as respostas e as reações dos sujeitos em uma situação de entrevista. A tabela de número nove da tese apresenta os “Dados referentes à atitude predominante do exame psíquico nos respectivos grupos TG e TP” (p. 97).

De acordo com a autora, 45,45% dos indivíduos considerados portadores de Transtorno Global e 34,78% dos indivíduos considerados portadores de Transtorno Parcial de Personalidade tiveram atitudes evasivas no exame psíquico, sendo este fator considerado na sua avaliação. Na interpretação destes dados, a autora enfatiza o “predomínio da atitude evasiva no exame psíquico” (p. 97). Parece que se desconsidera o fato de que o que se apresenta ao pesquisador pelo sujeito (suas respostas e reações), expressa também situações e conflitos que não são alheios à situação real vivida por ele naquele momento.

Talvez esse resultado seja mais do que esperado, visto que, ainda que no termo de consentimento pós-esclarecido apresentado aos indivíduos haja a garantia de sigilo, e de que “não serão apresentadas informações que possam prejudicar o processo judicial” (p. 138) que está respondendo, o ambiente carcerário é, por ele mesmo, um ambiente que exige reservas, já que qualquer dado que se apresente pode interferir na situação do indivíduo, principalmente no que diz respeito à concessão de benefícios.

Outro ponto bastante relevante diz respeito às possibilidades de identificação do indivíduo “potencialmente psicopata”. A autora se refere a uma proposta elaborada por uma instituição londrina: “Outra proposta bastante polêmica é a do DEPARTAMENTO DE SAÚDE DE LONDRES que tem um projeto para identificar

os sujeitos portadores de transtornos graves da personalidade e tratá-los antes que venham a cometer crimes” (p. 68).

Mesmo considerando a proposta ‘polêmica’, a autora se furta a problematizá-la. Está implícita nesta frase a possibilidade real, e já em vias de ser concretizada, de identificação do indivíduo criminoso antes mesmo que o crime seja cometido. Isto é corroborado pela escolha do ponto de corte da escala de Hare, por Morana. O ponto de corte para a condição de psicopatia obtido por Hare na versão original da escala é 30; já o ponto de corte definido por Morana é 23. De acordo com a autora,

O ponto de corte obtido nesta pesquisa é mais baixo do que para o autor [Hare]. Este dado é relevante, pois, para o autor do PCL-R, o ponto de corte de 30 permite identificar sujeitos que apresentem as características prototípicas da psicopatia. Para tal é necessário que o sujeito já tenha manifestado comportamento criminoso, de forma a pontuar o FATOR 2 que fará com que a SOMA TOTAL se eleve permitindo alcançar o escore elevado. O ponto de corte definido nesta pesquisa foi determinado, inicialmente, pela Prova de Rorschach que corroborou os dados clínicos e apenas depois os casos foram submetidos à avaliação ponderada do PCL-R. Desta forma, o ponto de corte definido evidencia sujeitos potencialmente psicopatas (TG) e não apenas os que já apresentaram as características prototípicas manifestas da psicopatia (p. 125)

E continua a autora:

O ponto de corte de 30, tal qual definido pelo autor, permite uma menor margem de erro para o chamado erro beta, ou seja, não se incorreria no erro de pontuar erroneamente alguém como psicopata. O ponto de corte definido neste estudo como 23 aumenta as chances do chamado erro alfa, ou seja, pontuar algum sujeito que ainda não tenha manifestado suficientes características prototípicas da psicopatia (p. 124, 125)

Se o ponto de corte definido por Hare (30), como afirma a autora, impediria a pontuação de sujeitos não-psicopatas, indicando certa prudência diante das consequências que tal diagnóstico acarretaria ao indivíduo, a versão brasileira da escala se caracteriza por adotar um ponto de corte mais baixo, que seria capaz de identificar o que a autora denomina de “sujeitos potencialmente psicopatas”³².

³² Segundo Yamada (2009), Robert Hare participou da elaboração de outros instrumentos da mesma natureza que o PCL-R. A autora menciona o Psychopathy Checklist: Screening Version (PCL-SV): propõe-se a identificar psicopatas em outros contextos além do forense. Pode ser usado na seleção de pessoal, em avaliações psiquiátricas etc.;

Estamos aqui diante de uma questão importante. Em outro trecho, a autora afirma:

O estudo não pretende separar a sociedade em psicopatas e não psicopatas, apenas está validando um instrumento a ser usado em avaliações sobre periculosidade em população definida e com características próprias (*setting* forense). Fora deste cenário, o teste perde seu valor (p. 125)

Se, como afirma a autora, o PCL-R tem validade apenas no *setting* forense e a definição do ponto de corte na versão brasileira diferencia-se da versão original pelo fato de que a condição necessária para que a avaliação seja efetiva é “que o sujeito já tenha manifestado comportamento criminoso”, e que com o ponto de corte diminuído essa exigência desaparece, a quem se destinará tal avaliação? É evidente que se o comportamento criminoso não foi manifestado, a menos que estejamos considerando mais frequentes do que realmente são os erros da justiça, este indivíduo não estará encarcerado.

Ademais, se é possível, por meio do estudo da personalidade, inferir as potencialidades do indivíduo para cometer um crime, como indica a pesquisa, trata-se ainda, como dito, de *potencialidades*, que podem ou não se transformar em comportamento. Daí seria necessário também conhecer as circunstâncias que transformam uma predisposição em ação. Segundo Adorno et al, “(...) cuando alguien se decide a actuar, lo hace por impulso de su potencial interno y porque en su medio se da un conjunto de factores propicios” (1965, p. 904).

Outro aspecto que foi observado na tese é a relação entre crime e doença. Mesmo considerando que sua amostra seja composta por indivíduos diagnosticados como portadores de Transtorno Antissocial da Personalidade, em que há uma relação muito estreita entre estes indivíduos e a prática de crimes, a autora refere-se aos “criminosos comuns”, também como portadores de ‘transtornos de personalidade’, neste caso, como portadores de ‘Transtorno Parcial da Personalidade’. Vejamos:

Psychopathy Checklist: Youth Version: destinado à identificação de traços de psicopatia em adolescentes; Antisocial Process Screening Device: propõe-se a identificar tendências antissociais em populações jovens; e o P-Scan, versão simplificada do PCL. Pode ser aplicado por qualquer profissional e não necessita da presença da pessoa a ser avaliada. É feito geralmente com base nos registros institucionais (p. 27).

É importante lembrar que, o que aqui consideramos como **TP**, correlaciona-se aos assim chamados “criminosos comuns”. Na prática forense, tanto os psiquiatras, como os peritos e os juristas, não conseguem estabelecer, de forma clara, esta distinção, e tal fato pode ter repercussão para a sociedade. O psicopata, ou seja, o **TG**, se liberado para retornar à sociedade por concessão de benefício penitenciário, apresentaria um risco de reincidência criminal muito maior do que o ‘criminoso comum’ (p. 16).

A própria maneira como a autora apresenta os dados de sua amostra é indicativo disso. Ela os divide em três categorias, sendo a primeira, *Não-criminoso*, e as demais denominadas *Transtorno Parcial* e *Transtorno Global*. O grupo controle (indivíduos que não cometeram crimes – “Não TG, não TP” (p. 91), segundo a autora), foi denominado de *não criminoso*; já os indivíduos que cometeram crimes foram denominados de *Transtornos*, em uma clara associação entre crime e doença.

Referindo-se aos Transtornos Específicos da Personalidade (TEP), a autora considera que eles “correspondem, em linhas gerais, às condições clínicas anteriormente denominadas personalidades psicopáticas” (p. 26). Ela menciona os seguintes transtornos:

- Transtorno Paranóide da Personalidade
- Transtorno Esquizóide da Personalidade
- Transtorno Antissocial da Personalidade
- Transtorno Emocionalmente Instável da Personalidade (tipo impulsivo e tipo *borderline*)
- Transtorno Histriônico da Personalidade
- Transtorno Anancástico da Personalidade
- Transtorno Ansioso da Personalidade
- Transtorno Dependente da Personalidade
- Outros Transtornos Específicos da Personalidade
- Transtorno da Personalidade sem Especificação

Apesar de observar que no Brasil não existem estudos epidemiológicos que indiquem a incidência de transtornos específicos da personalidade em população

forense, a autora considera altos os índices de TEP neste contexto. De acordo com ela,

Em população prisional estima-se que em torno de 65% dos internos apresentam TEP. Esta afirmação é ilustrada por pesquisas que corroboram estes dados. Vejamos um exemplo: ‘Um estudo sueco revelou elevada frequência de TEP, ao redor de 75%, entre os internos de uma prisão na Noruega’ (p. 46).

A autora cita um estudo realizado em uma prisão espanhola, concluindo que “(...) na amostra estudada, 99% apresentaram um ou mais diagnósticos de TEP, sendo mais frequentes: Antissocial (79%), Paranoide (52%) e Borderline (41%)” (p. 47).

Referindo-se especificamente ao Transtorno Antissocial da Personalidade, a autora apresenta dados de pesquisas feitas no Brasil: “Rigonatti (1999) encontrou que 96% dos homicidas e 92% dos estupradores, em uma amostra de 100 sujeitos estudados na Penitenciária do Estado apresentavam TAS” (p. 47)

Além disso, parece haver a crença de que a ‘reabilitação’ dos demais prisioneiros depende exclusivamente da ausência dos psicopatas:

Esta proposição tem o objetivo de liberar as prisões da influência nefasta dos mesmos [psicopatas] e, desta forma, poder promover a reabilitação dos criminosos não-psicopatas, a exemplo de países como Canadá e Inglaterra (2003, p. 18).

Uma interpretação muito simplista. Ainda que, em sua concepção, a totalidade social tenha um papel pequeno na definição da criminalidade, deveria, ao menos, considerar os problemas que envolvem o sistema carcerário no Brasil, que certamente não são menores.

6.2. A pesquisa: *Relação entre o comportamento agressivo e/ou violento e alterações na neuroimagem: revisão sistemática*

Considerando que a violência, “(...) como fruto do comportamento humano agressivo, com seu rastro de destruição, sofrimento e morte, é uma grande preocupação de toda a sociedade” (Terra, 2009, p. 1), e que, diante da questão “O que fazer para enfrentá-la?”, não há ainda uma resposta adequada, o autor

propõe-se a “(...) aprofundar as informações sobre seu [da violência] componente neurobiológico” (Terra, 2009, p. 1).

De acordo com o autor, “Esse trabalho é voltado para analisar a relação entre comportamento violento e alterações cerebrais estruturais e/ou funcionais. Trata-se de uma revisão sistemática de todos os trabalhos publicados nos últimos 21 anos sobre o assunto” (Terra, 2009, p. 6).

A seleção dos artigos ocorreu a partir de duas bases de dados: medline e PsycINFO, entre os anos de 1987 e 2008. Os descritores utilizados foram “‘Aggression’ [Mesh] OR ‘Violence’ [Mesh] AND ‘Diagnostic Imaging’ [Mesh]”. Os trabalhos selecionados deveriam ser estudos realizados com seres humanos, e publicados em Inglês, Francês, Espanhol ou Português. A amostra consistiu em 28 publicações, sendo 27 oriundos de estudos de caso–controle e um de coorte.

As principais conclusões a que o autor chegou neste estudo foram:

- “A quase totalidade dos estudos, incluídos na RS [Revisão Sistemática], documentaram alterações estruturais ou funcionais no cérebro dos sujeitos com comportamento agressivo e/ou violento comparado a controles”.
- “As áreas cerebrais que foram relacionadas ao comportamento agressivo e/ou violento incluem: os lobos frontais (córtex órbito-frontal, córtex pré-frontal, giro do cíngulo anterior), lobo temporal (córtex temporal, amígdala), lobos parietais (giro supra-marginal, substância branca parietal), tálamo, hipotálamo e cerebelo”.
- “Os estudos funcionais documentaram hipometabolismo/hipoperfusão envolvendo estruturas frontais” (Terra, 2009, p. 61).

6.2.1. Considerações:

O primeiro ponto a ser considerado na pesquisa é a referência feita pelo autor ao caso de Phineas Gage como um importante argumento para correlacionar violência e agressão a disfunções ou lesões cerebrais. Phineas Gage, de acordo com o autor, foi um operário que trabalhava na construção de estradas de ferro nos Estados Unidos, em meados do século XIX. Conta-se que após uma explosão cotidiana para a abertura de caminho para a construção de

uma nova estrada, Gage foi atingido por uma barra de ferro que atravessou seu cérebro. Segundo consta, ele permaneceu completamente lúcido após o acidente, e, após os cuidados médicos, em pouco tempo estava recuperado, não apresentando nenhum comprometimento motor, na linguagem e nem na memória.

No entanto, apresentou mudanças na sua personalidade. Gage, que era descrito como um homem “(...) equilibrado, meticoloso e persistente quanto aos seus objetivos, além de profissional responsável e habilidoso”, passa a ser visto como uma pessoa “(...) impaciente, com baixo limiar à frustração, desrespeitoso com as outras pessoas, incapaz de adequar-se às normas sociais e de planejar o futuro. Não conseguiu estabelecer vínculos afetivos e sociais duradouros novamente ou fixar-se em empregos” (Terra, 2009, p. 7).

De acordo com Terra,

A partir do infortúnio de *Phineas Gage*, relatos de caso e estudos retrospectivos de veteranos de guerra vêm mostrando a associação entre lesões pré-frontais – mais especificamente lesões nas porções ventromediais do córtex frontal – e a observação clínica de comportamento impulsivo, agressividade, jocosidade e inadequação social (2009, p. 7).

Mais adiante, continua: “Esses dados levaram à sugestão de que um comprometimento do funcionamento do lobo frontal ventromedial poderia contribuir para problemas relacionados ao controle de impulso e personalidade anti-social” (2009, p. 7).

Não fazemos nenhuma objeção a este argumento. Desde os estudos de Paul Broca sobre as localizações cerebrais que não existem muitas dúvidas a respeito do fato de que a cada região encefálica correspondem funções específicas. No entanto, em nossa opinião, se efetivamente o caso de Gage e dos posteriores estudos feitos com soldados lesionados de guerra são ilustrativos das funções que os lobos cerebrais exercem, e que lesões nestes lobos de fato correspondem às mudanças citadas, entendemos que tratamos de fenômenos distintos. Vejamos:

Quem teve a oportunidade de conhecer mais de perto os meninos em privação de liberdade da FASE (Fundação de Atendimento Sócio-educativo) no Rio Grande do Sul, pode ter tido sua atenção despertada pelos visíveis problemas psiquiátricos e neurológicos, que importante parcela deles apresenta, muitas vezes sem diagnóstico ou tratamento adequado. São, com grande probabilidade, portadores de

transtornos que certamente antecedem, em muito tempo, as ações agressivas que cometeram (...) Informações que se acumulam, com enorme rapidez, mostram empiricamente que outros fatores, não só os sociais contribuem e muito, para a transgressão violenta. O mau funcionamento do cérebro e da mente, provocado por determinadas patologias com origem em danos específicos, traumas físicos e emocionais, e mesmo em alterações genéticas, são mais freqüentes do que pensávamos e podem predispor uma parcela da população às alterações comportamentais maiores. Isso leva à manifestação de condutas anti-sociais com mais freqüência, abrindo caminho para a violência física extrema. (Terra, 2009, p. 1)

Quando o autor refere-se, por exemplo, aos “visíveis problemas psiquiátricos e neurológicos” de adolescentes em conflito com a lei, estamos frente a uma problemática distinta daquela em que se inserem os problemas relacionados às lesões neurológicas ocasionadas por traumas físicos.

Não fazemos objeção, também, à hipótese de que seja possível observar em agressores ou em indivíduos violentos, alterações na morfologia ou na bioquímica do cérebro. Certamente não aceitamos a tese, derivada do dualismo cartesiano, que insiste na independência do corpo frente a alma, e vice-versa. No entanto, recusamos a hipótese de que a origem do comportamento transgressor esteja em disfunções cerebrais. Estamos mais inclinados a conceber as mudanças neuroquímicas como a materialidade fisiológica de conflitos que são, em sua origem, sociais.

Em certos momentos da dissertação, o autor parece apresentar argumentos que seguem em uma direção interessante. Esse é o caso da apresentação de pesquisas que foram feitas com adolescentes “infratores” ou que haviam “cometido crimes brutais”, em que eram investigadas as condições de vida desses adolescentes. Em todas as pesquisas citadas foram estabelecidas as relações entre a prática de crimes na adolescência e negligência e maus-tratos na infância:

No livro “Ghosts from the Nursery: Tracing the Roots of Violence.” (Karr-Morse and Wiley 1997), duas terapeutas familiares do Oregon (EUA), com prefácio do Professor Thomas Berry Brazelton, trazem a história de alguns adolescentes americanos que haviam cometido crimes brutais. Elas investigam as condições de gestação desses adolescentes, sua infância, seu ambiente social, suas circunstâncias familiares, buscando as possíveis causas do seu comportamento violento. Na análise que fazem recorrem a exames de Neuroimagem. Examinando aqueles com maior número de ocorrências violentas, descobrem alterações cerebrais importantes, em todos os casos estudados, e concluem por uma forte relação entre abuso e negligência na infância e a agressividade aumentada na adolescência (Terra, 2009, p. 3).

E, adiante, cita outro estudo:

Allan Schore, que é Professor no Departamento de Psiquiatria e Ciências Comportamentais, da Faculdade de Medicina David Greffen, da UCLA, no livro "Affect Dysregulation and Disorders of the Self" (Schore, A. N.-2003) chama a atenção para algumas questões importantes: "o aumento de glicocorticóides induzido pelo stress (provocado pelos maus tratos), no período pós-natal imediato, induz à morte neuronal nos centros afetivos (Kathol, Jaeckle et al. 1989) criando circuito límbico anormal (Benes 1994) e danos permanentes no direcionamento da emoção em canais adaptativos" (DeKosky, Nonneman et al. 1982). Noutra parte propõe: "A cuidadora abusiva não somente não brinca e interage menos com a sua criança, mas também induz um estado traumático de efeito negativo duradouro. Porque ela não acalma a criança, não proporciona um consolo interativo, os estados emocionais intensamente negativos da criança duram por longos períodos de tempo. Tais estados também são acompanhados de severas alterações na bioquímica do cérebro imaturo, especialmente nas áreas associadas com o desenvolvimento das competências interpessoais" (Schore 2003). Ainda elabora: "A interação entre corticosteróides e neurotransmissores excitatórios é indutora da morte programada de neurônios, e representa o mecanismo etiológico primário para a fisiopatologia das alterações neuropsiquiátricas. Aqui está um modelo para uma morfogênese límbica desajustada, uma alteração estrutural que irá reduzir futuras funções adaptativas. Esse é o contexto para a psicopatogênese" (Terra, 2009, p. 3)

Se se admite que maus-tratos, negligência, abandono etc., que ocorrem ao longo do processo de maturação neuronal, provocam danos cerebrais ou alterações importantes na neuroquímica do cérebro, a ênfase deve estar nestas relações, e não nos danos cerebrais. Estes são a consequência e não a origem.

Em outro ponto da tese, o autor menciona estudos sobre o desenvolvimento da linguagem, e a recuperação após lesões:

A investigação de como as crianças adquirem a fala ou mais amplamente, a linguagem e como a recuperam após uma lesão cerebral, permitiu evidenciar que aquelas que sofrem a lesão em períodos mais precoces do desenvolvimento podem recuperar e desenvolvem uma linguagem normal. Parece que a puberdade é o ponto de virada além do qual dificilmente há recuperação completa da fala (Terra, 2009, p. 10)

O autor utiliza o desenvolvimento da linguagem para demonstrar que lesões ocorridas na adolescência provocam danos que impedem uma recuperação

completa da fala. Este modelo servirá, para o autor, de comparação com o comportamento violento. O seu argumento visa limitar as possibilidades de mudança do adolescente violento. Mas, em outro trecho, o autor reconhece que o pico do comportamento violento ocorre na adolescência, declinando com o passar do tempo:

Além de todos os aspectos citados, o comportamento violento criminoso também está relacionado com a idade e o sexo, sendo que o pico na taxa de violência ocorre entre 16-18 anos (Figura 1) e notadamente entre homens (Terra, 2009, p. 10)

Se for verdade que, conforme indicado, a partir dos 18 anos há uma redução do comportamento criminoso, isto parece ser incompatível com uma concepção que adota a noção de que os danos ocorridos são permanentes. Posteriormente o autor afirma:

Pesquisas dos últimos 20 anos (Banks and Dabbs 1996) evidenciam aumento nos níveis de testosterona entre os jovens agressivos, homicidas violentos, homens e mulheres com passados de crime e veteranos de guerra que desertaram ou tiveram problemas de conduta após o serviço militar (Terra, 2009, p. 11)

Se há consenso de que altas taxas de testosterona estão relacionadas a condutas consideradas “tipicamente masculinas”, e que nelas estão incluídas as reações agressivas, é exatamente este fator o considerado como adequado e esperado quando se estuda os fatores que são relacionados aos níveis de testosterona em atletas, por exemplo. Segundo Silva et al,

Acredita-se que os EAA³³ melhoram o desempenho atlético por aumentarem a massa muscular (através do aumento da síntese proteica muscular, da promoção da retenção de nitrogênio, da inibição do catabolismo protéico e da estimulação da eritropoiese), bem como por promoverem a agressividade e a motivação (2002, p. 238).

³³ EAA – Esteroides anabolizantes-androgênicos. De acordo com Silva et al, , “Os hormônios esteróides são produzidos pelo córtex da supra-renal e pelas gônadas (ovário e testículo). Os esteróides anabolizantes ou esteróides anabólico-androgênicos (EAA) referem-se aos hormônios esteróides da classe dos hormônios sexuais masculinos, promotores e mantenedores das características sexuais associadas à masculinidade (incluindo o trato genital, as características sexuais secundárias e a fertilidade) e do *status* anabólico dos tecidos somáticos. Os esteróides anabólicos incluem a testosterona e seus derivados (2002, p. 235).

Existem estudos que investigam meios para aumentar naturalmente os níveis de testosterona em atletas. Em *Força muscular, níveis séricos de testosterona e de ureia em jogadores de futebol submetidos à periodização ondulatória* (2012), os autores compararam dois tipos de treinamento (periodizado e não periodizado³⁴) para verificar o tipo de treino que favoreceria o aumento da força muscular e dos níveis de testosterona em atletas, e concluíram que “... a periodização ondulatória da força no treinamento para jogadores de futebol demonstrou ser mais eficaz que o treinamento não periodizado para promover o aumento dos níveis séricos de testosterona e redução dos níveis de ureia” (Pacobahyba et al, 2012, p. 133).

Observa-se, então, que o nível de testosterona, por si só, não é condição para a prática de crimes, e que a conversão das possíveis disposições dos indivíduos em ações depende em grande medida das oportunidades que se apresentam a eles.

Por fim, um aspecto referente à metodologia. De acordo com Terra,

A heterogeneidade entre os estudos dificulta a interpretação dos achados de neuroimagem com agressividade-violência. A presença de resultados homogêneos é uma condição necessária para se combinar os resultados de estudos em metanálise... (...) Por homogeneidade entendemos uma RS que está livre de variantes problemáticas (heterogeneidade) na direção e graus de resultados entre estudos individuais (Terra, 2009, p. 54).

Se o autor considera a heterogeneidade da amostra um impedimento para a execução da metodologia, talvez o problema esteja na metodologia escolhida, e não na amostra. Sabe-se que o método deve ser escolhido em virtude do objeto, e não o contrário. Mais do que isso, implicada nessa questão está a exclusão daquilo que não se conforma às regras do pensamento formal.

³⁴ A diferença entre um e outro tipo de treinamento refere-se à combinação do número de repetições, séries e sobrecarga.

6.3. Discussão

Se até aqui foi possível constatar que tem havido efetivamente um aumento das pesquisas que estabelecem a relação entre o crime e os fatores individuais, sendo os argumentos apontados questionáveis, algumas considerações de uma natureza um tanto mais ampla devem ser feitas. Diante da constatação das questões sociais que envolvem o comportamento criminoso, como é possível que parte considerável das pesquisas se detenha diante de aspectos tão menos palpáveis como o gene, a bioquímica corporal ou predisposições vindas não se sabe de onde? Como é possível que aspectos tão flagrantes da totalidade social sejam preteridos em nome de elementos que são exaustivamente procurados nos laboratórios?

Supomos que tal estado de coisas só seja possível em virtude das exigências do pensamento formal, principalmente a tão propalada exigência de separação entre sujeito e objeto. O ideal de uma ciência neutra, objetiva, matematicamente sustentada conduz a reducionismos como os que estamos observando.

Para cumprir o ideal asséptico da ciência, que em nome da pureza lógica exclui qualquer relação que não seja matematicamente controlada, sujeito e objeto são radicalmente separados. Mas sujeito e objeto não podem ser pensados separadamente. Um necessariamente remete ao outro, são 'mediados reciprocamente': "o objeto, mediante o sujeito, e, mais ainda e de outro modo, o sujeito, mediante o objeto. A separação torna-se ideologia, exatamente sua forma habitual, assim que é fixada sem mediação" (Adorno, 1995c, p. 183). Diante disso, "O espírito usurpa então o lugar do absolutamente subsistente em si, que ele não é: na pretensão de sua independência anuncia-se o senhoril" (Adorno, 1995c, p. 183).

O afastamento que deve ocorrer entre sujeito e objeto, que é a condição para a abstração, para a existência da própria ciência, não pressupõe a ausência de relação entre eles. Ao contrário, a limitação da experiência com o objeto pela suposição da preponderância do pensamento impede o acesso ao conhecimento,

objetivo de toda a ciência. O acesso ao conhecimento se vê impedido por que ele somente é encontrado na relação entre sujeito e objeto.

Tal forma de pensar, concebida como a medida de todas as coisas, dispensa a experiência com o objeto. Ela supõe que “a ordem das coisas seria a mesma que a das ideias” (Adorno, 1994d, p. 174). Mas, como afirma Adorno, isso não passa de um engodo, já que a noção de que “a *ordo idearum* [ordem das idéias] seria a *ordo rerum* [ordem das coisas] funda-se na suposição de que algo mediado seja não-mediado” (1994d, p. 174).

Nestas pesquisas, esta tendência se observa principalmente na ênfase demasiada nos dados. Esta ênfase resulta na interpretação da vida humana a partir destes dados e suas conclusões são generalizadas por meios estatísticos. Os dados, os cálculos e o trato estatístico das informações obtidas empiricamente são, como anteriormente mencionado, elementos preciosos para as ciências, mesmo as ciências humanas e sociais. Mas o que eles apresentam em estado ‘bruto’ deve ser ultrapassado. Assim, a menos que queiramos ter acesso apenas à superfície, e, muitas vezes ao epifenômeno, deve-se examiná-lo à luz da totalidade social. Segundo Horkheimer e Adorno,

Compreender o dado enquanto tal, descobrir nos dados não apenas suas relações espaço-temporais abstratas, com as quais se possa então agarrá-las, mas ao contrário pensá-las como a superfície, como aspectos mediatizados do conceito, que só se realizam no desdobramento de seu sentido social, histórico, humano – que toda a pretensão do conhecimento é abandonada. Ela não consiste no mero perceber, classificar e calcular, mas precisamente na negação determinante de cada dado imediato (1985, p. 38).

No entanto, este tipo de pesquisa “(...) mantém o pensamento firmemente preso à mera imediatidade. O factual tem a última palavra, o conhecimento restringe-se à sua repetição, o pensamento transforma-se na mera tautologia” (1985 p. 38).

Adorno alerta para a força desta tese. Segundo ele (2008b, p. 21), o simples fato de que o pensamento ocorre em forma de conceitos assegura à faculdade que produz os conceitos (à mente) uma posição de prioridade, e que, caso se admita minimamente a prioridade do espírito, seja na forma de dados ou de categorias, não há como escapar.

Mas a contraposição à tendência marcadamente idealista das ciências, em que o pensamento se vê numa posição de prioridade frente à objetividade, não significa, obviamente, a exclusão da subjetividade. Segundo Adorno, a primazia do objeto é “o corretivo da redução subjetiva, não a denegação de uma participação subjetiva” (1995c, p. 188).

Outro aspecto que merece ser discutido é o pressuposto da identidade entre o conceito e a coisa que ele representa. Considerada por Adorno o nervo vital do pensamento idealista (2008b, p. 20), ele recusa categoricamente esta identidade. Para Adorno, o conceito é sempre mais e menos do que os elementos que estão contidos nele (2008b, p. 7).

Se, de um lado, o conceito é sempre menos do que de fato é o objeto, que é impossível, sob o conceito, reunir todas as características do objeto, impedindo, por essa via, dizer exatamente o que é o objeto, o conceito é, de certo modo, ao mesmo tempo, mais do que as características do objeto que foram reunidas ali. Além disso, o conceito não é apenas a reunião de características do objeto particular, mas ele aponta para elementos da totalidade social que, de outro modo, não seria apreensível.

Se compreendemos que o conceito é sempre mais e menos do que o objeto, que ele é de uma natureza distinta, diversa da natureza do objeto, e, ainda assim, não abandonamos o conceito, bastaria que considerássemos isso no desenvolvimento da pesquisa. No entanto, para a ciência formal, o que é qualitativamente diverso é concebido como divergente, e, por isso, deve ser eliminado. Assim, dirá Adorno, quando um objeto é definido de determinada forma, quando um B é definido como um A, estamos frente a uma afirmação que não deixa qualquer margem para que se aceite que B possa ser mais e/ou menos do que A. O que está dito em uma afirmação como esta é que B é idêntico a A. No entanto, “os objetos não se dissolvem em seus conceitos” (Adorno, 2009, p. 12), e nossa percepção e nossa experiência nos dizem que B não é idêntico a A. Como se resolve isso? De um lado há uma coerção da lógica sobre nossa percepção e nosso pensamento, insistindo nesta identidade. Mas nem tudo se curva a isso. O que se faz com o que resta? O que resiste a essa coerção, dirá Adorno, assume necessariamente o caráter de uma contradição e como tal deverá ser excluído (2008b, p. 8).

Segundo Adorno, a totalidade conceitual é construída de acordo com o princípio do “terceiro excluído”, o que significa que tudo o que não se conforma à lógica formal é considerado uma contradição. (2009, p. 13). A contradição, assim, é “o indício da não-verdade da identidade, da dissolução sem resíduos daquilo que é concebido no conceito” (2008b, p. 12). A utopia do conhecimento, dirá Adorno, “(...) seria penetrar con conceptos lo que no es conceptual sin acomodar esto a aquéllos” (1984, p. 18).

Quando Adorno enfatiza a necessidade de crítica à identidade entre coisa e conceito e à freqüente prioridade dada ao espírito na compreensão da vida humana, ele está localizando no conceito elementos que compõem a estrutura da lógica formal, que, por sua vez, não é outra que não a lógica da estrutura social. Adorno capta no conceito elementos que nos remetem à essência contraditória da sociedade. E, dirá Adorno, os fatores que definem a realidade como antagônica são os mesmos que restringem o conceito. Para ele, nos dois casos estamos lidando com o princípio de domínio: o domínio da natureza, que se expressa também no domínio de homens por outros homens. Para ele, “crítica da sociedade é crítica do conhecimento, e vice-versa” (1995c, p. 189).

7. CONCLUSÕES

A despeito do caráter restrito do material, estamos certos de que foi possível, a partir dele, visualizarmos a tendência que tem sido predominante nas concepções adotadas por pesquisadores no Brasil sobre as causas dos crimes. Mais ainda, o material nos permitiu a elaboração de certas considerações que ultrapassam o âmbito estrito das questões de criminalidade, e indicam tendências que tem se instalado em nossa sociedade atualmente.

A primeira, e mais expressiva tendência verificada, e que corrobora nossa hipótese inicial, é a tendência, ao que tudo indica já fortemente estabelecida, de atribuir a uma causalidade orgânica a origem do comportamento criminoso. A noção de que certos indivíduos viriam ao mundo dotados de uma natureza que os predisporiam a cometer crimes é freqüentemente enfatizada, e muitos trabalhos tem se empenhado em justificar teórica e empiricamente essa ideia. Nestes trabalhos há claramente o pressuposto de uma separação entre a realidade social e os processos psíquicos, sendo os últimos considerados em alta conta.

Na maioria das pesquisas há a exclusão de qualquer referência à totalidade social como possível determinante do comportamento criminoso, sendo este retirado de seus nexos e convertidos em características próprias dos indivíduos, convertidos em uma segunda natureza.

Com a exclusão de referências às circunstâncias em que se vive, é ignorado também que a origem do comportamento criminoso se deve, em grande medida, a conflitos que são de natureza política e econômica, sendo, portanto, potencialmente superáveis. Neste caso, vê-se a impossibilidade de perceber no comportamento criminoso uma dimensão temporal. As condições atuais de vida são mantidas quase como intactas, e os conflitos, que são datados, tornam-se naturais e, desta forma, imutáveis.

Quando defendemos a ideia de que a origem do comportamento criminoso está na totalidade social, não queremos estabelecer uma relação imediata entre a sociedade e o indivíduo, em que se admita tal plasticidade do indivíduo que este apenas responderia aos determinantes sociais. A isto corresponderia um outro

determinismo, tão reducionista quanto o primeiro. Diferentemente, entendemos que os elementos formadores da individualidade são, primordialmente, sociais, e que se impõem aos indivíduos em forma de “imposições, necessidades e exigências sociais” (Adorno, 2008a, p. 267), que são, por sua vez, interiorizados pelos indivíduos.

Paralelamente a essa tendência, percebemos que existe outra que enfatiza as questões econômicas como geradoras de criminalidade. Neste caso, a ênfase não se dá apenas aos crimes contra o patrimônio, que são comumente relacionados às mudanças econômicas, mas também aos crimes violentos (homicídios, estupros etc.)³⁵. Se, efetivamente, esta segunda tendência indica um avanço em relação às teses biologicistas, ao relacionar fatores sociais e econômicos ao aumento ou à diminuição dos índices de criminalidade no país, ela não se distingue totalmente da primeira tendência. Nestas pesquisas, que geralmente são desenvolvidas no âmbito das chamadas ciências “duras” (em nosso caso, Economia e Ciências da Computação), não há, assim como as demais, nenhuma preocupação com o sofrimento dos homens. A questão mais importante refere-se, em geral, a gastos públicos com criminalidade. Se essa preocupação denota uma posição racional e legítima frente à organização social, passa ao largo destas pesquisas o fato de que implicada nas relações econômicas estão as relações entre os homens. Mais ainda, que estas relações são ‘coaguladas’. Segundo Adorno, “... as relações econômicas entre os homens, que se apresentam como puramente econômicas e acessíveis ao cálculo, efetivamente são relações enrijecidas entre os homens” (2008a, p. 322).

Ademais, estas pesquisas são desenvolvidas com todos os rigores exigidos pela ciência formal, em que o cálculo e as previsões advindas dos recursos estatísticos são os baluartes da investigação. Como já mencionado, não fazemos oposição ao cálculo ou aos recursos estatísticos, no entanto, via de regra, a ênfase nestes recursos impõe uma demasiada autonomização do pensamento frente aos seus objetos, o que limita, e muitas vezes até impede, o acesso ao que o objeto traz de concreto, de objetivo.

³⁵ A esse respeito ver Mendonça, Loureiro e Sachsidá, *Interação Social e Crimes Violentos: uma análise empírica a partir dos dados do presídio de Papuda* (2002).

Além disso, a centralidade destas pesquisas está situada em aspectos microeconômicos. Se efetivamente o estudo de aspectos particulares da economia é essencial, ele só faz sentido se se referir às leis econômicas que são constitutivas do modo de produção vigente. A constatação, por exemplo, de que há uma correlação positiva entre as taxas de desemprego e os índices de criminalidade, só se converte em algo capaz de superar essa problemática se se problematiza o sentido do trabalho em um tipo de organização social como a nossa, com classes sociais definidas.

Foi observado, também, um grupo de trabalhos que se opôs principalmente à versão monadológica das causas dos crimes. Apesar de não serem numericamente muito expressivos, alguns destes trabalhos desenvolveram críticas vigorosas à tendência predominante dos estudos sobre o crime. Isto indica a existência ainda de um potencial de resistência a ela.

Vale a pena mencionar que este trabalho indica *tendências* que foram percebidas com a leitura do material. Isto implica em dizer que se identificamos uma tendência maior a atribuir as causas dos crimes a fatores endógenos, encontramos também tantas outras pesquisas que apresentaram particularidades que se distinguiram em um ou outro ponto.

Entendemos que, ainda que a constatação de uma tendência a explicar fenômenos sociais em bases orgânicas seja importante, consideramos que subjacente a este tipo de explicação existem fenômenos de uma magnitude muito maior e que ultrapassam o campo acadêmico. Podemos nos referir aqui, por exemplo, a uma forma de perceber e lidar com o mundo em que o que menos importa é a experiência com o objeto. Em nosso caso, isso se manifesta pela tendência a generalizar certas características a todos os indivíduos encarcerados

Outro aspecto percebido é a tendência à identificação entre o objeto e o conceito. Quando se diz que o criminoso é, via de regra, alguém que agrupa em si determinadas características que são definidas de antemão, bastando apenas identificá-lo, estamos diante de um dos fundamentos do pensamento idealista. Somente defendendo a correspondência exata entre a realidade estudada e o conceito elaborado para esta realidade é que é possível a afirmação de uma ciência positiva. Caso restasse alguma dúvida de que aquele conceito não

corresponda efetivamente ao objeto, se evidenciaria a impossibilidade de uma ciência positiva.

Se identificamos nas pesquisas esses elementos, entendemos que eles não se restringem ao campo acadêmico, mas expressam tendências mais gerais da nossa sociedade, que cabe conhecer e sobretudo se contrapor.

REFERÊNCIAS³⁶

- Adorno, T. W. (1951). *Minima Moralia*. Lisboa-Portugal: Edições 70.
- Adorno, T. W. (1969). *Los tabus sexuales y el derecho hoy*. In *Intervenciones: nueve modelos de crítica*. Caracas: Monte Avila Editores.
- Adorno, T. W. (1971). *Sobre estática y dinámica como categorías sociológicas*. In: Adorno, T. W., Horkheimer, M. *Sociológica*. Madri-Espanha: Taurus Ediciones.
- Adorno, T. W. (1980). *Lírica e sociedade*. In: Benjamin, W., Horkheimer, M., Adorno, T. W., Habermas, J. - *Textos Escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural.
- Adorno, T. W. (1984). *Dialectica negativa*. Madri: Espanha: Taurus Ediciones.
- Adorno, T. W. (1991). *La Idea de historia natural*. In: *Actualidad de la Filosofía*. Barcelona: Paidós.
- Adorno, T. W. (1994a). *Teses sobre sociologia da arte*. In: *Sociologia* (Org. por Gabriel Cohn). São Paulo: Editora Ática.
- Adorno, T. W. (1994b). *Capitalismo tardio ou sociedade industrial*. In: *Sociologia* (Org. por Gabriel Cohn). São Paulo: Editora Ática.
- Adorno, T. W. (1994c). *Sobre a lógica das ciências sociais*. In: *Sociologia* (Org. por Gabriel Cohn). São Paulo: Editora Ática.
- Adorno, T. W. (1994d). *O ensaio como forma*. In: *Sociologia* (Org. por Gabriel Cohn). São Paulo: Editora Ática.
- Adorno, T. W. (1995a). *Razão e revelação*. In: *Palavras e Sinais: modelos críticos 2*. Petrópolis: Vozes.
- Adorno, T. W. (1995b). *Educação após Auschwitz*. In: *Educação e Emancipação*. São Paulo: Paz e Terra.
- Adorno, T. W. (1995c). *Sobre sujeito e objeto*. In: *Palavras e Sinais: modelos críticos 2*. Petrópolis: Vozes.
- Adorno, T. W. (2001). *Epistemología y ciencias sociales*. Madrid: Ediciones Cátedra.

³⁶ De acordo com o estilo APA – American Psychological Association.

- Adorno, T. W. (2003). *Contra as leis de emergência*. In: Lua Nova: Revista de cultura e política. n. 60, São Paulo.
- Adorno, T. W. (2008a). *Introdução à sociologia*. São Paulo: Editora UNESP.
- Adorno, T. W. (2008b). *Lectures on negative dialectics: fragments of a lecture course 1965-1966*. Cambridge, MA: Polity Press.
- Adorno, T. W. (2009). *Dialética negativa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Adorno, T. W., Frenkel-Brunswik, E., Levinson, D. J. & Sanford, R. N. (1965). *La personalidad autoritaria*. Buenos Aires: Proyección.
- Almeida, F. M. (2005). Máscaras da insanidade: emergências e ressurgências do conceito de psicopatia na psiquiatria contemporânea. *Psychiatric online Brasil*, 12, 1-12. Recuperado em 22 de julho de 2013 de <http://www.polbr.med.br/ano07/wal1207.php>
- Alvarez, M. C. (2003). *Bacharéis, criminologistas e juristas: saber jurídico e nova escola penal no Brasil*. São Paulo: Método.
- Batista, V. M. S. W. (2009). *Drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*. In: Congresso Ibero-Americano de Psicologia Jurídica, 3, 1999, São Paulo. Anais do III Congresso Ibero-Americano de Psicologia Jurídica. São Paulo: ABP, 1999. Recuperado em 20 de julho de 2009 de www.bvs-psi.org.br/AnaisPgsIntrod.pdf.
- Beccaria, C. (2001). *Dos delitos e das penas*. Bauru: EDIPRO.
- Becker, K. L. (2012). *Uma análise econômica da relação entre a educação e a violência*. Tese de doutorado, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Benjamin, W. (1989a). *Paris do Segundo Império*. In: *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. Obras Escolhidas vol. III. São Paulo: Brasiliense.
- Benjamin, W. (1989b). *Sobre alguns temas em Baudelaire*. In: *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. Obras Escolhidas vol. III. São Paulo: Brasiliense.
- Bobone, C. (2009). *Para que se mediam os crânios dos padres?* Recuperado em 28 de abril de 2009 em <http://www.centenariodarepublica.org/centenario/2009/04/28/para-que-os-republicanos-mediam-os-cranios-dos-padres/>
- Calanca, A. (1974). *Lombroso e a teoria do criminoso nato*. In: Enciclopédia do Crime. São Paulo: Abril.

- Carrara, S. (1998). *Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século*. Rio de Janeiro: EdUERJ; São Paulo: Edusp.
- Castel, R. (1977). *Os médicos e os juízes*. In: Foucault, M. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão: um caso de parricídio do século XIX*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Chauí, M. S. (1979). *Leibniz: Vida e obra*. In: Newton/Leibniz (I). São Paulo: Abril Cultural.
- Cendrars, B. (1976). *Elogio da vida perigosa*. In: Etc..., etc... (um livro 100% brasileiro). São Paulo: Perspectiva.
- Comte, A. (1983). *Curso de filosofia positiva*. In: Comte. 2ed., São Paulo: Abril Cultural.
- Cohn, G. (1998). *Esclarecimento e ofuscação: Adorno e Horkheimer hoje*. Lua Nova: revista de cultura e política, 43, 5-24.
- Corrêa, M. (1982). *Antropologia & medicina legal*. In: Caminhos cruzados: linguagem, antropologia e ciências naturais. São Paulo: Brasiliense.
- Costa, J. F. (2007). *História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Crochik, J. L. (1997). *Preconceito: indivíduo e cultura*. 2a ed. São Paulo: Robe Editorial.
- Crochik, J. L. (2008). T. W. Adorno e a psicologia social. *Psicologia e Sociedade*, 20 (2), 297-305.
- Crochik, J. L. (2010). *A constituição do sujeito na contemporaneidade*. *Inter-Ação*, 35 (2), 387-403.
- Cruz, M. L. (2009). *A inconstitucionalidade da medida de segurança face à periculosidade criminal*. Dissertação de mestrado. Faculdades Integradas do Brasil, Curitiba.
- Del-Ben, C. M. (2005). Neurobiologia do transtorno de personalidade anti-social. *Rev. psiquiatria clínica*, 32 (1), 27-36.
- Dulesko, D. A. (2008). *Criminologia: a multidisciplinariedade na investigação das origens do crime e do processo de seletividade penal no Vale do Itajaí-SC*. *Discurso Jurídico*, 4 (2), 19-40.
- Ferla, L. A. C. (2005). *Feios, sujos e malvados sob medida: do crime ao trabalho, a utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920-1945)*. Tese de doutoramento. Universidade de São Paulo, São Paulo.

- Foucault, M. (1977). *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão: Um caso de parricídio do século XIX*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (1989). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- Fry, P. (1982). *Febrônio Índio do Brasil: onde cruzam a psiquiatria, a profecia, a homossexualidade e a lei*. In: Caminhos cruzados: linguagem, antropologia e ciências naturais. São Paulo: Brasiliense.
- Henriques, R P. (2009). De H. Cleckley ao DSM-IV-TR: a evolução do conceito de psicopatia rumo à medicalização da delinquência. *Rev. Latinoamericana de psicopatologia Fundamental*, 12 (2), 285-302.
- Holanda, A. B. (2010). *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. Curitiba: Positivo.
- Horkheimer, M. & Adorno, T. W. (1978). *Temas básicos da sociologia*. São Paulo: Editora Cultrix.
- Horkheimer, M. & Adorno, T. W. (1985). *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Kant, I. (2007). *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Lisboa: Edições 70.
- Lavater, G. (1807). *L'art de connaitre les hommes par la physionomie* – tome VI. Paris-França: Prudhomme.
- Leibniz, G. W. (1979a). *Os Princípios da filosofia ditos a monadologia*. In: Newton, Leibniz (I). São Paulo: Abril Cultural.
- Leibniz, G. W. (1979b). *Discurso de metafísica*. In: Newton, Leibniz (I). São Paulo: Abril Cultural.
- Lombroso, C. (1896). *L'Uomo delinquente*. 5ª ed. (vol. 1). Roma: Fratelli Bocca Editori.
- Lombroso, C. (2001). *O homem delinquente*. Porto Alegre: Ricardo Lenz.
- Lombroso, C. (2007). *O homem delinquente*. São Paulo: Ícone Editora.
- Mannheim, H. (1972). *Pionners in criminology*. 2ª ed. New Jersey: Petterson Smith.
- Mathes, P. G. (2010). *Criminalização da loucura e medicalização do crime: trajetórias e tendências da psiquiatria forense*. Dissertação de Mestrado, UFSC, Florianópolis.
- Mendes, D. D. et al. (2009) Estudo de revisão de fatores biológicos, sociais e ambientais associados com o comportamento agressivo. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 31, pp. 77-85.

- Mendonça, M. J. C., Loureiro, P. R. A. & Sachsidá, A. (2002). *Interação social e crimes violentos: uma análise empírica a partir dos dados de Presídio de Papuda*. Estudos Econômicos, 32 (4), 621-641.
- Mora, J. F. (2000). *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Loyola.
- Morana, H. P. (2003). *Identificação do ponto de corte para a escala PCL-R (psychopathy checklist revised) em população forense brasileira: caracterização de dois subtipos da personalidade: transtorno global e parcial*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP.
- Oliveira Júnior, A. (2005). *“Penas especiais para homens especiais”: as teorias biodeterministas na Criminologia Brasileira na década de 1940*. Dissertação de Mestrado, Curso de Pós-Graduação em História de Ciências da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro-RJ.
- Roque, S. J. (2009). *Onda de crimes ressuscita Lombroso para o direito penal*. Recuperado em 26 de julho de 2009 de <http://www.uj.com.br>.
- Pacobahyba, N., Vale, R. G. S., Souza, S. L. P., Simão, R., Santos, E. & Dantas, E. H. M. (2012). Força muscular, níveis séricos de testosterona e de ureia em jogadores de futebol submetidos à periodização ondulatória. *Rev. Bras. Med. Esporte*, 18 (2), 130-133.
- Resende, J. P. Andrade, M. V. (2011). Crime social, castigo social: desigualdade de renda e taxas de criminalidade nos grandes municípios brasileiros. *Estudos Econômicos*, 41(1), 173-195.
- Rusche, G. & Kirchheimer, O. (2004). *Punição e estrutura social*. Rio de Janeiro: Revan.
- Silva, P. R. P., Danielski, R. & Czepielewski, M. A. (2002). Esteroides anabolizantes no esporte. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, 8 (6), 235-243.
- Tarde, G. (1957). *A Criminalidade comparada*. Rio de Janeiro: Imprensa, Ed. Nacional de Direito.
- Terra, O. G. (2009). *Relação entre o comportamento agressivo e/ou violento e alterações na neuroimagem*. Dissertação de Mestrado. PUCRS, Porto Alegre.
- Tomasini, M. B. & Garcia, O. A. C. (2001). *Nossas observações*. In: Lombroso, C. *O homem delinquente*. Porto Alegre: Ricardo Lenz.
- Yamada, L. T. (2009). *O horror e o grotesco na psicologia – a avaliação da psicopatia através da escala Hare PCL-R (Psychopathy Checklist Revised)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói-Rio de Janeiro.

Wolfgang, M. E. (1973). *Cesare Lombroso (1835-1909)*. In: *Pioneers in criminology*. Montclair, New Jersey, Patterson Smith Publishing Corporation.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Lista das dissertações de mestrado e das teses de doutorado encontradas no Banco de Teses da CAPES, por descritor.

Transtorno de Personalidade Antissocial

- João Carlos Belo da Fonte. Prevalência de Transtornos Mentais em Mulheres que Cumprem Pena em Presídio de Pernambuco
- Karina Diniz Oliveira. Perfil sócio-demográfico, padrão de consumo e comportamento criminoso em usuários de substâncias psicoativas que iniciaram tratamento
- Luciana Aparecida Sobirai Diaz. Estudo do Rorschach Sistema Compreensivo ao longo de Psicoterapia Psicanalítica de pessoas com Transtorno de Personalidade Borderline
- Luciano Comin Nunes. Um modelo híbrido para apoio ao diagnóstico de transtornos psicológicos
- Maria Fernanda Faria Achá. Funcionamento executivo e traços de psicopatia em jovens infratores
- Rafael Stella Wellausen. Avaliação dos fatores associados ao uso de álcool e drogas na criminalidade: um estudo no sistema penitenciário
- Roberta Dias de Barros. Avaliação do processo de psicoterapia psicanalítica por meio do Método Rorschach
- Tatiane Dias Bacelar. "A influência da inteligência e da personalidade nas diferenças individuais do rendimento acadêmico em escolares do ensino fundamental"

Transtorno de Personalidade Anti-social

- Antonio de Padua Serafim. Correlação entre ansiedade e comportamento criminoso: padrões de respostas psicofisiológicas em homicidas
- César Gustavo Moraes Ramos. Medida de segurança e transtorno de personalidade anti-social: o paradoxo da culpa

- Claiton Henrique Dotto Bau. Heterogeneidade genética e fenotípica no alcoolismo
- Daniel Martins de Barros. Correlação entre grau de psicopatia, nível de julgamento moral e resposta psicofisiológica em jovens infratores
- David Gaspar Ribeiro de Faria. O profissional de segurança pública - papel social e identidade profissional
- Denise Razzouk. Comorbidade e Transtornos da Personalidade na Farmacodependência de Cocaína
- Eduardo Schneider Vitola. Transtornos Externalizantes em Adultos com TDAH
- Eugênio Horácio Grevet. Heterogeneidade Genética e Fenotípica no Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade em Adultos
- Giovana Veloso Munhoz da Rocha. *Psicoterapia analítico-comportamental com adolescentes infratores de alto-riso: modificação de padrões anti-sociais e diminuição da reincidência criminal.*
- Giuliana Claudia Cividanes. Alcoolismo e Transtorno bipolar do humor: um estudo de comorbidade
- Hilda Clotilde Penteado Morana. *Identificação do ponto de corte para a escala PCL-R (psychopathy checklist revised) em população forense brasileira: caracterização de dois subtipos da personalidade; transtorno global e parcial.*
- Hudson Cristiano Wander de Carvalho. Tradução, adaptação e validação fatorial de inventário de externalização para o contexto de universitários mineiros.
- Julia Paglioza Alvares. Características da teoria da mente em criminosos com transtorno de personalidade anti-social
- Juliana Dos Santos Rodrigues. Adolescência e transtorno de conduta: estudo do funcionamento psíquico e da percepção da figura paterna de adolescentes infratores
- Klaylian Marcela Santos Lima. Os assassinos seriais: uma abordagem psicanalítica

- Leandra Regina Lazzaron. Jovem Aprisionado Em Regime Semi-Aberto: Um Estudo Transdisciplina
- Lisia Von Diemen. Associação entre Impulsividade, Idade do Primeiro Consumo de Álcool e Abuso de Substâncias Psicoativas em Adolescentes de uma Região do Sul do Brasil
- Lucas de Francisco Carvalho. Construção e validação do inventário dimensional dos transtornos da personalidade
- Margarita Danielle Ramos. Assassinatos de Mulheres: um estudo sobre a alegação, ainda aceita, da legítima defesa da honra nos julgamentos em Minas Gerais do ano de 2000 a 2008.
- Maria Teresa Martins Vinueza Freire. Estudo de Associação do Gene da Dopamina Beta-Hidroxilase com o Alcoolismo e Fenótipos Relacionados
- Mariana Teles Santos. Diferenças individuais no temperamento de criança pré-escolares e sua associação com habilidades cognitivas
- Napoleão Chiaramento Silva. Prevalência e fatores associados aos transtornos psiquiátricos de presídeo do sul de Santa Catarina
- Paulo Vinicius Sporleder de Souza. A Criminalidade Genética
- Priscilla Gomes Mathes. Criminalização da loucura e medicalização do crime: trajetórias e tendências da psiquiatria forense
- Ramiro Ronchetti. Estudo de revisão e fidedignidade do inventário de psicopatia de Hare: versão jovens (PCL: YV)

Psicopatia

- Aleteia Henklain Ferruzzi. DFH e adolescentes em conflito com a lei: evidências de validade
- Ana Augusta Maria Pereira. Da fantasia de infância ao infantil na fantasia: a direção do tratamento na psicanálise com crianças
- Ana Cristina Monteiro Sanson. A Influência do Fator “Gênero Feminino” na Prática do Ato Infracional de Homicídio

- Anamaria Cristina Schindler. O Estado e o social: o papel das instituições de assistência social em São Paulo, 1880-1910
- André Luiz Gaiarsa. O Entre: a objetividade da subjetividade
- Andréa Pereira Beheregaray. Situação Jurídico-Penal e Fatores de Risco em Adolescentes em Conflito com a Lei
- Antonio de Padua Serafim. Correlação entre ansiedade e comportamento criminoso: padrões de respostas psicofisiológicas em homicidas.
- Cema Cardona Gomes. Psicopatia e agressividade em mulheres apenadas
- Daniel Martins de Barros. Correlação entre grau de psicopatia, nível de julgamento moral e resposta psicofisiológica em jovens infratores
- Daniela Mieko Abe. Avaliação do sexo por análise de função discriminante a partir d dimensões lineares do crânio
- Darem Priscilla Tashima. Indicadores de risco de suicídio em estudantes universitários
- Fábio Henrique Gonçalves Sousa. Nas fronteiras da normalidade : instucionalização psiquiátrica, práticas de recolhimento e caracterização sobre a loucura em São Luís (1901-1941)
- Fabiola Maria de Carvalho Izaias. Da Arte como Fonte de Conhecimento do Psiquismo no Discurso Freudiano: primeiros escritos
- Flavio Jozef. O criminoso homicida: estudo clínico psiquiátrico.
- Giovana Veloso Munhoz da Rocha. Psicoterapia analítico-comportamental com adolescentes infratores de alto-riso: modificação de padrões anti-sociais e diminuição da reincidência criminal
- Güinter Santana Lühring. Avaliação de traços de psicopatia e abuso de drogas em uma amostra de adolescentes em conflito com a lei
- Hilda Clotilde Penteado Morana. Identificação do ponto de corte para a escala PCL-R (psychopathy checklist revised) em população forense brasileira: caracterização de dois subtipos da personalidade; transtorno global e parcial
- João Batista de Macedo Freire Filho. Palavras, pênis e punhos: a musa perversa e os limites da representação

- Julia Paglioza Alvares. Características da teoria da mente em criminosos com transtorno de personalidade anti-social
- Katia Alvares De Carvalho Monteiro. O tratamento do gozo no autismo: clínica psicanalítica e objetos autísticos.
- Kênia Maísa Peres. Estudos sobre a psicopatia.
- Klaylian Marcela Santos Lima. Os assassinos seriais: uma abordagem psicanalítica.
- Leandra Regina Lazzaron. Jovem Aprisionado Em Regime Semi-Aberto: Um Estudo Transdisciplinar
- Lia Toyoko Yamada. O Horror e o Grotesco na Psicologia: A Avaliação da Psicopatia Através da Escala Hare PCL- R (Psychopathy Checklist Revised) de Robert Hare.
- Mara Lucia Bruco Cristovam. Uma contribuição ao estudo de traços de personalidade do paciente insuficiente renal crônico através do MMPI (Inventário Multifásico Minnesota de Personalidade).
- Marco Antonio Silva Alvarenga. Estudo das diferenças individuais da psicopatia, por meio da Escala HARE (PCL-R), no contexto mineiro
- Maria Concepta Padovan. As máscaras da razão: memórias da loucura no Rio de Janeiro durante o período do estado novo (1937-1945)
- Maria Fernanda Faria Achá. Funcionamento executivo e traços de psicopatia em jovens infratores
- Maria Teresa Saraiva Melloni. O Movimento Psicanalítico no Rio de Janeiro (1937-1959): um processo de institucionalização
- Marina Autuori. Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro: encontrando os caminhos de uma história.
- Michele Oliveira de Abreu Leme. Da imputabilidade do psicopata.
- Osmar Gasparini Terra. Relação entre o comportamento agressivo e/ou violento e alterações na neuroimagem: revisão sistemática
- Pedro José Pacheco. Pesquisas do cérebro e psicopatias: a potencialidade do criminoso justificada por saberes científicos
- Ramiro Ronchetti. Estudo de revisão e fidedignidade do inventário de psicopatia de Hare: versão jovens (PCL: YV)

- Raquel Jales Leitão de Carvalho. Utilização de recursos e custos diretos da esquizofrenia para o setor público do Estado de São Paulo.
- Regina Perez Christofoli Abeche. Por trás das câmaras ocultas a subjetividade desvanece
- Roseana Moraes Garcia. A Tendência Anti-social em D.W. Winnicott
- Sandra Maria Patricio Ribeiro. Anatomia social de um crime em família: estudo psicossocial sobre a dialética dos discursos e representações sobre família, afetos, homens e mortes
- Tércia Rita Davloglio. Aspectos psicoafetivos e interações interpessoais em adolescentes em conflito com a lei
- Vannucia Karla de Medeiros Nobrega. Representações sociais do comportamento agressivo do homem sob a ótica da mulher em situação de violência
- Viviane Costa Barbosa. Obesidade e o singular do sofrimento: um estudo de caso na relação mãe-filha
- Wellington Mendonça de Amorim. A reconfiguração da primeira escola de enfermagem brasileira: a missão de Maria de Casto Pamphiro, 1937-1949

Comportamento criminoso

- André Oliveira Ferreira Loureiro. Uma análise econométrica do impacto dos gastos públicos sobre a criminalidade no Brasil
- Antonio de Padua Serafim. Correlação entre ansiedade e comportamento criminoso: padrões de respostas psicofisiológicas em homicidas
- Carlos Eduardo Minozzo Poletto. A exclusão da sucessão à luz dos direitos fundamentais e da teoria geral do direito sucessório: estudo crítico-comparativo entre a indignidade e a deserdação
- Erika Lourenço. A criminologia entre a biologia e a educação: O discurso sobre o psicológico na Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (1892-1962)

- Fernando Henrique Nadalini Mauá. Carreira criminal, consumo de álcool e outras drogas e história familiar e criminalidade entre mulheres condenadas por crime de roubo
- Francis de Moraes Almeida. Fronteiras da Sanidade: "Periculosidade" e "Risco" na articulação dos discursos psiquiátrico forense e jurídico no Instituto Psiquiátrico Maurício Cardoso de 1925 a 2003.
- Geraldo Brenner. "A racionalidade econômica do comportamento criminoso perante a ação de incentivos"
- Guilherme José Ferreira da Silva. Participação por omissão: Delineamentos pela teoria da imputação objetiva
- João Carlos Belo da fonte. Prevalência de transtornos mentais em mulheres que cumprem pena em presídio de Pernambuco
- Karina Diniz Oliveira. Perfil sócio-demográfico, padrão de consumo e comportamento criminoso em usuários de substâncias psicoativas que iniciaram tratamento
- Luiz Fernando Araújo Lobo. A Criminalidade na Região Metropolitana de Salvador e Sua Relação Intertemporal com o Desemprego
- Marcelo Damasceno de Melo. Um processo de mineração de dados para a previsão de níveis criminais de áreas geográficas
- Mario Aparecido Valle Cruces. Reincidência criminal sob o enfoque dos processo psicossociais
- Orlando Lyra de Carvalho Júnior. Law and order: gênese de um experimento punitivo
- Paulo Alexandre Fernandes. Razões para reincidência criminal: depoimentos de presidiários
- Paulo Roberto de Andrade Castro. A construção social do delinqüente menor de idade na esfera jurídica
- Regina Célia Lima Caleiro. História e crime: quando a mulher é a ré.
- Shelley Macias Primo Alcolumbre. A discriminação da mulher no sistema de justiça criminal

- Thais Ferla Guilhermano. Fatores associados ao comportamento criminoso em mulheres cumprindo pena em regime fechado na penitenciária feminina Madre Pelletier
- Túlio Lima Vianna. Do Acesso não Autorizado a Sistemas Computacionais: fundamentos de Direito Penal Informático
- Valmor Antonio da Silva. A criminalidade feminina: um estudo de caso no município de Nova Prata - RS, no período de 1988 a 1997
- Wilson Jose Antonio da Cruz. Comunidade e os Produtores de Criminalidade: efeitos do convívio.

APÊNDICE B - Lista das dissertações de mestrado e teses de doutorado selecionadas para análise.

- Achá, M. F. F. (2011). *Funcionamento executivo e traços de psicopatia em jovens infratores*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP.
- Alcolumbre, S. M. P. (2008). *A discriminação da mulher no sistema de justiça criminal*. Dissertação de Mestrado, Universidade da Amazônia, Belém-PA.
- Almeida, F. M. (2009). *Fronteiras da Sanidade: "Periculosidade" e "Risco" na articulação dos discursos psiquiátrico forense e jurídico no Instituto Psiquiátrico Maurício Cardoso de 1925 a 2003*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS.
- Alvarenga, M. A. S. (2006). *Estudo das diferenças individuais da psicopatia, por meio da Escala Hare (PCL-R), no contexto mineiro*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte-MG.
- Alvares, J. P. (2005). *Características da teoria da mente em criminosos com transtorno de personalidade anti-social*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS.
- Sanson, A. C. M. (2009). *A influência do fator "gênero feminino" na prática do ato infracional de homicídio*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS.
- Barros, D. M. (2011). *Correlação entre grau de psicopatia, nível de julgamento moral e resposta psicofisiológica em jovens infratores*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo-SP.
- Beheregaray, A. P. (2008). *Situação jurídico-penal e fatores de risco em adolescentes em conflito com a lei*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS.
- Brenner, G. (2001). *A racionalidade econômica do comportamento criminoso perante a ação de incentivos*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS.
- Caleiro, R. C. L. (1998). *História e crime: quando a mulher é a ré*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca-SP.

- Castro, P. R. A. (2006). *A construção social do delinqüente menor de idade na esfera jurídica*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ.
- Cruces, M. A. V. (2006). *Reincidência criminal sob o enfoque dos processos psicossociais*. Dissertação de Mestrado, Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo-SP.
- Cruz, W. J. A. (2001). *Comunidade e os Produtores de Criminalidade: efeitos do convívio*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte-MG.
- Davloglio, T. R. (2009). *Aspectos psicoafetivos e interações interpessoais em adolescentes em conflito com a lei*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS.
- Fernandes, P. A. (2003). *Razões para reincidência criminal: depoimentos de presidiários*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas-SP.
- Ferruzzi, A. H. (2006). *DFH e adolescentes em conflito com a lei: evidências de validade*. Dissertação de Mestrado, Universidade São Francisco, São Paulo-SP.
- Fonte, J. C. B. (2011). *Prevalência de transtornos mentais em mulheres que cumprem pena em presídio de Pernambuco*. Dissertação de Mestrado, Fundação Universidade de Pernambuco, Recife-PE.
- Gomes, C. C. (2010). *Psicopatia e agressividade em mulheres apenadas*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo-RS.
- Guilhermano, T. F. (2000). *Fatores associados ao comportamento criminoso em mulheres cumprindo pena em regime fechado na penitenciária feminina Madre Pelletier*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS.
- Jozef, F. (1997). *O criminoso homicida: estudo clínico psiquiátrico*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ.
- Lazzaron, L. R. (2008). *Jovem aprisionado em regime semi-aberto: um estudo transdisciplinar*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS.

- Leme, M. O. A. (2011). *Da imputabilidade do psicopata*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo-SP.
- Lima, K. M. S. (2005). *Os assassinos seriais: uma abordagem psicanalítica*. Dissertação de Mestrado, Universidade Católica de Pernambuco, Recife-PE.
- Lobo, L. F. A. (2007). *A Criminalidade na Região Metropolitana de Salvador e Sua Relação Intertemporal com o Desemprego*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA.
- Loureiro, A. O. F. (2006). *Uma análise econométrica do impacto dos gastos públicos sobre a criminalidade no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE.
- Lühring, G. S. (2010). *Avaliação de traços de psicopatia e abuso de drogas em uma amostra de adolescentes em conflito com a lei*, Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS.
- Mathes, P. G. (2010). *Criminalização da loucura e medicalização do crime: trajetórias e tendências da psiquiatria forense*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC.
- Mauá, F. H. N. (2011). *Carreira criminal, consumo de álcool e outras drogas e história familiar e criminalidade entre mulheres condenadas por crime de roubo*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Medicina do ABC, Santo André-SP.
- Melo, M. D. (2010). *Um processo de mineração de dados para a previsão de níveis criminais de áreas geográficas*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza-CE.
- Morana, H. P. (2003). *Identificação do ponto de corte para a escala PCL-R (psychopathy checklist revised) em população forense brasileira: caracterização de dois subtipos da personalidade: transtorno global e parcial*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP.
- Nóbrega, V. K. M. (2011). *Representações sociais do comportamento agressivo do homem sob a ótica da mulher em situação de violência*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN.
- Oliveira, K. D. (2010). *Perfil sócio-demográfico, padrão de consumo e comportamento criminoso em usuários de substâncias psicoativas que*

- iniciaram tratamento*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP.
- Pacheco, P. J. (2011). *Pesquisas do cérebro e psicopatias: a potencialidade do criminoso justificada por saberes científicos*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS.
- Peres, K. M. (2008). *Estudos sobre a psicopatia*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo-SP.
- Ramos, C. G. M. (2007). *Medida de segurança e transtorno de personalidade anti-social: o paradoxo da culpa*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS.
- Ribeiro, S. M. P. (2001). *Anatomia social de um crime em família: estudo psicossocial sobre a dialética dos discursos e representações sobre família, afetos, homens e mortes*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP.
- Rocha, G. V. M. (2008). *Psicoterapia analítico-comportamental com adolescentes infratores de alto-risco: modificação de padrões anti-sociais e diminuição da reincidência criminal*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP.
- Rodrigues, J. S. (2011). *Adolescência e transtorno de conduta: estudo do funcionamento psíquico e da percepção da figura paterna de adolescentes infratores*. Dissertação de Mestrado, Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo-SP.
- Ronchetti, R. (2009). *Estudo de revisão e fidedignidade do inventário de psicopatia de Hare: versão jovens (PCL:YV)*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS.
- Serafim, A. P. (2005). *Correlação entre ansiedade e comportamento criminoso: padrões de respostas psicofisiológicas em homicidas*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP.
- Silva, G. J. F. (2008). *Participação por omissão: Delineamentos pela teoria da imputação objetiva*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte-MG.

- Silva, N. C. (2009). *Prevalência e fatores associados aos transtornos psiquiátricos de presídio do sul de Santa Catarina*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma-SC.
- Silva, V. A. (1999). *A criminalidade feminina: um estudo de caso no município de Nova Prata - RS*, no período de 1988 a 1997. Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo-RS.
- Souza, P. V. S. (1999). *A criminalidade Genética*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS.
- Terra, O. G. (2009). *Relação entre o comportamento agressivo e/ou violento e alterações na neuroimagem: revisão sistemática*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS.
- Yamada, L. T. (2009). *O horror e o grotesco na psicologia: a avaliação da psicopatia através da Escala Hare PCL-R (Psychopathy Checklist Revised) de Robert Hare*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ.
- Wellausen, R. S. (2009). *Avaliação dos fatores associados ao uso de álcool e drogas na criminalidade: um estudo no sistema penitenciário*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS.

APÊNDICE C

Tabela 7: Caracterização dos resumos quanto à Instituição, Estado e Região.

Título	Autor	Instituição	Estado	Região
DFH e adolescentes em conflito com a lei: evidências de validade	Ferruzzi, A. H.	Univ. São Francisco	SP	Sudeste
A Influência do fator "Gênero Feminino" na prática do ato infracional de homicídio	Sanson, A. C. M.	PUCRS	RS	Sul
Avaliação dos fatores associados ao uso de álcool e drogas na criminalidade: um estudo no sistema penitenciário	Wellausen, R. S.	UFRGS	RS	Sul
Adolescência e transtorno de conduta: estudo do funcionamento psíquico e da percepção da figura paterna de adolescentes infratores	Rodrigues, J. S. R.	UMESP	SP	Sudeste
Situação jurídico-penal e fatores de risco em adolescentes em conflito com a lei.	Beheregaray, A. P.	PUCRS	RS	Sul
Psicopatia e agressividade em mulheres apenadas	Gomes, C. C.	UNISINOS	RS	Sul
Uma análise econométrica do impacto dos gastos públicos sobre a criminalidade no Brasil	Loureiro, A. O. F.	UFC	CE	Nordeste
Correlação entre ansiedade e comportamento criminoso: padrões de respostas psicofisiológicas em homicidas	Serafim, A. P.	USP	SP	Sudeste
Carreira criminal, consumo de álcool e outras drogas e história familiar e criminalidade entre mulheres condenadas por crime de roubo	Mauá, F. H. N.	FMABC	SP	Sudeste
Fronteiras da sanidade: "Periculosidade" e "Risco" na articulação dos discursos psiquiátrico forense e jurídico no Instituto Psiquiátrico Maurício Cardoso de 1925 a 2003	Almeida, F. M.	UFRGS	RS	Sul
A racionalidade econômica do comportamento criminoso perante a ação de incentivos	Brenner, G	UFRGS	RS	Sul
Participação por omissão: delineamentos pela teoria da imputação objetiva	Silva, G. J. F.	UFMG	MG	Sudeste
A criminalidade na região metropolitana de Salvador e sua relação intertemporal com o desemprego	Lobo, L. F. A.	UFBA	BA	Nordeste
Um processo de mineração de dados para a previsão de níveis criminais de áreas geográficas.	Melo, M. D.	UECE	CE	Nordeste
Prevalência de transtornos mentais em mulheres que cumprem pena em presídio de Pernambuco	Fonte, J. C. B.	UPE	PE	Nordeste
Perfil sócio-demográfico, padrão de consumo e comportamento criminoso em usuários de substâncias psicoativas que iniciaram tratamento	Oliveira, K. D.	UNICAMP	SP	Sudeste
Reincidência criminal sob o enfoque dos processos psicossociais	Cruces, M. A. V.	UNIMEP	SP	Sudeste
Razões para Reincidência Criminal: Depoimentos de Presidiários	Fernandes, P. A.	PUC-CAMP	SP	Sudeste
A Construção Social do Delinqüente Menor de Idade na Esfera Jurídica	Castro, P. R. A.	UFF	RJ	Sudeste
História e crime: quando a mulher é a ré.	Caleiro, R. C. L.	UNESP	SP	Sudeste
A discriminação da mulher no sistema de Justiça Criminal	Alcolumbre, S. M. P.	UNAMA	PA	Norte
Fatores associados ao comportamento criminoso em mulheres cumprindo pena em regime fechado na Penitenciária Feminina Madre Pelletier.	Guilhermano, T. F.	PUC-RS	RS	Sul
A criminalidade feminina: um estudo de caso no município de Nova Prata - RS, no período de 1988 a 1997	Silva, V. A.	UNISINOS	RS	Sul
Comunidade e os produtores de criminalidade: efeitos do convívio	Cruz, W. J. A.	UFMG	MG	Sudeste
Correlação entre grau de psicopatia, nível de	Barros, D. M.	USP	SP	Sudeste

juízo moral e resposta psicofisiológica em jovens infratores				
O criminoso homicida: estudo clínico psiquiátrico	Jozef, F	UFRJ	RJ	Sudeste
Psicoterapia analítico-comportamental com adolescentes infratores de alto-risco: modificação de padrões anti-sociais e diminuição da reincidência criminal	Rocha, G. V. M.	USP	SP	Sudeste
Avaliação de traços de psicopatia e abuso de drogas em uma amostra de adolescentes em conflito com a lei	Lühning, G. S.	PUC	RS	Sul
Identificação do ponto de corte para a escala PCL-R (Psychopathy Checklist Revised) em população forense brasileira: caracterização de dois subtipos da personalidade: transtorno global e parcial	Morana, H. C. P.	USP	SP	Sudeste
Características da teoria da mente em criminosos com transtorno de personalidade Anti-social	Álvares, J. P.	PUC	RS	Sul
Estudos sobre a psicopatia	Peres, K. M.	PUC	SP	Sudeste
Os assassinos seriais: uma abordagem psicanalítica	Lima, K. M. S.	UNICAP	PE	Nordeste
Jovem aprisionado em regime semi-aberto: um estudo transdisciplinar	Lazzaron, L. R.	PUC	RS	Sul
O horror e o grotesco na psicologia: a avaliação da psicopatia através da Escala Hare PCL-R (Psychopathy Checklist Revised) de Robert Hare	Yamada, L. T.	UFF	RJ	Sudeste
Estudo das diferenças individuais da psicopatia, por meio da Escala Hare (PCL-R), no contexto mineiro	Alvarenga, M. A.S	UFMG	MG	Sudeste
Funcionamento executivo e traços de psicopatia em jovens infratores	Achá, M. F. F.	USP	SP	Sudeste
Da imputabilidade do psicopata	Leme, M. O. A.	PUCSP	SP	Sudeste
Relação entre o comportamento agressivo e/ou violento e alterações na neuroimagem: revisão sistemática	Terra, O. G.	PUC	RS	Sul
Pesquisas do cérebro e psicopatias: a potencialidade do criminoso justificada por saberes científicos	Pacheco, P. J.	PUCRS	RS	Sul
Estudo de revisão e fidedignidade do inventário de psicopatia de Hare: versão jovens (PCL:YV)	Ronchetti, R	PUC	RS	Sul
Anatomia social de um crime em família: estudo psicossocial sobre a dialética dos discursos e representações sobre família, afetos, homens e mortes	Ribeiro, S. M. P.	USP	SP	Sudeste
Representações sociais do comportamento agressivo do homem sob a ótica da mulher em situação de violência	Nóbrega, V. K. M.	UFRN	RN	Nordeste
Aspectos psicoafetivos e interações interpessoais em adolescentes em conflito com a Lei	Davloglio, T. R.	PUC	RS	Sul
Medida de segurança e transtorno de personalidade anti-social: o paradoxo da culpa		PUCRS	RS	Sul
Prevalência e fatores associados aos transtornos psiquiátricos de presídio do sul de Santa Catarina	Silva, N. C.	UNESC	SC	Sul
A criminalidade genética	Souza, P. V. S.	PUC	RS	Sul
Criminalização da loucura e medicalização do crime: trajetórias e tendências da psiquiatria forense	Mathes, P. G.	UFSC	SC	Sul

Fonte: Elaborado com base nas informações disponíveis no Banco de Teses e Dissertações da CAPES

APÊNDICE D

Tabela 8: Caracterização dos resumos quanto à área de conhecimento, ano e nível.

Título	Área	Ano	Nível
DFH e adolescentes em conflito com a lei: evidências de validade	Psicologia	2006	M
A influência do fator "Gênero Feminino" na prática do ato infracional de homicídio	Ciências criminais	2009	M
Avaliação dos fatores associados ao uso de álcool e drogas na criminalidade: um estudo no sistema penitenciário	Psicologia	2009	M
Adolescência e transtorno de conduta: estudo do funcionamento psíquico e da percepção da figura paterna de adolescentes infratores	Psicologia	2011	M
Situação jurídico-penal e fatores de risco em adolescentes em conflito com a lei.	Ciências criminais	2008	M
Psicopatia e agressividade em mulheres apenadas	Psicologia	2010	M
Uma análise econométrica do impacto dos gastos públicos sobre a criminalidade no Brasil	Economia	2006	M
Correlação entre ansiedade e comportamento criminoso: padrões de respostas psicofisiológicas em homicidas	Fisiopatologia	2005	D
Carreira criminal, consumo de álcool e outras drogas e história familiar e criminalidade entre mulheres condenadas por crime de roubo	Ciências da saúde	2011	M
Fronteiras da sanidade: "Periculosidade" e "Risco" na articulação dos discursos psiquiátrico forense e jurídico no Instituto Psiquiátrico Maurício Cardoso de 1925 a 2003	Sociologia	2009	D
A racionalidade econômica do comportamento criminoso perante a ação de incentivos	Economia	2001	D
Participação por omissão: delineamentos pela teoria da imputação objetiva	Direito	2008	D
A criminalidade na região metropolitana de Salvador e sua relação intertemporal com o desemprego	Economia	2007	M
Um processo de mineração de dados para a previsão de níveis criminais de áreas geográficas.	Ciência da computação	2010	M
Prevalência de transtornos mentais em mulheres que cumprem pena em presídio de Pernambuco	Perícias forenses	2011	M
Perfil sócio-demográfico, padrão de consumo e comportamento criminoso em usuários de substâncias psicoativas que iniciaram tratamento	Ciências médicas	2010	M
Reincidência criminal sob o enfoque dos processos psicossociais	Psicologia	2006	M
Razões para reincidência criminal: depoimentos de presidiários	Psicologia	2003	M
A construção social do delinqüente menor de idade na esfera jurídica	Sociologia e direito	2006	M
História e crime: quando a mulher é a ré.	História	1998	M
A Discriminação da mulher no sistema de justiça criminal	Direito	2008	M
Fatores associados ao comportamento criminoso em mulheres cumprindo pena em regime fechado na Penitenciária Feminina Madre Pelletier.	Ciências criminais	2000	M
A criminalidade feminina: um estudo de caso no município de Nova Prata - RS, no período de 1988 a 1997	Direito	1999	M
Comunidade e os produtores de criminalidade: efeitos do convívio	Sociologia	2001	M
Correlação entre grau de psicopatia, nível de julgamento moral e resposta psicofisiológica em jovens infratores	Psiquiatria	2011	D
O criminoso homicida: estudo clínico psiquiátrico	Psiquiatria e saúde	1997	D
Psicoterapia analítico-comportamental com adolescentes	Psicologia	2008	D

infratores de alto-risco: modificação de padrões anti-sociais e diminuição da reincidência criminal			
Avaliação de traços de psicopatia e abuso de drogas em uma amostra de adolescentes em conflito com a lei	Psicologia	2010	M
Identificação do ponto de corte para a escala PCL-R (Psychopathy Checklist Revised) em população forense brasileira: caracterização de dois subtipos da personalidade: transtorno global e parcial	Psiquiatria	2004	D
Características da teoria da mente em criminosos com transtorno de personalidade Anti-social	Medicina e ciências da saúde	2005	M
Estudos sobre a psicopatia	Psicologia	2008	M
Os assassinos seriais: uma abordagem psicanalítica	Psicologia	2005	M
Jovem aprisionado em regime semi-aberto: um estudo transdisciplinar	Ciências criminais	2008	M
O horror e o grotesco na psicologia: a avaliação da psicopatia através da Escala Hare PCL-R (Psychopathy Checklist Revised) de Robert Hare	Psicologia	2009	M
Estudo das diferenças individuais da psicopatia, por meio da Escala Hare (PCL-R), no contexto mineiro	Psicologia	2006	M
Funcionamento executivo e traços de psicopatia em jovens infratores	Psiquiatria	2011	M
Da imputabilidade do psicopata	Direito	2011	M
Relação entre o comportamento agressivo e/ou violento e alterações na neuroimagem: revisão sistemática	Medicina e ciências da saúde	2009	M
Pesquisas do cérebro e psicopatias: a potencialidade do criminoso justificada por saberes científicos	Psicologia	2011	D
Estudo de revisão e fidedignidade do inventário de psicopatia de Hare: versão jovens (PCL:YV)	Psicologia	2009	M
Anatomia social de um crime em família: estudo psicossocial sobre a dialética dos discursos e representações sobre família, afetos, homens e mortes	Psicologia Social	2001	M
Representações sociais do comportamento agressivo do homem sob a ótica da mulher em situação de violência	Enfermagem	2011	M
Aspectos psicoafetivos e interações interpessoais em adolescentes em conflito com a Lei	Psicologia	2009	M
Medida de segurança e transtorno de personalidade anti-social: o paradoxo da culpa	Ciências criminais	2007	M
Prevalência e fatores associados aos transtornos psiquiátricos de presídio do sul de Santa Catarina	Ciências da saúde	2009	M
A criminalidade genética	Ciências criminais	1999	M
Criminalização da loucura e medicalização do crime: trajetórias e tendências da psiquiatria forense	Serviço social	2010	M

Fonte: Elaborado com base nas informações disponíveis no Banco de Teses e Dissertações da CAPES